

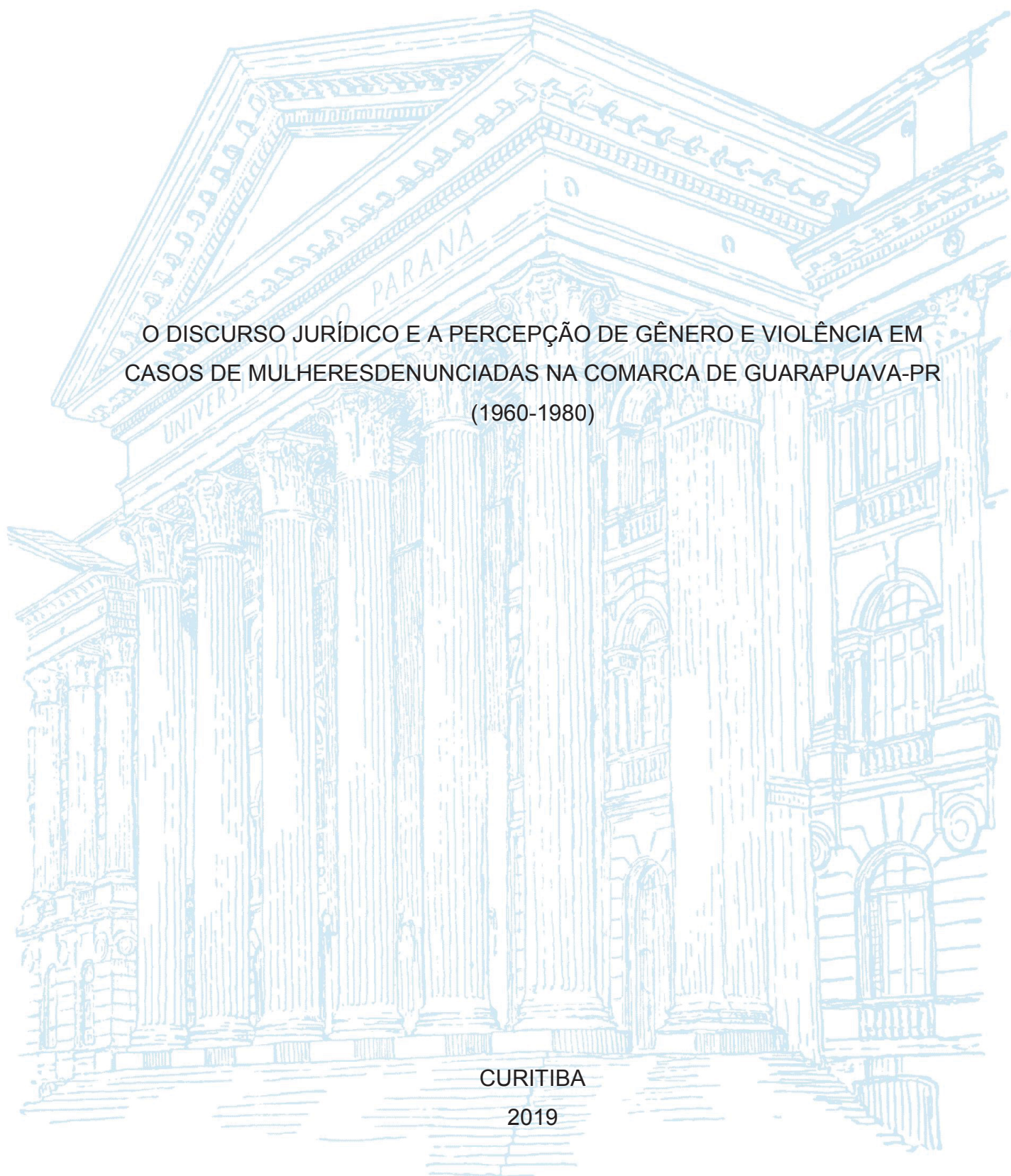
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VALDEMIR PAIVA

O DISCURSO JURÍDICO E A PERCEPÇÃO DE GÊNERO E VIOLÊNCIA EM
CASOS DE MULHERES DENUNCIADAS NA COMARCA DE GUARAPUAVA-PR
(1960-1980)

CURITIBA

2019



VALDEMIR PAIVA

O DISCURSO JURÍDICO E A PERCEPÇÃO DE GÊNERO E VIOLÊNCIA EM
CASOS DE MULHERES DENUNCIADAS NA COMARCA DE GUARAPUAVA-PR
(1960-1980)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Profa. Dra. Roseli Terezinha Boschilia.

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Paiva, Valdemir

O discurso jurídico e a percepção de gênero e violência em casos de mulheres denunciadas na comarca de Guarapuava-PR (1960 - 1980). / Valdemir Paiva. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^ª. Dr^ª. Roseli Terezinha Boschilia

1. Violência - Mulheres. 2. Relações de gênero. 3. Crimes. 4. Criminosas – Guarapuava-PR - História. 5. Direito – Discursos, ensaios, conferência. I. Título.

CDD – 364.098162




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

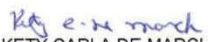
TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **VALDEMIR PAIVA**, intitulada: **O DISCURSO JURÍDICO E A PERCEPÇÃO DE GÊNERO E VIOLÊNCIA EM CASOS DE MULHERES DENUNCIADAS NA COMARCA DE GUARAPUAVA-PR (1960-1980)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 06 de Agosto de 2019.


ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA
Presidente da Banca Examinadora


KETY CARLA DE MARCH
Avaliador Externo (UNICENTRO)


HÉLIO SOCHODOLAK
Avaliador Externo (UNICENTRO)



Às mulheres e aos homens, muitos e muitas hoje em paz de espírito, que permitiram expor nesta pesquisa partes de suas trajetórias de vida registradas quando em contato com o poder.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma longa trajetória percorrida e que conta com a contribuição, direta e indireta, de algumas pessoas, das quais serei eternamente grato.

Primeiramente devo agradecer à minha mãe Geny Wagner Paiva e ao meu pai Valdir Paiva, responsáveis em tornar possível a minha vida profissional no campo da História e me mostrar que o caminho do amor e da honestidade sempre será o melhor. Agradeço também aos meus irmãos Valdecir Paiva e Ivalter Augusto, à minha irmã Patrícia Wagner Paiva que, em minha ausência, zelam por quem nos deu a vida. Agradeço a toda família que sempre esteve presente, nunca economizando carinho e palavras encorajadoras nos momentos difíceis.

À professora Dra. Claudia Priori, pessoa responsável em oportunizar minha iniciada na pesquisa científica, ainda na graduação, quando as dúvidas eram grandes, mas nas poucas certezas estava a de que o conhecimento é uma grande arma para um mundo mais igualitário.

Agradeço imensamente à professora Dra. Roseli Terezinha Boschilia pela preciosa orientação, sem a qual esta pesquisa não teria saído do projeto. Agradeço pela honra em poder trabalhar com uma profissional que me inspira. Obrigado pela paciência, pelas minuciosas leituras e ricas orientações, pela convivência e aprendizado.

Ao professor Dr. Hélio Sochodolak e à professora Dra. Kety Carla de March pela atenta leitura durante a banca de qualificação. Agradeço as valiosas contribuições, indicações de leituras e principalmente pelo incentivo e honra de contribuir para este trabalho.

À professora Dra. Terezinha Saldanha, pela recepção e orientação no Arquivo Histórico de Guarapuava. Agradeço a eficiência prestada durante o período de filtragem das fontes, pelas ricas conversas que tivemos e todo carinho que recebi.

Aos amigos e amigas, figuras que contribuíram imensamente e que possuem um lugar especial no meu coração para o resto da vida. A meu amigo Pedro Henrique Caires de Almeida, pelos valiosos conselhos e atentas leituras de meu trabalho. Obrigado pela parceria durante minha graduação. À minha amiga Jessica Tzech, que me apoiou e fortaleceu minha coragem de buscar novos

caminhos. Obrigado por cada momento de afeto e conversas sérias a distância. A Rogério Faria, meu irmão, filhos da mesma mãe: nossa casa em Campo Mourão. À Juliana da Mata e Melissa Leite Carolo que, mesmo com tanta correria, me davam atenção para desabafos. A Elaine Fernanda da Silva, por ter me guiado em momentos de crises de ansiedade quando cheguei à minha nova casa na capital. Obrigado por dividir as dificuldades de realizar uma graduação no contra turno dos árduos dias de trabalho, aos inúmeros encontros em finais de semana de estudos regados a bons vinhos e saborosas comidas. Ao meu casal mais querido, Wallas Jefferson e Edson Santos da Silva, que me orientou e sempre me indicou o caminho da arte e do conhecimento. À Anne Caroline da Rocha, Willian Funke e Paula Marinelli pela companhia nos árduos momentos de trabalho e descontração entre as doses de cafés diários, em que construímos uma rica amizade. Obrigado por me encorajar nos momentos de dificuldades e medo.

À Lenice Costa, que nas quintas-feiras zelou pelo lugar onde chamo de lar. Agradeço pelas conversas leves e descontraídas. Ao meu primo Ricardo Wagner, por incorporar o papel de irmão mais velho, me acolher e proporcionar momentos de alegria e conforto. Pelas novas e sinceras amizades que intermediou com Karen, Dany, Ana, Patrícia, Mariza, Thales e Beatriz. Sou imensamente grato por ter me socorrido neste momento tão importante de minha vida.

Aos meus novos amigos do CEC – Capivara Esporte Clube- que em pouco tempo, mas com muita intensidade, me acompanharam na reta final desta pesquisa. Ao Luiz Henrique Bianchi, pela companhia e carinho. Obrigado por entrar e deixar minha vida mais divertida. Por me acolher nos momentos de desânimo, estresse e dengo. Pelas gargalhadas, maratonas de séries e filmes, conversas sérias e descontraídas. Sou muitíssimo grato por segurar a minha mão, construir e compartilhar comigo diariamente o que sentimos e chamamos de amor.

Aos colegas do curso de Pós-Graduação que contribuíram neste percurso com debates, indicação de leituras e muitas conversas nos corredores da universidade entre os intervalos. Obrigado, Jailton Camargo, Thiago Giacomassi, Luiz Felipe, Ivan de Lima, Fernando, Gabriela Laroca, Lorena Pantaleão, Gerson Pietta, Otávio Weinhardt, Pâmela Beltramin Fabris, Victor de Leonardo Figols, Thais do Rosário e Márcia Krinski pelas parcerias e troca de experiências.

E por fim, e não menos importante, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por disponibilizar e

financiar a bolsa de estudos, sendo fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

“(...) o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura não jamais põem em jogo senão os signos.”

Michel Foucault

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de investigar os discursos jurídicos acerca das relações de gênero e violência em casos que tiveram como protagonistas mulheres na condição de denunciadas na Comarca de Guarapuava-PR, entre os anos de 1960 a 1980. Tomaremos como fonte a análise de trinta e dois processos criminais tipificados como homicídio, tentativa de homicídio, aborto, latrocínio, lesão corporal, furto, difamação, ameaça, injúria, calúnia, manter casa de prostituição, favorecimento de prostituição e disparo de arma de fogo. No que diz respeito ao referencial teórico, fundamentamo-nos em conceitos ligados aos estudos de gênero a partir de Joan Scott e Judith Butler, de violência, com base nas contribuições de Robert Muchembled e de crime, com Maria João Vaz. Buscamos, por meio do auxílio metodológico da Análise do Discurso, sob a perspectiva de Michel Foucault, compreender os discursos produzidos pelo meio jurídico, proferidos por promotores de justiça, juízes, advogados de acusação e defesa a respeito da violência e dos comportamentos sociais de gênero atribuídos às mulheres que estiveram em conflito com a lei. Para além das questões elencadas, o trabalho possibilitou visualizar o protagonismo das mulheres ao relatarem parte da história de suas vidas, dos espaços que circularam, dos traços do cotidiano e das relações sociais na Comarca de Guarapuava-PR.

Palavras-chave: Mulheres; Gênero; Crimes; Violência; Discursos jurídico.

ABSTRACT

The present research aims in investigating the legal discourses about gender and violence in cases in which women had been denounced in the Guarapuava-PR region from 1960 to 1980. Based on the analysis of 32 criminal cases typified in homicide, attempted homicide, abortion, robbery, bodily injury, theft, defamation, threat, injury, libel, keeping brothels, favoring prostitution and firing guns, we got based in the theoretical concepts related to studies of gender, violence and crime in order to understand the production and recurrence of discourses attributed to women who have been in conflict with the law. We intend to comprehend, through the methodological aid of the Discourse Analysis, and from Michel Foucault's perspective, the discourses produced by the juridical environment, given by prosecutors, judges and defenders regarding violence and social gender behavior. We also considered the role of women in reporting part of the history of their lives, of the spaces that roamed, of daily life's traces and of social relations in the Guarapuava-PR.

Keywords: Women; Gender; Crimes; Violence; Juridical discourses.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 GÊNERO, CRIME E VIOLÊNCIA NOS DOCUMENTOS POLICIAIS E JUDICIAIS.....	21
2.1 ENTRE CARÍCIAS E A SUSPEITA DE FURTO: OS DOCUMENTOS POLICIAIS E JUDICIAIS NA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA.....	22
2.3 O CRIME E A VIOLÊNCIA COMO OBJETOS DE ESTUDOS.....	36
2.4 CRIME E VIOLÊNCIA: UMA SENSIBILIDADE SOCIAL.....	40
2.4.1 Os estudos de Gênero, Crime e Violência.....	43
2.4.2 Criminologia e os Estudos de Gênero.....	53
2.4.3 Código, Modernização e Sexualidade.....	56
3 ESQUADRINHANDO TIPOLOGIAS: DELIMITANDO ESPAÇOS E PERFIS.....	60
3.1 CARTOGRAFANDO A COMARCA DE GUARAPUAVA.....	62
3.2 CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA NA URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA.....	67
3.3 AGORA É QUE SÃO ELAS: AS RESIDENTES E AS OUTSIDERS.....	72
3.4 QUARTOS, RUAS, QUINTAIS E OUTROS CENÁRIOS DESCRITOS NOS AUTOS.....	79
3.5 A PRÁTICA PROSTITUCIONAL E OS LOCAIS DE OCORRÊNCIA	
3.6 QUEM FORAM AS VÍTIMAS?.....	92
3.7 SENTENÇA, BENEVOLÊNCIA E MOROSIDADE DA JUSTIÇA.....	98
4 CADA CASO É UM CASO: PERCEPÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA NO DISCURSO DO MEIO JURÍDICO.....	104
4.1 AS MULHERES SOB O OLHAR DO DISCURSO JURÍDICO: ENTRE A MORALIDADE E A LEGALIDADE.....	107
4.2 VERSO E REVERSO DOS DISCURSOS.....	115
4.3 1.1 PROSTITUIÇÃO E EMBRIAGUEZ COMO ENUNCIADOS DISCURSIVOS.....	129
4.4 A PRÁTICA PROSTITUCIONAL: UMA CONDIÇÃO PARA O DESNÍVEL DISCURSIVO.....	142
4.5 VIDAS PRECÁRIAS E OS DISCURSOS.....	
4.6 A VIOLÊNCIA DISCURSIVA JURÍDICA E UMA CONDIÇÃO SOCIAL.....	152
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS.....	162

1 INTRODUÇÃO

As conquistas de direitos igualitários entre homens e mulheres ainda estão em processo, esbarrando muitas vezes em raízes patriarcais e sexistas que se fazem resistentes e são fortes na sociedade em geral, o que contribui para a perpetuação das desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres, frente a uma sociedade masculinizada. Dentre as temáticas estudadas pela história das mulheres e dos estudos de gênero, podemos destacar as pesquisas acerca da violência tendo as mulheres como vítimas. Além disso, nas últimas décadas, temos assistido a diversos noticiários da atuação feminina em crimes e práticas violentas, dos mais distintos tipos. Percebemos, assim, que a agressividade, o sadismo, a crueldade, os maus tratos, a violência e os delitos também são aspectos que perpassam a conduta das mulheres, desmistificando a docilidade feminina. Portanto, as mulheres também estiveram e estão na condição de denunciadas, tema ainda candente aos estudos históricos que será aqui explorado. Nesta perspectiva, buscamos com este trabalho compreender o discurso jurídico acerca da violência e das relações de gênero presentes nos procedimentos de apuração de casos que tiveram mulheres na condição de denunciadas na Comarca de Guarapuava, Paraná, com recorte específico nos anos de 1960 a 1980.

Fui motivado ainda no caminho da graduação e na oportunidade de desenvolver uma pesquisa de Iniciação Científica pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, quando na ocasião foi possível conhecer e acessar o Arquivo Histórico de Guarapuava, que conta com um acervo de documentos municipais, documentos de vendas e concessão de terras, jornais, revistas e processos criminais. E em meio a esses documentos, os processos criminais que registraram crimes cometidos por mulheres daquela Comarca me chamaram a atenção por não terem sido explorados.

A partir da intenção, ainda na graduação, de observar o perfil dessas mulheres que foram denunciadas por terem cometido crimes, fui levado à ambição de alargar a pesquisa com um projeto de mestrado, no intuito de sondar os discursos que circularam no meio jurídico quando no processo de investigação e produção de justiça acerca dessas mulheres denunciadas. Dessa forma, a problemática desta pesquisa consiste em investigar os discursos proferidos por

promotores, advogados de acusação e defesa e juízes a respeito dos crimes que tiveram mulheres na condição de denunciadas. Para esta análise, concentrar-nos-emos também em evidenciar o protagonismo das mulheres em conflito com a lei e os discursos produzidos por elas e pelas vítimas, pois o discurso jurídico é produzido e ancorado nos discursos dos litigantes. Por meio desta problemática, objetivamos retratar o perfil das mulheres que foram acusadas, os conflitos sociais que permearam o contexto dos fatos apurados, e assim compreendermos as percepções de gênero e violência no meio jurídico quando as mulheres foram indiciadas.

Os discursos recorrentes no meio jurídico foram costurados a partir de uma estrutura legal do Código Penal Brasileiro, reformulado no início da década de 1940. Contexto de alterações sociais, estruturais e políticas nos grandes centros que visavam à modernização também refletiram na produção de reflexões dos juristas, como Nelson Hungria, dedicados a pensar as relações sociais que se alteravam entre homens e, sobretudo, mulheres pertencentes a classes mais favorecidas. A preocupação tomada por Hungria consistiu, também, em questionar a respeito das mulheres que penetravam cada vez mais em espaços públicos, como nas repartições públicas, com o intuito de estabelecer a manutenção e conservação de preceitos morais e familiares.

O conservadorismo de papéis sociais presentes no código de leis consiste na construção histórica de expectativas do comportamento no qual a mulher afável, dócil e mantenedora da moral do lar compreendeu parte fundante do núcleo de uma família tradicional. Em contrapartida, o homem estaria destinado a atuar no meio público considerado violento, “perigoso” e prover a economia do lar. Esses ideais de comportamentos hegemônicos omitem uma multiplicidade manifestada no plano real e os processos criminais, em que mulheres foram processadas, corroboram a projeção de comportamentos ideais e a reprovação de outros.

No contexto paranaense, a então Universidade do Paraná, atual Universidade Federal do Paraná, consistia no principal núcleo de formação de juristas atuantes na Comarca de Guarapuava. Nesse ambiente de formação coexistiu a influência das dogmáticas Positivista e Tecnicista Jurídica que refletiram nos discursos e na prática jurídica.

Problematizar a produção dos discursos no meio jurídico, em relação às mulheres e às desigualdades que estiveram imersas historicamente passou a ser possível a partir das tendências da História Cultural delineada pelas alterações de

paradigmas e pressupostos epistemológicos desde 1960. Este campo teórico abarca temáticas de interesses como as relações de gênero, a história das mulheres e seus locais de inserção, atuação social e relações de poderes, dando importância pelos subalternos e marginalizados socialmente em cotidianos diversos, considerando as especificidades construídas historicamente.

Neste sentido, tendo como objeto de estudo o discurso jurídico, esta pesquisa se fundamenta nos estudos de gênero enquanto uma categoria analítica das relações entre homens e mulheres na estrutura social em que estiveram imersos. Embasado nas contribuições de Michel Foucault (1985), Joan Scott (1990 e 1992), Judith Butler (2017), os discursos estão indissociáveis da organização social e configuram o *efeito* das relações de poderes e das construções culturais e históricas presentes na estrutura dos códigos. Assim, o meio jurídico é observado como uma estrutura do Estado responsável por delimitar condutas aprovadas na sociedade, sobretudo no universo pesquisado, e também por reproduzir modelos excludentes e conservadores de identidades.

Para tanto, a autora Maria João Vaz (2011) defende que, no estudo do crime, é necessário atentar-se para além do que está delimitado nos códigos, chamando a atenção para a sensibilidade no tratamento social para com quem está sendo julgada(o), uma vez que as leis são criadas por uma determinada parcela de indivíduos e aplicadas em outra. Neste sentido, quem também colabora no estudo do crime é Helena Machado (2008), ao compartilhar a ideia do ato criminoso como não sendo autoevidente, necessitando, assim, observarmos elementos associados ao próprio Código em circulação no ambiente estudado. Por esse ângulo, encontramos viabilidade ao analisar as argumentações nos processos, proporcionando sondar preceitos valorativos acerca dos perfis sociais para além da margem legal e adentrar os preceitos morais do contexto pesquisado.

No crime, a violência poderá estar presente em diversas formas de percepção reveladas pelas circunstâncias descritas, quando no transcorrer da apuração dos fatos. Entretanto, a violência também se manifesta no processo de condução de julgamentos por meio dos procedimentos e discursos ocorridos no espaço jurídico. Compartilhando da ideia defendida por Alba Zaluar (1999), a violência remete à força física, no entanto, o conceito é amplo e denota a imposição ou a ameaça à integridade da vida e aos direitos humanos. Por este ângulo, a violência jurídica é

uma variante que pode se manifestar no processo de julgamento, contribuindo para desvelar as diferenças no processo de produção da justiça.

Ainda no tocante à violência, Maria Cecília de Souza Minayo (2017) contribui para a análise ao considerar a existência da violência dentro das instituições que se escondem atrás de normas de funcionamento e burocracia, produzindo violência institucional e injustiças. Nos conceitos de crime e violência, o arcabouço teórico visitado proporcionou sondar os discursos elaborados no espaço jurídico composto por determinados sujeitos pertencentes a uma elite e que julgaram mulheres pobres, em sua maior parte, e ligadas com a prática prostitucional.

A produção dos discursos que estiveram em circulação no meio jurídico local não foi apenas influenciada pelo código de leis vigente no âmbito nacional, mas, assim como todos os discursos são datados historicamente no contexto em que foram difundidos, é importante levar em conta o espaço nos quais foram materializados. A partir da década de 1950, a Comarca de Guarapuava é marcada por alterações políticas, cujos ideais de modernização passaram a ser lemas políticos regionais.

Inicialmente sob a influência da política desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek, que tinha como meta transformar cinquenta anos de desenvolvimento em cinco, e também na influência do *American Way of Life*, advindo dos Estados Unidos, que visava ressaltar o consumismo e legitimar um estilo de vida capitalista, Guarapuava trazia no campo cultural estilos de comportamento social difundido pelo cinema, rádio e revistas. Adentrando o período da Ditadura Militar após o Golpe de 1964, a sociedade guarapuavana registrou o aumento populacional, sobretudo no meio urbano em detrimento ao meio rural, que, embora fosse menor do que o rural, ainda continuou contando com uma grande parcela do total de habitantes. As mudanças no meio urbano implicaram também a criação de um Plano de Urbanização, conferindo ao espaço o controle social e a valorização do centro em relação às regiões mais periféricas.

As mulheres passaram nesse contexto a galgar maior espaço no meio público da sociedade, ocupando cargos, como de secretárias, operárias, vendedoras e outras formas de ocupação para além do meio doméstico. O aumento da visibilidade das mulheres no meio social e o aumento populacional coincidiram também com a alteração das cifras de crimes que registram mulheres na condição de denunciadas. Portanto, o recorte temporal se justifica também pelo aumento de ocorrências

protagonizadas por mulheres, registradas entre os anos de 1960 a 1980, comparadas aos anos de 1940 a 1959 no espaço da Comarca de Guarapuava.

A formação discursiva consiste em enunciados descontínuos, presentes na história e promotores da realidade. Para analisá-los historicamente é necessário perceber a recorrência dos enunciados que produzem a formação de um determinado discurso.

A produção de discursos também obedece a interdições, que no meio jurídico se manifestam na própria ritualística, pois é um espaço fechado que só é penetrado quando autorizado. Como observa Foucault (1970), a ordem do discurso não cabe a todos em qualquer momento; não se fala o que quer, para quem quer, onde quer e quando se quer. Uma pessoa antes mesmo de enunciar-se carrega consigo a carga de onde enuncia, pois quem fala, o faz de algum lugar para outra pessoa. Ainda no sistema jurídico, para além das interdições, há exclusões que buscam em cada caso o encontro com a “verdade” como condição. A “verdade” poderá ser alcançada pela confissão, significando simbolicamente o reconhecimento da falta perante a norma e o reconhecimento do poder a que está sujeita, ou por meio das evidências julgadas como suficientes para condenar ou absolver.

Os discursos contidos nos processos de crime e documentos policiais são tratados como fábulas, de acordo com que descreve Mariza Corrêa (1983). Os discursos enquanto uma fábula expressam representações sociais propagadas nas narrativas durante a apuração dos casos, que, por conseguinte, enviam as percepções de gênero e violência. A formação de um processo é ainda notada pela sobreposição de versões do fato, versões estas descritas entre as partes, e nesse procedimento os atos são transformados em auto, formando narrativas, mas que no final apenas uma será considerada “legítima”. Dos procedimentos processuais é extraída uma versão da realidade utilizada na sentença como uma “verdade”.

O consubstanciar de uma sentença é forjado na dimensão linguística por meio de argumentações que estão interligadas ao cenário amplo corrente, e na análise dos discursos encontramos a presença de duas vias de argumentação utilizadas para justificar o acórdão final: o discurso legal embasado nos códigos de leis vigentes e o discurso moral, constituído socialmente, e que contribui para a argumentação final dos casos possuindo como pano de fundo uma idealização de perfis e comportamentos sociais hegemônicos. Os discursos, legal e moral, sempre

estarão interligados um ao outro, sua plasticidade é que prestará adequação justificável para cada caso.

Utilizando-se de processos criminais e documentos policiais como fontes, encontramos ricos relatos de vidas conectando-se a cotidianos difíceis de serem acessados como no mundo dos crimes e da violência em uma sociedade, sobretudo, quando cometidos por mulheres. Reunindo procedimentos burocráticos de um passado, traduzindo o clamor dos fatos em palavras acerca de acontecimentos, aventuras, violências e crimes que se encontram e se distanciam em circunstâncias diversas, os processos foram dissecados a fim de conseguir identificar elementos que expressam significações históricas no que diz respeito à reação jurídica através dos discursos. Para tanto, foram apurados trinta e dois processos criminais de tipificações diversas como homicídio, tentativa de homicídio, aborto, lesões corporais, furto, difamação, injúria, calúnia, latrocínio, ameaça e manter casa de prostituição, com a finalidade de observar em uma perspectiva ampla das tipificações os discursos que estiveram em circulação.

A partir da apuração dos casos delimitamos dois grupos de mulheres presentes no contexto pesquisado: as residentes, que foram as mulheres sem vínculo com a prática prostitucional, e as mulheres *outsiders*, que possuíam envolvimento com a prostituição. As mulheres residentes foram predominantemente denunciadas por crimes contra a pessoa como homicídio, tentativa de homicídio e lesão corporal. No grupo das mulheres *outsiders* predominaram as denúncias contra a propriedade, como o furto. A partir das tipificações, a hipótese que buscaremos comprovar é de que houve diferenças valorativas nos procedimentos de apuração dos fatos entre os dois grupos de mulheres. As mulheres *outsiders* estiveram em uma condição mais vulnerável aos julgamentos morais por estarem na condição de meretriz. Diferentemente quando mulheres residentes foram denunciadas, os discursos inferem enunciados que estiveram mais próximos da lei e não da conduta moral de uma sexualidade desviante.

Essas mulheres viveram em variados cenários sociais, mas, em suma, eram pobres e não alfabetizadas. Mulheres que se ocupavam da rotina de cuidar da casa e/ou de trabalhar no comércio local e outras que estiveram no meio da prostituição e participaram de conflitos e desavenças. Ainda mulheres de diversas idades, mães,

casadas e vindas de diversos locais, como Santa Catarina e São Paulo ou do próprio Estado do Paraná, quando não da cidade de Guarapuava.

A pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro, foi elaborada uma reflexão acerca do crime, da violência e das relações de gênero no tocante às mudanças no campo da historiografia no final do século XX. Procuramos também atentar para as perspectivas analíticas historiográficas em pesquisas que se ocuparam de documentos policiais e jurídicos presentes no Brasil da década de 1980 e no contexto europeu, que já vivenciava mudanças de paradigmas desde os anos de 1960. Paralelo a este debate teórico, realizaremos discussão acerca das alterações no Código Penal no Brasil em 1940, pois este carece de uma análise em seus aspectos históricos no que tange às renovações legais para com as mulheres.

No segundo capítulo, tendo como fio condutor as tipologias de crimes apuradas, buscamos evidenciar semelhanças e contrastes entre perfis das mulheres que foram denunciadas, cenários de acontecimento dos casos e circunstâncias em que elas estiveram inseridas. Além disso, cartografamos o espaço jurídico de atuação da justiça na Comarca de Guarapuava, e dentro deste espaço foram descritas as incidências dos casos arrolados, que não se restringiram apenas ao meio urbano. Com esse tópico, buscou-se esquadriñar os cenários e perfis das mulheres que foram denunciadas por alguma prática delituosa. É de fundamental importância alargarmos o entendimento acerca dos espaços sociais nos quais elas estiveram presentes, para assim haver uma ampla noção da construção dos discursos jurídicos presentes nos processos de julgamento.

No terceiro e último capítulo procurou-se, com a análise dos discursos, compreender as percepções de gênero e violência presentes no processo de julgamento das mulheres denunciadas. A partir dos discursos proferidos pelas mulheres que protagonizaram os casos e do discurso jurídico – juízes, promotores e advogados – sondaram-se a condução e a produção da justiça, atentando também para a violência presente nos procedimentos de investigação e julgamento dos casos.

Investigar o discurso promovido pelo meio jurídico quando as mulheres estiveram na condição de denunciadas é um meio de refletirmos a produção da justiça e de demonstrar por meio da história os enunciados que foram utilizados para tais procedimentos. Ao tratar das mulheres denunciadas por cometerem crimes e atos violentos, não maculamos, de nenhuma forma, o movimento, que também de

extrema necessidade, busca denunciar as formas de violência às quais historicamente estão mais vulneráveis. Na medida em que retratamos os discursos e procedimentos jurídicos com a finalidade de evidenciar as percepções de gênero e violência neste meio, estaremos também concedendo protagonismo às mulheres que estiveram na condição de retratação legal. Assim, espera-se que com essa pesquisa seja possível ampliar o entendimento na historiografia a respeito das práticas jurídicas e desconstruir estereótipos que condicionam práticas sociais de crime e violência a comportamentos designados a homens e não às mulheres.

2 GÊNERO, CRIME E VIOLÊNCIA NOS DOCUMENTOS POLICIAIS E JUDICIAIS

O crime e a violência são fenômenos que há muito ocupam um amplo campo de debate na historiografia e que são passíveis de serem avaliados por meio de diversos rastros do passado, como nos documentos oficiais produzidos por instituições de controle e repressão do Estado, fornecendo dados concernentes a normas, transgressões e conflitos sociais. A partir da década de 1960, a historiografia registra a ampliação do foco nas pesquisas acerca do crime e da violência, agregando outros enfoques, como discursos policiais e judiciais, subjetividades e relações de gênero.

Esse contexto é marcado pelas contestações dos pressupostos teóricos remanescentes da modernidade, culminando na emergência de novas abordagens teóricas, como a pós-estruturalista, coadunando em leituras históricas contemporâneas interessadas na desconstrução de ideais que generalizassem ou naturalizassem os comportamentos e organizações sociais. Atentos em produzir um alargamento do campo interpretativo das dinâmicas sociais, intelectuais entusiasmados com a abordagem pós-estruturalista tiveram como propósito rever pensamentos excludentes, no intuito de alertar a necessidade de novos olhares e interpretações históricas até então ignorados. Neste solo fértil, temos o desenvolvimento dos estudos referentes às mulheres enquanto denunciadas por crimes e atos violentos, assim como a análise da reação jurídica quando na condição de indiciadas e julgadas – campo de pesquisa to qual este trabalho se insere.

Portanto, buscamos com esse capítulo a elaboração de uma reflexão acerca do crime, da violência e das relações de gênero no tocante às mudanças no campo da historiografia no final do século XX. Procuramos também atentar para as perspectivas analíticas historiográficas em pesquisas que se ocuparam de documentos policiais e jurídicos presentes no Brasil da década de 1980, mas que no contexto europeu já vivenciavam mudanças de paradigmas desde os anos de 1960. Paralelo a esse debate teórico, realizaremos discussão acerca das alterações no Código Penal no Brasil, em 1940, pois este carece de uma análise em seus aspectos históricos no que tange às renovações legais para com as mulheres.

Neste sentido, as pesquisas realizadas na utilização desse tipo de fonte acompanharam as mudanças teóricas e metodológicas, sendo possível, por esse

ângulo, apontar a atenção dada aos estudos das relações de gênero, sexualidade e desconstruções ideológicas como tendências historiográficas que tiveram espaço em reflexões dedicadas a tratar a violência e o crime. A ampliação do foco nas ciências humanas e a atenção à perspectiva de gênero nas relações sociais estão no rastro dos movimentos sociais de cunho feminista, atentos à busca de maior representatividade e equidade de direitos humanos, seja enquanto vítimas da violência buscando retratação jurídica, ou quando sendo elas as julgadas, demandando atenção para a condução justa da aplicação da lei.

2.1 ENTRE CARÍCIAS E A SUSPEITA DE FURTO: OS DOCUMENTOS POLICIAIS E JUDICIAIS NA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

No interior dos inquéritos policiais e dos processos criminais, encontramos procedimentos penais e uma teia discursiva que, ao olhar historicizante, fornece informações para além do próprio fato apurado, como das circunstâncias, dos ambientes, dos hábitos e dos laços no passado¹. Compartilhando da ideia de Boris Fausto (2001), quando afirma que “do crime é possível apreender as regularidades, perceber valores, representações e comportamentos sociais, através da transgressão da norma penal”², o crime expressa uma relação individual e social ao mesmo tempo, indicando comportamentos idealizados e transgressores. O caso de Ricardo que reclamou um furto³, supostamente cometido por Serafina, em agosto de 1965, na localidade do bairro Morro Alto, cidade de Guarapuava, ilustra a trajetória descritiva de um caso recheado de informações do cenário que compõe a Comarca estudada.

O inquérito⁴ foi aberto após Ricardo⁵ ter se dirigido às 22 horas à delegacia local e pedir a apuração de um furto que teria sofrido ao visitar o meretrício de Gertrudes. Segundo suas declarações, nesse dia ele resolveu “dar uma olhadinha

¹ Devido à proximidade temporal dos casos, os nomes das mulheres denunciadas, das pessoas envolvidas nos casos e dos agentes jurídicos citados ao longo da dissertação tiveram suas identidades ocultadas em pseudônimos.

² FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: A criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p.14.

³ Furto. Art. 155 do Código Penal: Subtrair para si ou para outrem coisa alheira móvel.

⁴ Arquivo Histórico de Guarapuava. Caso de Furto; Ano de 1965; Caixa 314; Processo 965.2.5867.

⁵ Ricardo, casado, lavrador de 35 anos de idade, sabia ler e escrever e residente em Entre Rios, distrito da Comarca de Guarapuava.

na zona do baixo meretrício”, em companhia de seu amigo Wagner, ocasião em que decidiram entrar na casa para tomar uma cerveja. Quando adentraram o salão, logo foram se acomodando. Ricardo relatou que apareceu uma mulher, sua conhecida, de nome Serafina⁶, que foi logo lhe fazendo carícias. Naquele momento, o declarante afirmou que estava com Cr\$30.000 (trinta mil cruzeiros) no bolso da camisa e que, ao receber carícias de Serafina, ela teria furtado de seu bolso, não a vendo agir no instante que subtraiu seu dinheiro, mas que seu companheiro, Wagner, que estava ao lado na mesa, presenciou o ato. Ricardo relatou ainda que, após a ação, Serafina saiu para o lado de fora da casa, instante em que seu companheiro lhe alertou do furto, e ao procurá-la, essa já não se encontrava mais na casa. Nesse momento, surgiu a proprietária do estabelecimento que afirmou ao declarante que Serafina estava conversando momentos antes com seu amante, os quais logo desapareceram.

Serafina, em seu depoimento, narrou ter tomado cerveja em companhia de Ricardo e que em um dado momento o referido homem sentiu a falta da importância de trinta mil cruzeiros. Nesta ocasião, o companheiro de Ricardo, Wagner, perguntou se ela não tinha subtraído a importância. Serafina afirmou ter ficado muito brava e ter respondido não precisar furtar dinheiro alheio. Serafina ainda descreveu que naquele momento ambos os homens saíram do meretrício e se dirigiram à Delegacia de Polícia.

Na versão que Wagner⁷ relatou do ocorrido fato, ele resolveu ir tomar uma cerveja no meretrício de Gertrudes com seu amigo. Ao chegar lá, uma mulher, que ele desconhecia o nome, se aproximou e começou a acariciar seu amigo, momento em que ela observou uma quantia de dinheiro no bolso da camisa de Ricardo, levou a mão e retirou a importância. Após a ação, Wagner contou que a mulher saiu para o lado de fora do estabelecimento; o depoente declarou que comunicou ao seu amigo o que observou e Ricardo se deu conta da falta de dinheiro. Ainda em seu depoimento, Wagner explicou que a mulher voltou mais tarde ao salão determinando

⁶ Serafina, casada, de 28 anos de idade, alfabetizada, natural de Faxinal dos Elias, Guarapuava. Em sua ficha de qualificação consta a profissão de meretriz, católica e residente no Morro Alto e inquilina de Gertrudes. Nas descrições de sua vida pregressa, aparece que Serafina começou a trabalhar com 13 anos e viveu em companhia de seus pai e mãe até os 8 anos, que nunca havia sido presa, possuía uma vida econômica regular e apresentava o vício de fumar.

⁷ Wagner, casado, 33 anos de idade, lavrador, natural de Guarapuava, sabia ler e escrever e residia na firma Junqueira, onde também trabalhava.

que Ricardo pagasse as despesas. Ambos alegaram não possuírem mais dinheiro, pois Ricardo havia sido furtado. Em seu depoimento, nesse momento foi instaurado um conflito na casa.

Gertrudes⁸ foi chamada para ser a segunda testemunha. Nos autos, a depoente narrou que teria escutado uma confusão no salão da casa e foi até Ricardo se informar o que estava se passando no seu estabelecimento. Gertrudes testemunhou que Ricardo acusava Serafina de ter furtado uma importância de trinta mil cruzeiros do bolso de sua camisa, e que em seguida eles se retiraram de sua casa e foram para a Delegacia de Polícia.

No dia vinte e dois de dezembro do mesmo ano, um oficial de justiça foi enviado para intimar os envolvidos no caso. O oficial de justiça, em relatório, observou que ao se dirigir à região do Morro Alto deixou de intimar Serafina porque ela havia transferido a sua residência para a cidade de Laranjeiras do Sul, em outro meretrício da localidade. O juiz em exercício enviou à Comarca de Laranjeiras do Sul uma carta precatória⁹, no intuito de identificar e intimar Serafina. No entanto, novamente em relatório, o oficial de justiça da Comarca de Laranjeiras do Sul descreve que não pôde realizar a citação da indiciada Serafina, pois ela já não residia mais na cidade e que havia se transferido para outra localidade não identificada. A dificuldade de comunicação fez com que Serafina não fosse localizada, e o procedimento seguido pelo juiz de paz da Comarca de Guarapuava foi a publicação em edital de sua procura, dando-lhe dez dias para comparecer perante Juízo a fim de ser interrogada e processada pelo crime de furto que estava sendo acusada.

Já se passava o prazo, era vinte e dois de abril de 1966, e Serafina não compareceu ao Juízo de Guarapuava. Mesmo não estando presente, foi nomeado um defensor público para a sua defesa, no qual o advogado argumentou que “a denúncia não possuía nenhuma base moral ou legal para ser procedente; o

⁸ Gertrudes, de 54 anos de idade, natural de Pinhão, residente e proprietária da casa no Morro Alto no município de Guarapuava, não sabia ler e escrever.

⁹ Carta precatória consiste em uma ferramenta utilizada pela Justiça quando necessita citar/intimar uma pessoa que se encontra em outra Comarca a comparecer perante a Justiça para responder aos autos. Um juiz processante não pode invadir a jurisdição de uma Comarca que não seja a sua para localizar e intimar a pessoa processada. A comunicação realizada entre as jurisdições é realizada através da Carta precatória. O juiz interessado (dito deprecante) comunica qual Comarca pertence e quem lhe interessa que o juiz responsável pela aquela Comarca (dito deprecado) ordene um oficial de justiça para localizar e intimar a pessoa procurada.

queixoso e seu amigo de ‘farra’ são suspeitos de fazer prova contra a *infeliz* denunciada e assim dificulta saber em quem acreditar; ainda que o dinheiro estivesse com Serafina, seria também retribuição pelas carícias nele realizadas”¹⁰.

Foi marcada uma audiência sem a presença de Serafina, e novamente as testemunhas foram ouvidas. O desfecho do caso foi pela absolvição da acusada Serafina. Na sentença foram apontadas contradições nas declarações existentes entre o requerente e seu companheiro, em que o primeiro declarou que a mulher saiu do salão e desapareceu, e o segundo afirmou que Serafina teria retornado mais tarde cobrando a dívida. Foi, ainda, apontado que os declarantes estavam embriagados e sem qualquer dinheiro para pagar os custos da “diversão”. Assim, declarou o juiz não haver provas suficientes que comprovassem o fato delituoso, e que poderia ser aceitável que nem mesmo um furto tivesse ocorrido.

Pensar esses documentos como fontes históricas não consiste em rever o caso e *re-julgá-los* à procura de culpados; essa pretensão não cabe ao objetivo historiográfico, pois “as fontes não são janelas escancaradas como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão como pensam os céticos, no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformados”¹¹. Não é por serem espelhos deformados que não conseguiremos entrever o passado no emaranhado de falas e procedimentos burocráticos que ficaram registrados. Nesses espelhos embaçados, mesmo que não possamos acessar a realidade refletida neles, vemos parte da luz que reflete nele e chega aos nossos olhos.

Para além dessa barreira à qual toda historiografia está limitada, os inquéritos policiais e processos crime têm como especificidade o caráter performativo¹² das suas palavras. Não são simplesmente palavras e ideias expostas por alguém, mas vão além, são agentes criadores de efeitos objetivos na realidade daqueles que estão sujeitos à lei: o documento aqui analisado define a culpa ou inocência, a liberdade ou a prisão, a boa conduta ou a condenável.

¹⁰ *Ibidem*, Fl.28.

¹¹ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p.53.

¹² Performativo aqui é utilizado para diferenciar um texto que não tem a intenção simplesmente comunicativa, à escrita ou fala performativa que remetem diretamente a uma ação relacionada àquilo que foi dito. Como exemplo, os dizeres de um juiz, inscritos nas sentenças de condenação ou absolvição, que criam um efeito direto na realidade da pessoa processada. *In*: AUSTIN. John Langshaw. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas. 1990.

Voltando ao caso de Serafina. Não sabemos para onde ela foi, sabemos que se deslocou por inúmeros locais, demonstrando audácia em ignorar o processo corrente no qual estava sendo indiciada. Serafina poderia ter muito mais a dizer, mas não é possível acessar outros capítulos de sua vida. Assim como também não sabemos se realmente houve o crime, “é óbvio que é difícil, senão impossível, descobrir ‘o que realmente se passou’ [...] existem, é claro, pelo menos tantas dúvidas quanto certezas neste contexto. Mas, por favor, devagar com o ceticismo: *há certezas*”¹³. De fato, o que está em jogo na historiografia não é a verdade a respeito do fato-crime ou a justeza da sentença, e sim os sinais deixados por estes sujeitos, que tiveram seu cotidiano atravessado pelo poder. Sem intenção, deixaram pistas na rede de sociabilidade na Comarca de Guarapuava. A partir do inquérito, podemos inferir que a região do Morro Alto se trata da região de meretrício, e que em Laranjeiras do Sul, cidade que não pertencia à Comarca de Guarapuava, também possuía meretrícios. Outra possibilidade que o documento nos dá é a de analisar os desvios de condutas dos homens, que não hesitam em se expor à delegacia para denunciar Serafina por furto, mesmo que o requerente seja um homem casado.

2.2 DELINEANDO UMA DIMENÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Esses documentos oficiais fazem parte de uma seara de fontes utilizadas para a produção historiográfica e que, há muito, carregam aspectos que os tornam particulares como a natureza burocrática repleta de protocolos. Keila Grinberg (2005) observa que, a partir do final do século XIX, no Brasil, o *inquérito policial* é institucionalizado com a reformulação do Código Penal de 1871¹⁴, juntamente com a

¹³ GINZBURG, *op. cit.* p.39.

¹⁴ Grinberg discorre acerca dos usos dos processos criminais como fontes do ofício historiográfico e apresenta um sumário das alterações penais ocorridas no Brasil. A regulamentação dos crimes no Brasil colonial foi definida pelo *Livro de Ordenações Filipinas*, de 1603, código português que foi estendido às colônias. A legislação no *Livro V* foi revogada em 1830, quando foi instituído o *Código Criminal do Império do Brasil*, e logo seguido pelo *Código de Processo Criminal*, de 1832. No período imperial, os crimes passaram a ser definidos como *crimes públicos* (contra a ordem pública do império e imperador, como rebeliões ou insurreições); *Crimes Particulares* (contra a propriedade ou indivíduo); e os *crimes policiais* (contra a civilidade e os bons costumes, incluindo vadiagem, capoeira e crimes de imprensa). Ainda neste contexto é instituído o *Habeas Corpus*, que desde então vigora no Brasil. O código ainda foi alterado duas vezes no período imperial. Em 1841, a reformulação passou a definir que os juízes de paz não estariam mais na incumbência de investigar crimes, atividade que passou a ser atribuída apenas aos chefes de polícia e delegados, significando

criação do aparato repressivo do Estado. O inquérito policial consiste na documentação produzida pelo aparato policial que acolhe e investiga uma denúncia ou acusação de uma suposta infração penal. Com o término das investigações, há a lavratura de um relatório pelo chefe da polícia, em que são resumidas as atividades investigativas. O segundo procedimento consiste na análise pela Promotoria de justiça que decide, de acordo com a suficiência de evidências de um crime, recusar ou proceder o inquérito para se tornar um processo judicial. Uma vez procedente a denúncia, o inquérito passa a ser parte integrante de um processo criminal que compõe a apuração dos fatos¹⁵. Assim, todo o processo criminal é composto por inquéritos policiais, no entanto, nem todos os inquéritos se tornam processos, pois com a recusa da Promotoria de justiça o caso é arquivado ou retorna para a Polícia continuar na procura de mais evidências. No presente trabalho, as fontes que são utilizadas são os processos criminais, os inquéritos que os compõem e também inquéritos e processos que, por diferentes motivos, como será tratado em um momento mais oportuno, não tiveram sequência.

O que faz dessas fontes um rico instrumento de pesquisa é o acesso ao aparato legal que define o que era considerado crime em distintos recortes temporais e espaciais. As falas registradas em *depoimentos*, *sentenças* e *relatórios* revelam discursos institucionais e descrições dos ambientes sociais. “Por conta disso, é fundamental que os processos sejam tomados como mecanismos de ‘controle social’, marcado necessariamente por uma linguagem jurídica e pela interpretação do escrivão”¹⁶. O acesso ao cotidiano e aos agentes históricos passados, suas condutas e valores em outras épocas, constitui uma ampla gama de possibilidades analíticas. Ainda no guarda-chuva de possibilidades temáticas dispostas nesses documentos, a própria Justiça e os operantes jurídicos, bem como

o fortalecimento do aparato repressivo do Estado. Na segunda vez, em 1871, é formalizada a utilização do *Inquérito Policial*, cuja prática já existia, consistindo na documentação das investigações dos crimes realizadas pela polícia. O código de 1830 foi substituído pelo de 1890, já no período republicano. Nesta nova legislação, ocorreu a mudança da *legislação processual* como o fim da punição com a pena de galés, de banimento e de morte (com exceção em tempos de guerra). Novamente ocorre durante o Estado Novo a reformulação do código penal e da constituição em 1940. Dentre as mudanças mais significativas neste novo código, a alteração dos crimes julgados pelos tribunais do júri (a partir de então apenas os crimes dolosos contra a vida, como infanticídio, induzimento ou auxílio ao suicídio, duelo com morte, homicídio). Este código passou por algumas alterações, mas é o que se encontra vigente até hoje. Cf. GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciário. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2013. p.123-124.

¹⁵ *Ibidem*, 2013.

¹⁶ *Ibidem*, 2013, p.126.

a lógica dos protocolos legais integram um rol de objetos a serem explorados pelo(a) historiador(a).

É possível identificar, assim como também demonstrou Grinberg, que entre 1960 e 1970 a sensibilidade historiográfica na Europa se direcionou em observar uma perspectiva social do passado e seus agentes, com ênfase na problemática da construção das identidades, aproximando-se da Antropologia e dos pressupostos marxistas. Hebe Castro (1997) explica que “a história social em sentido restrito surgiria, assim, como uma abordagem que buscava formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais”¹⁷. Arlette Farge (1977) considera como momento de abertura de um mundo desconhecido “em que os rejeitados, os miseráveis e os bandidos fazem sua parte em uma sociedade vigorosa e instável”¹⁸.

Os *subalternos* passaram a integrar os interesses da historiografia e a análise de crimes é tomada em suas singularidades, proporcionando leituras amplas em cenários pouco acessíveis como as vidas *ordinárias*. Em *Eu, Pierre Riviere, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: Um caso de parricídio no século XIX apresentado por Michel Foucault* é descrita uma investigação da vida de um parricida na Normandia, França, no início do século XIX, que matou a sua mãe grávida, seu irmão e sua irmã. Pierre relata os motivos que o levaram a cometer o crime, apontando a opressão feita pela sua mãe para com o seu pai diariamente, um fundamento central de sua vontade. Foucault, no capítulo “Os assassinos que se conta”, dedica-se a analisar as falas de médicos, psiquiatras e juristas que no decorrer do julgamento teriam que formular uma sentença/verdade. Observando os discursos entre as pessoas ligadas à instituição, o autor esmiúça a construção de verdades por meio das relações de poderes conferidas a pessoas ligadas às instituições. Preocupado com a questão ampla dos poderes e dos micropoderes, Foucault observa também os depoimentos que descreveram a vida de Pierre e seus comportamentos destoantes. O que fazia de Pierre um criminoso, que “fugiu da curva”, uma vez que o autor afirma que os casos de parricídio no contexto analisado eram recorrentes, foi o fato de Pierre cometer o crime e ter motivos fundamentados e

¹⁷ CASTRO, Hebe. História Social. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro. Editora Campus. 1997.p.45.

¹⁸ FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009. p.13.

descritos em sua confissão¹⁹. “O crime, para Foucault, é um acontecimento, o discurso acerca do crime é outro acontecimento que reinventa o outro”²⁰.

Na peça jurídica, Pierre era louco, para alguns, um criminoso cruel, para outros, e para Michel Foucault, uma forma de *tornar visível o que estava visível*, ou seja, demonstrar as relações de poderes e a formação de uma sentença entre os discursos médicos, jurídico e psiquiátrico, que muitas vezes se cruzavam e se chocavam. Foucault ainda destaca que a utilização do saber médico e psiquiátrico são saberes científicos que estavam começando, em meados do século XIX, a serem utilizados para encontrar fundamentos descritivos de personalidade nas atividades penais.

Em outra abordagem, a da micro-história, Carlo Ginzburg (2005), em **O queijo e os Vermes**, realiza uma pesquisa a partir de um processo inquisitorial, no qual observa as minúcias, os *sinais* encontrados no caso de um julgamento inquisitorial no século XVI de um moleiro friulano chamado Domenico Scandella, apelidado de Menocchio, por ter pronunciado palavras heréticas. Ginzburg descreve a vida cotidiana de Menocchio e suas ideias, além de refletir a cultura popular e erudita no contexto da Reforma Protestante. Menocchio também chama a atenção por pertencer a uma cultura popular, mas que possuía o conhecimento de uma cultura “concebida” aos eruditos, como o conhecimento de latim. O autor analisa as falas de Menocchio frente ao tribunal, constatando uma circularidade cultural²¹.

Foucault e Ginzburg contribuíram com duas obras que demonstram a versatilidade em trabalhar com os processos criminais, sejam produzidos pela Inquisição do século XVI ou pela Justiça contemporânea. O que é possível observar são perspectivas de análises históricas, uma pautada na produção de uma sentença e os discursos da instituição e a outra se dedicando a uma análise mais lenta, minuciosa, em que o sujeito julgado sempre esteve no centro da atenção analítica. Os autores buscaram observar por meio do que era considerado crime nos distintos contextos estudados, pessoas que tiveram suas vidas registradas graças ao contato que tiveram com o poder instituído.

¹⁹ FOUCAULT. Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**: Um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault. Trad. Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

²⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru: EDUSC, 2007. p.103.

²¹ GINZBURG. *Op.Cit.*

Relatando as fontes históricas, Keila Grinberg pontua que a partir da década de 1980 ocorreu uma generalização do uso deste tipo de fonte histórica no Brasil – não que antes não fossem utilizadas, mas que a partir dessa data ocorreu a ampliação de abordagens históricas e antropológicas de cunho social²². Na mesma perspectiva, Marcos Bretas (1991), avaliando a atenção dada ao crime na história, considera “que na área da história social inverteram esse eixo e deslocaram o crime para o centro da vida social, destacando a proximidade entre o cotidiano e o comportamento considerado criminoso”²³. No Brasil, algumas produções que se utilizaram dos processos criminais como fontes tornaram-se referências obrigatórias para se pensar o crime, a violência e o controle social. A antropóloga Mariza Corrêa, na obra **Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais**, analisou casos de homicídios ocorridos entre 1952 e 1972, na cidade de Campinas-SP. Utilizando-se de processos criminais, a autora elaborou uma reflexão acerca da história das mulheres, demonstrando as desigualdades observadas nos discursos jurídicos e as imposições de ideais de comportamentos sociais entre homens e mulheres. Ainda no que tange aos trabalhos de Corrêa e compartilhando de sua abordagem nesta pesquisa, os processos crimes são pensados como fábulas em que a verdade não é a pretensão de ser encontrada a partir dessas fontes, mas de observar a recorrência de discursos que conduzem à formação de enunciados, responsáveis por demarcarem expectativas comportamentais do ser homem e mulher numa sociedade.

Boris Fausto, que se dedicou ao estudo da formação da cidade de São Paulo na obra **Crime e Cotidiano**, abordando a criminalidade enquanto um fenômeno social, esmiuçou os critérios econômicos e morais estipulados pela elite paulistana de 1880 a 1924. Para Fausto, os processos são considerados produtos artesanais que carregam caracteres particulares, mas com um conjunto de signos de onde e quando foram produzidos, denotando as redes de relações sociais em que foram produzidos. E nas sentenças, mais do que declarações que colocam fins nos autos, são momentos de imposição e correção que escaparam da norma.

²² GRINBERG. *Op.Cit.*

²³ BRETAS, Marcos. O crime na Historiografia Brasileira: Uma revisão na pesquisa recente. **Revista BIB**, Rio de Janeiro, n.32, 2º semestre, 1991, p.49.

Em **Trabalho, lar e botequim**, Sidney Chalhoub (2011) retrata o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX, observando os mecanismos de controle social e repressão policial. Para o autor, os processos revelam uma notória preocupação dos agentes policiais e jurídicos em esquadriñar e conhecer aspectos mais recônditos da vida cotidiana, “mas a intenção de enquadrar, de silenciar, acaba revelando também a resistência, a não conformidade, a luta”²⁴. O autor ainda acentua que:

Ler processos criminais não significa partir em busca ‘do que realmente se passou’ porque esta seria uma expectativa inocente - da mesma forma como é pura inocência objetar a utilização dos processos criminais porque eles ‘mentem’. O importante é estar atento às ‘coisas’ que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência²⁵.

Outro trabalho bastante notório é o da historiadora Raquel Soihet (1989), que se dedicou a examinar os casos de homicídio na cidade do Rio de Janeiro de 1890 a 1920, a partir dos processos criminais²⁶. A autora se deteve em explorar a criminalidade e as políticas que conduziram alterações no meio urbano da então capital do país; seu trabalho também se sobressai ao refletir os comportamentos impostos às mulheres. A autora observa que as contradições de imposições sociais entre homens e mulheres também atravessam classe social, mostrando ainda a violência praticada nas classes populares e demais segmentos sociais que se utilizavam de recursos para evitar que as situações viessem a público.

Corrêa (1983), Fausto (1984), Chalhoub e Soihet delinearão os seus trabalhos utilizando como fonte os processos criminais e influenciados pela História Social de cunho marxista, iniciada na Inglaterra, em 1960, com um método de análise conhecido como “história vista de baixo”, que se dedicou a focar no cotidiano, nas vidas populares e nos valores e condutas sociais. Grinberg menciona que:

²⁴ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2011. p. 53.

²⁵ *Ibidem*, 2011, p.41.

²⁶ SOIHET, Raquel. Mulheres ousadas e apaixonadas - Uma investigação nos processos criminais carioca: 1890-1930. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 1989.

No âmbito dos debates teóricos e metodológicos da História Social e das políticas brasileiras havidas na década de 1980, em pleno processo de redemocratização, o interesse em ler e analisar os processos criminais veio justamente de que flagrasse homens e mulheres (...). Assim os processos criminais foram usados nesses primeiros trabalhos como forma de se recuperar o cotidiano dos trabalhadores, seus valores, formas e condutas. Por trabalhadores, aqui, entende-se não só os trabalhadores livres, estudados principalmente no período da Primeira República, mas também os escravos²⁶.

No entanto, novos paradigmas estavam começando a chegar a terras brasileiras no final da década de 1980, em que novas abordagens passaram a integrar a historiografia no movimento da História Cultural. Sandra Pesavento (2003), ao relatar as alterações teóricas no contexto europeu, menciona que franceses e ingleses neomarxistas caminhavam de uma história social para uma história cultural²⁷.

Para Peter Burke (2008), esse movimento consiste na preocupação com o simbólico e suas interpretações, enfatizando os conflitos entre culturas²⁸. Roger Chartier (1988) observa que a história cultural abriu novos caminhos para a historiografia, como a análise de crenças, rituais, sociabilidade, vida, morte, estudos de gênero, infância, maternidade, discursos, representações, relações entre privado e público, mas que essas abordagens ainda compartilhavam ligação com a história social²⁹. A história passou a dar espaços a novas abordagens e a ser sensível à pluralidade temática. E é neste sentido que compartilhamos da perspectiva adotada por Dominique Kalifa (2012), ao estudar a história do crime e da justiça, empreendendo em suas pesquisas uma análise em que a história social é compreendida como interação dos indivíduos e das produções que uma sociedade pode ter de si própria, interligada com a história cultural pensada em suas dimensões representacionais, imaginárias e simbólicas da cultura³⁰.

No tocante a pesquisas que se dedicaram a trabalhar com processos criminais e sob a perspectiva da história cultural, Sueann Caufield (2000) se destaca ao adotar a perspectiva dos estudos de gênero e estudar a respeito da honra sexual

²⁶ GRINBERG. *Op.Cit.*, p.126.

²⁷ PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Historia e Historia Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

²⁸ BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Góes de Paula. 2. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

²⁹ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

³⁰ KALIFA, Dominique. História, crime e cultura de massa. **Revista Topoi**, v.13, n.25, jul./dez. Rio de Janeiro, 2012, p.185-192.

e da moralidade no período de emergência da modernidade carioca na virada do século XIX para o século XX. A autora empreende uma análise dos processos criminais acerca dos casos de defloramento, explorando as percepções de gênero nos discursos jurídicos. A autora contrapõe com o Código Penal Brasileiro de 1890 e as discussões entre juristas que estiveram ligados à elaboração do Código Penal de 1940. Sueann Caulfield destaca que:

É possível encontrar, nas entrelinhas dos depoimentos, evidências de como vítimas, réus e testemunhos descrevem não somente acontecimentos que os levaram à Justiça, mas também diversos relacionamentos sociais e condutas que eles consideravam corretos ou errados. Mesmo quando mentem ou inventam posturas morais, fazem-no de uma forma que acreditam ser verossímil e, portanto, ajudam a traçar os limites da moralidade comum³¹.

Já Pesavento (2008), que também utilizou em sua pesquisa os processos criminais no bojo da história cultural, observou o espaço da cidade de Porto Alegre do século XIX, problematizando sete casos que remetem aos pecados capitais cometidos por mulheres. A autora apontou os sistemas de valores, normas e hábitos dessa sociedade, quando ocorreram práticas condenáveis protagonizadas por mulheres comuns³².

Os processos se tornaram no *métier* da história, como é possível observar, vestígios valiosos para o acesso ao passado, conferindo a possibilidade de observar o encontro da instituição para com outros grupos sociais destoantes a partir do crime. As dificuldades levantadas consistem na própria natureza da fonte, que possui recorrência de incoerências, contradições, mentiras, sobretudo o acesso ao que realmente se passou³³. Sabina Loriga (1998) observa que a contemplação da análise acerca das trajetórias de vida encontradas nos processos criminais favorece a observação de uma sociedade múltipla. Em suas palavras:

Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as

³¹CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000. p.39.

³²PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008

³³GRINBERG, *Op. cit.* 2013.

diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, 'façam' eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder³⁴.

Neste sentido, a função do(a) historiador(a) é de investigar as recorrências, simetrias e divergências discursivas não só a respeito do fato julgado, mas dos espaços e das normas instituídas e valores sociais circulantes. Os estudos que se utilizaram de documentos policiais e judiciais para pensar o passado através dos crimes estão crescendo, em números de produção e em quantidade de temáticas, trabalhos de dissertação, teses, artigos e eventos, propondo maiores debates acadêmicos. A historiadora Dulceli L. Tonet Estacheski pesquisou os crimes sexuais no final do século XIX e início do século XX, na Comarca de Castro, no Paraná³⁵. A autora demonstrou, por meio dos processos criminais, em casos de defloração e estupro, as estratégias no meio jurídico evidenciando uma lógica masculina, discriminatória e violenta. A violência é muito bem observada no trabalho de Estacheski (2017), quando aborda as mulheres, em grande maioria pobres, órfãs e filhas de escravos e escravas libertos, que, ao buscarem retratação perante a lei, não estiveram protegidas e ainda foram condenadas pela sociedade como imorais. Kety Carla de March (2010) se dedicou em investigar as promessas e reparações em casos de deflorações no contexto de Guarapuava, de 1932 a 1941, demonstrando o exercício do meio jurídico a partir dos discursos, evidenciando a tessitura das identidades de gênero³⁶. March (2015) ainda pesquisou as subjetividades masculinas nas Comarcas de Curitiba e Guarapuava da década de 1950, a partir de casos que tiveram homens envolvidos em relações de violência de gênero ou defesa da honra e, novamente observando os discursos produzidos no meio jurídico, a autora desvelou as produções e normatizações sociais de comportamentos e das disciplinas dos espaços³⁷.

Preocupada em examinar crimes de homicídio no período de 1910 a 1930, em Ponta Grossa, também no Paraná, Adriana Mello Cançado (2002) pesquisou os

³⁴ LORIGA, Sabina. **A biografia como problema**. In: REVEL, J. (org.). Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p.248-249.

³⁵ ESTACHESKI, Dulceli de Lurdes Tonet. **Crimes sexuais: a histórica culpabilização das vítimas**. 1ªed Curitiba: Editora Prismas. 2017.

³⁶ MARCH, Kety Carla de. **Entre promessas e reparações: Processos-crime de defloração em Guarapuava (1932-1941)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná UFPR. Curitiba.

³⁷ MARCH, Kety Carla de. **“Jogos de luzes e sombras”: Processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos de 1950**. 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná – UFPR.

casos que envolviam casais com vínculos amorosos e/ou sexuais cruzando e contrapondo informações colhidas nos processos criminais, nas obras jurídicas e na imprensa local. A autora observou a construção das práticas jurídicas e cultural nos crimes passionais na sociedade analisada, lançando luz a respeito das relações de gênero³⁸.

Dedicando-se ao período de 1930 a 1945, pesquisando também a cidade de Ponta Grossa, Matheus Machado Vieira (2017) pontua em seu estudo o discurso católico e jurídico acerca das representações das mulheres no casamento e na família. Detalhando a presença dos ideais religiosos no meio jurídico, o autor expõe os comportamentos idealizados no início do século XX e as exclusões simbólicas e físicas nas relações sociais³⁹.

Tendo como foco de análise a subjetividade, o crime e a loucura, Yonissa Marmitt Wadi (2009) retrata a trajetória de vida de Pierina Cechini, uma mãe que mata a sua filha, com dezessete meses de idade, afogada em uma tina de lavar roupa, no início do século XX. Pierina foi indiciada e posteriormente internada no Hospício de São Pedro, em Porto Alegre. É a partir da singularidade do caso, como considerado pela autora, que foi possível observar as percepções psiquiátricas e a condição feminina do contexto⁴⁰.

As muitas leituras que os processos proporcionam para a reflexão historiográfica dependerão, em primeiro lugar, do objetivo que a pesquisa busca, seja para reconstruir trajetórias de vida, problematizar os discursos, pensar a subjetividade, masculinidades, feminilidades, apontar as estratégias do meio jurídico, lançar luz nas relações de gênero e nas desigualdades no passado, retratar as formas de violência, identificar fundamentos religiosos no meio jurídico, pensar os mecanismos de controle social, observar os comportamentos tidos como normais, criminosos ou loucos.

José D'Assunção Barros argumenta que esses tipos de registros repressivos conferem acesso a vozes de todas as classes, sobretudo dos grupos sociais menos

³⁸ CANÇADO, Adriana Mello. **Um homem, uma mulher um drama**: crimes da paixão em Ponta Grossa- PR (1890-1940). 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná- UFPR. Curitiba.

³⁹ VIEIRA, Matheus Machado. **Viciadas e perversas ou honestas e respeitosas?: a moral feminina para a igreja católica e a justiça**. 1. ed., Curitiba: Editora Prismas. 2017.

⁴⁰ WADI, Yonissa Marmitt. **A história de Pierina**: Subjetividade, crime e loucura. Uberlândia: EDUFU, 2009.

favorecidos do ponto de vista político e econômico, que, ao estarem sendo indiciados ou julgados por terem cometido um crime, passam a ter suas identidades registradas na História⁴¹. Assim, esse tipo de fonte são registros que revelam uma teia de discursos em que muitos se cruzam e outros que não se aproximam, caracterizando versões do mesmo fato que foram transfigurados em autos.

2.3 O CRIME E A VIOLÊNCIA COMO OBJETOS DE ESTUDOS

Para pensar o passado nos documentos policiais e judiciais é importante teorizar o que é considerado crime. Primeiramente, é preciso demarcar que o conceito de crime é historicamente marcado por especificidades que dependem do contexto abordado. O ponto de partida para delinear a definição do que é considerada uma prática delituosa pode ser encontrada nas delimitações previstas na norma legal instituída, o Código Penal Brasileiro, de 1940. Em uma abordagem sociológica, Helena Machado (2008) define que o conceito de crime não é autoevidente, tornando necessário observar os elementos associados ao próprio código, como o relativismo cultural e histórico subjacente⁴². Machado busca inspiração em Émile Durkheim, e considera três elementos básicos para definir o crime: o primeiro, os *danos*, que remetem à natureza, dimensão e severidade dos prejuízos causados e a quem foi vítima; o segundo elemento, o *consenso social* acerca do impacto criado pela ocorrência do crime; e na terceira consideração, as *respostas oficiais*, que implicam a existência de legislação criminal e a efetivação do seu uso. Deste modo, na perspectiva sociológica, o crime transcende a visão estritamente jurídica, adentrando a construção social que não estará desassociada da formalidade da lei.

Machado advoga a necessidade de observar o crime para além da perspectiva jurídica-penal, descrevendo a respeito dos esforços na Sociologia em observá-lo como *desvio*, ampliando a perspectiva do que é crime. O conceito de desvio, para a autora, se assenta em dois pressupostos básicos: “(i) engloba comportamentos que violam as expectativas da maioria dos membros da sociedade; e (ii) suscita reações negativas, considerando que é um ato que deve estar sujeito a

⁴¹ BARROS, José D’Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

⁴² MACHADO, Helena. **Manual de Sociologia do Crime**. Porto: Afrontamento, 2008.

sanções”⁴³. A ideia de desvio consiste em romper a consideração do conceito estritamente jurídico de crime e alargar o foco de análise, exigindo observar as condições sociais e históricas da produção de indivíduos desviantes numa sociedade de controle.

O desvio é encarado como sendo um conflito com a lei, mas que ao examinar o que a lei considera como crime é necessário a análise das variações do espaço-tempo; neste sentido, estaremos encarando o crime como um problema social, ou seja, um desvio das expectativas socialmente criadas.

A historiadora portuguesa Maria João Vaz (2011) também considera que para pensar o conceito de crime é preciso primeiro observar as considerações deste fenômeno em períodos e espaços delimitados⁴⁴. Compartilhando da ideia da autora, o crime consiste em uma ação ameaçadora dos ideais previstos em código e do equilíbrio que pretende firmar “do seu bem-estar, da sua tranquilidade e segurança e, por isso, concorda em reprimir, fazendo-as cair sob a alçada da lei criminal que se encontra em vigor”⁴⁵. Uma vez que “(...) a lei criminal é seletiva, elaborada de acordo com os interesses e ideais defendidos pelo poder e pelos grupos socialmente dominantes, orientada para a obtenção de determinados objetivos, descurando ou ignorando outros”⁴⁶, a autora também chama a atenção para pensar o crime para além da norma legal; as leis são produzidas por uma pequena e privilegiada parcela da sociedade e geralmente aplicadas em outra parcela menos favorecida.

Michel Foucault observa que a sociedade contemporânea é uma “sociedade disciplinar”⁴⁷, emergida a partir do final do século XVIII, quando ocorreram em diversos países reformulações dos Códigos Penais. Essa reorganização dos códigos consistiu em uma resposta às necessidades de uma sociedade que estava crescendo e se tornando cada vez mais populosa e urbana com a consolidação do

⁴³ *Ibidem*, p.37.

⁴⁴ VAZ, Maria João. Crime e sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX. In: NUNES, Henrique Barreto; CAPELA, José Viriato. (Org.). **Mundo Continuará a Girar**. Prêmio Victor de Sá de História Contemporânea, 20 anos (1992-2011). 1.ed. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho; Centro de Investigação Transdisciplinar, 2011.

⁴⁵ *Ibidem*, p.12.

⁴⁶ *Ibidem*, p.13.

⁴⁷ A sociedade disciplinar descrita por Michel Foucault foi objeto de reflexão em algumas conferências que pode ser encontradas na obra *A verdade e as formas jurídicas*. “A formação da sociedade disciplinar pode ser caracterizada pelo aparecimento, no final do século XVIII e início do século XIX, de dois fatos, dois lados aparentemente contraditórios: a reforma, a reorganização do sistema judiciário e penal nos diferentes países da Europa e do mundo. Esta transformação não apresenta as mesmas formas, a mesma amplitude, a mesma cronologia nos diferentes países”. Cf. DELEUZE, Gilles. Foucault. 2.ed. Lisboa-Portugal. Ed Edições 70. 2005. p.79.

Capitalismo, criando elementos para a mudança das práticas jurídicas coercitivas de mecanismos mais complexos. A punição dos crimes com castigos corporais e dos suplícios como espetacularização, ocorridos até o século XVIII, sofreram mudanças para punições mais sutis e de pouca exposição do corpo, como a privação da liberdade. Neste sentido, os corpos deveriam obedecer a uma nova ordem produtivista e uma estrutura de estratégias se fortifica em controlar, vigiar e, se necessário, julgar e punir os desviantes improdutivos e transgressores. Com efeito, a lei que define o que é crime tem uma utilidade social e “se torna um instrumento de poder das classes ricas sobre as classes pobres, das classes que exploram sobre as classes exploradas, o que confere uma nova polaridade política e social a essas instancias de controle”⁴⁸.

Retomando as propostas de conceituação de crime em Vaz e Machado, atrelado à reflexão de Foucault, ao pensar um novo modelo de sociedade ligada às reorganizações penais, as leis enquanto construtos históricos delimitam além de normas, mas de comportamentos ditados. O crime como desvio da norma ou conflito com o aparato legal jurídico penal implica considerarmos quem comete crime e como se desenrolam os procedimentos de julgamento. Além do mais, observar os mecanismos de controle se torna viabilizado por aquilo que do próprio controle escapa e se torna registrado como crime em documentos policiais e judiciais, tendo para o estudo histórico uma maior aproximação da dinâmica social vivenciada, das classes menos privilegiadas e mais atravessadas pelo poder do Estado.

O poder como uma variável é compreendido, também, a partir da perspectiva de Michel Foucault. Gilles Deleuze (2005), a propósito da manifestação de poder elaborada por Foucault, menciona como sendo operatório em estratégias de manobras, táticas e técnicas não homogêneas. A partir disso, o poder não possui uma fonte ou local privilegiado, mas se encontra em pontos difusos em relações desiguais e móveis. A proposição do poder em Foucault não nega a concepção de classe e das lutas, mas reconfigura a dinâmica interpretativa, considerando os sujeitos inseridos nas relações sociais como atravessados pelo poder em uma lógica capilar e dispersa. Na obra **História da Sexualidade I: Vontade de Saber**, Foucault descreve detidamente o poder, priorizando a sexualidade em sua análise e os efeitos das estratégias da sociedade disciplinar que emergiu na modernidade. Como

⁴⁸ *Idem*. 1996, p.94.

em suas palavras: “o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”⁴⁹. As sociedades disciplinares são mecanismos de poder exercido pelo Estado por meio de estratégias complexas do controle social. “As técnicas disciplinares formam outros tantos seguimentos que se articulam uns aos outros, e pelos os quais os indivíduos de uma massa passam ou permanecem de corpo e alma (família, escola caserna, fábrica ou prisão)”⁵⁰.

Constata-se, de acordo com a visão de Foucault, a inexistência sinonímica entre Estado e poder, evidenciando o conflito no centro do dinamismo social. Distinguem-se assim as transformações que o Estado buscou instituir no conjunto de regimes políticos através de procedimentos técnicos do controle de gestos, atitudes, locais de circulação, comportamentos, hábitos e discursos, para com a mecânica estratégica do poder que opera de forma incontrolada na recepção social, que nem sempre obedecerá à regra legal, configurando assim a emergência do ato criminoso.

Os códigos de lei podem ser assim interpretados como postulados do poder legal do Estado que foram constituídos historicamente, e que funcionam como veículo estratégico na tentativa de dominação e controle ao delimitar leis. A compreensão do poder como uma estratégia proporciona entender que a definição de crime compreende relações de poderes que privilegiam quem está em condições de privilégio. Além disso, o poder se manifestará em redes difusas na dinâmica social, em que, em muitas situações, o crime também é interpretado como uma ação de poder sobre outra pessoa. A relação de poder estará presente em atritos entre pessoas na rua ou em local comercial, entre vizinhos e no meio jurídico, mas a definição do que é considerado crime consiste na legitimação do Estado em instituir um saber de certa prática como transgressora.

⁴⁹ *Idem*. 2018, p.101.

⁵⁰ DELEUZE, Gilles. **Foucault**. 2.ed. Lisboa-Portugal: Ed Edições 70. 2005. p.44.

2.4 CRIME E VIOLÊNCIA: UMA SENSIBILIDADE SOCIAL

Ainda indagando a respeito do crime, é necessário considerar que a violência se apresenta em níveis variados, de acordo com a tipificação. A partir deste ponto de vista, a violência é uma evidente variante que acompanha o fenômeno do crime em diversas gradações, pois no bojo das considerações no tocante às tipificações a violência é um termômetro de gravidade do fato delituoso. Presente nas experiências humanas, a violência não é natural, mas um comportamento cultural e histórico construído que se manifesta de diversas maneiras. Compartilhando da perspectiva da antropóloga Alba Zaluar (1999):

Violência vem do latim *violentia* que remete a *vis* (força, vigor, emprego da força física ou os recursos do corpo para exercer a sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação e do sofrimento que provoca que vai caracterizar o ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente⁵¹.

Uma categoria de profusos significados, a violência, como observada por Zaluar, remete à força física, mas o conceito é amplo e denota qualquer imposição e ameaça à vida e sua tranquilidade. Robert Muchembled (2002), relatando numa perspectiva histórica, menciona que:

(...) no início do século XIII em francês, a palavra 'violência' que deriva do latim *vis*, designando a 'força' ou 'vigor', caracteriza um ser humano com um caráter colérico e brutal. Ela define, também, uma relação de força visando a submeter ou a constranger outrem. Nos séculos seguintes, a civilização ocidental lhe conferiu um caráter fundamental, seja para denunciar profundamente seus excessos e chamá-la de ilegítima, lembrando que a lei divina proíbe matar outro homem, seja para lhe dar um papel positivo, eminente, e caracterizá-la como legítima, para validar a ação do cavaleiro, que derrama o sangue para defender a viúva e o órfão ou tornar lícitas guerras justas mantidas pelos cristãos contra os infiéis os provocadores de tumulto ou os inimigos do príncipe⁵².

Em consonância com Muchembled, a violência não é considerada inata, mas construída e categorizada como violência legitimada, conduzida pelas instituições,

⁵¹ ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**. v.13. N13. São Paulo jul/set. 1999, p.28.

⁵² MUCHEMBLED, Robert. **História da violência**: do fim da Idade Média aos nossos dias. Tradução: Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2002. p.07.

quando agindo no controle repressivo pelo Estado, ou ilegítima, exercida individualmente. A percepção da violência como uma sensibilidade social é selada por meio de normas legais resguardadas ao poder das instituições de controle do Estado, que a consideram condutas violentas. Muchembled ainda diferencia a violência dos comportamentos agressivos, que estariam presentes desde os primórdios da humanidade e são reprimidos pelos processos civilizatórios empreendidos por leis. Neste viés, a educação é um fato que ilustra a agressividade e a construção da violência. No Brasil, as palmadas e correções agressivas foram consideradas artifícios pedagógicos até que passaram a ser crime previsto no Estatuto de Criança e do Adolescente (ECA, criado em 1990). A conduta uma vez agressiva, sendo categorizada como violenta, ou seja, reprovável por meio de uma lei que a estabelece como ilegal, é sujeita a variações no tempo e espaço.

A violência no século XXI se manifesta não só como física, mas também como psicológica, simbólica, institucional e de gênero. De forma sutil, e muitas vezes imperceptível, a violência institucional parte dos órgãos e agentes públicos. Maria Cecília de Souza Minayo (2017) ressalta a violência institucional como:

(...) aquela que se realiza dentro das instituições, sobretudo por meio de suas regras, normas de funcionamento e relações burocráticas e políticas, reproduzindo as estruturas sociais injustas. Uma dessas modalidades de violência ocorre na forma como são oferecidos, negados ou negligenciados os serviços públicos. Os serviços de saúde, de seguridade social e de segurança pública são os principais exemplos dados pela própria população quando se refere à violência institucional (...)⁵³.

Tais práticas afetam comumente os grupos minoritários quando se deparam com a necessidade da reparação jurídica, como as mulheres que sofreram algum tipo de agressão e que não receberam o acolhimento necessário em momentos de debilidade física e, principalmente, emocional e psicológica; ou também quando as mulheres estão em condição de réis e os discursos, no transcorrer do processo, se fundamentam em ideias que ferem o direito humano, tornando-se ofensivos e humilhantes. Numa perspectiva de gênero, a violência discursiva jurídica se manifesta quando os fundamentos são construídos por meio de uma lógica

⁵³ MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Conceitos, teorias e tipologias de violência**: a violência faz mal à saúde. Londrina. 2017, p.13. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf> Acesso em: 20 maio 2017.

masculina que enfatiza as diferenças, legitimando desigualdades que são julgadas pelo desvio do *status quo* idealizado e não pela transgressão da lei em si. No estudo referente ao crime, tomamos como fundamento analítico a manifestação da violência sob diversos canais, no cotidiano social ou institucional e que podem vir a ofender não somente física, mas também psicologicamente. Neste sentido, a violência se apresenta em diversas instâncias gradativas no crime e também fora do ato criminoso.

Duas questões são oportunas para a reflexão a respeito do crime e da violência na história: a primeira se refere em considerar a sensibilidade social a respeito do que se apreende como sendo violência e como um ato ilegítimo. A sensibilidade social para com a violência de um homicídio cometido em Copenhague, capital da Dinamarca, local que possui um dos menores índices do mundo desse crime, representando a violência de anular a vida de outrem, comparado com São Paulo, que possui um número de incidência muito maior, causará reações distintas por ocorrerem em locais de culturas e realidades sociais igualmente distintas. Neste aspecto, a sensibilidade social a respeito de um crime e da violência necessita observação da formação estrutural das sociedades em seus aspectos culturais, econômicos e políticos, cujas variantes influenciam no imaginário social quando se deparam com incidências de crimes e violências. Uma saída para contornar essa questão é esmiuçar discursos nos processos criminais, inquéritos policiais e na própria legislação do local onde é pesquisado, no intuito de encontrar fundamentações para a construção do aparato de controle e planejamento urbano, o fortalecimento do efetivo policial e da dimensão midiática em que fatos criminosos podem vir a repercutir nos meios de comunicação em geral.

A segunda demarcação analítica é o fato de considerar todo crime previsto pela lei como um rompimento legal; no entanto, é também considerado uma mácula moral, pois a legislação carrega o objetivo de emoldurar papéis sociais definidos, cujo rompimento com a lei é também a quebra de uma idealização moral. A distinção entre legalidade e moralidade é descrita por Hannah Arendt (2004), na obra **Responsabilidade e Julgamento**, em que a autora realiza uma distinção a respeito das noções *morais* enquanto construtos de hábitos e costumes que auxiliam nas tomadas de decisões individuais dentro de um grupo social, que por sua vez é próxima das questões *legais*, definidas pela lei vigente; a conduta que se situa em um plano mais amplo se estende a diversos grupos sociais com considerações

morais que podem divergir⁵⁴. Compartilhando da ideia de Arendt, legalidade e moralidade não são dimensões idênticas, mas possuem certa afinidade porque ambas possuem o poder de julgamento das pessoas. Nos processos criminais, as sentenças serão forjadas a partir da quebra da lei e o deslocamento moral do que a sociedade prevê, apontando para atenção em observar mais do que a infração como também a dimensão moral que cada crime pode assumir em distintos recortes de pesquisa. É estabelecido na *dramaturgia jurídica* – como assinala Michel Foucault em **Malfazer, Dizer Verdadeiro** –, que o debate dos comportamentos destoantes e dos atos ilegais no julgamento é delimitado para que o sujeito aceite o poder que sob ele está atravessado, e que por meio de uma linguagem imperativa formula a verdade da lei, ditando o que é um crime⁵⁵.

2.4.1 Os estudos de gênero, crime e violência

Dedicando-se aos estudos na França, Michelle Perrot (1988), em sua obra **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**, denuncia o silenciamento de sujeitos na historiografia. Em suas palavras, a “sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígio”⁵⁶. Assim como alerta Perrot, no ambiente do crime e da violência é também perceptível a dificuldade de encontrar vestígios das mulheres. Essa dificuldade é explicável por dois motivos que estão interligados: o primeiro relaciona-se ao menor número de registro do protagonismo de mulheres no crime e na prática de violência comparado com as cifras criminais envolvendo homens na condição de autor; o segundo, diz respeito ao ambiente do privado em que, no geral, elas estiveram.

Joan Scott (1992), na publicação intitulada **El problema de la invisibilidad**, também sublinhou a carência de registros da participação das mulheres na história, declarando a desigualdade histórica entre os sexos, não só nas fontes históricas,

⁵⁴ ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁵⁵ FOUCAULT, *op cit*, 2018b.

⁵⁶ PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 21.

mas também na política⁵⁷. O objetivo da autora é justamente o de mostrar os privilégios concedidos à produção histórica, embasados em documentos oficiais, que dificilmente abordavam as mulheres nas relações sociais. No entanto, a carência de registros do assunto não significa que as mulheres não cometessem crimes, atuassem na política ou praticassem algum tipo de ato violento.

Indicativo de uma problemática que nos leva a pensar os motivos de tais silêncios e das formas de registro a respeito das mulheres envolvidas em atos criminosos e violentos – mesmo que rarefeitos –, conduz também à necessidade de uma leitura histórica, buscando refletir em torno das relações de gênero nas mais recônditas práticas sociais.

Assim como Perrot, no contexto francês, e Scott, nos Estados Unidos, ao se referirem às mulheres e à carência de fontes e apontarem a necessidade de ampliação dos horizontes historiográficos, outros(as) pensadores(as) também buscaram, no final do século XX, rever a visibilidade das mulheres na história enquanto protagonistas, contestando uma abordagem que as relegava à condição de personagens secundários, como até então haviam sido descritas pela historiografia tradicional.

Os primeiros esforços teóricos que versaram em demonstrar a hierarquia e a submissão das mulheres na sociedade ocorreram na França, da década de 1960, com o movimento da *História das Mulheres*⁵⁸. As problematizações buscavam se afastar de considerações essencialistas⁵⁹, que inseriam as mulheres em conceitos

⁵⁷ SCOTT, Joan. El problema de la invisibilidad. In: SCANDÓN, Carmem Ramos (org.). **Género y Historia**. México: Universidade de Autónoma Metropolitana. 1992.

⁵⁸ É importante considerar que o movimento na historiografia francesa tomou forma e força a partir de 1960, quando passaram a se dedicar com maior força História das Mulheres; no entanto, é possível considerar a existência de produções anteriores a esse marco e que contribuíram para as futuras reflexões feministas, como os escritos de Simone de Beauvoir, em seu ensaio intitulado *O segundo Sexo*, de 1943, que refletiu a condição feminina e a liberdade da mulher.

⁵⁹ O essencialismo é uma corrente de pensamento de cunho naturalista que delimita, dentre outras coisas, explicações naturais (biológico) para a condição masculina supostamente ser superior à condição feminina. Silva e Lima (2017) observa que Simone de Beauvoir, uma autora existencialista, teceu importantes críticas às diferenças entre os sexos que são reflexos de construções culturais, uma vez que o movimento filosófico existencialista, que teve como pensadores Jean-Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty, Martin Heidegger e a própria Beauvoir, advogou a liberdade e a necessidade dos indivíduos buscarem suas escolhas, sobretudo as mulheres, que estavam inseridas e crenças ao sistema de submissão. Beauvoir, em sua análise no ensaio *O Segundo Sexo*, expressa que, mesmo as mulheres não tendo uma essência natural que as inferioriza biologicamente como pensava a corrente essencialista, existe uma estrutura cultural e de poder que prende e busca moldar essa inferioridade obstaculizando a igualdade entre os sexos. Cf. SILVA, Edson Santos; LIMA, Wallas Jefferson de. Simone de Beauvoir e o Segundo Sexo: texto e contexto. In: VILELA, Ana Luísa; SILVA,

biologizantes e, sobretudo, denunciando a hierarquização dos sexos pela dominação masculina. “Tratava-se inicialmente de tornar visível o que estava escondido, de reencontrar traços e de questionar sobre as razões do silêncio que envolvia as mulheres enquanto sujeitos da história”⁶⁰. O interesse pelas mulheres enquanto participantes ativas da história conduziram a interesses de pesquisas a respeito de seus cotidianos no privado e público, além das relações de poderes na conjuntura social.

Na direção destas reflexões e no bojo das influências da história cultural para os estudos que vinham na intenção de evidenciar as mulheres na história, Maria Izilda Santos de Matos (2017) menciona que foi um momento importante para um deslocamento de interesses e perspectivas que contribuíram para suscitar outras “questões como a observação das representações, modos de vida, relações sociais/pessoais, rede familiar, ritos, sistemas simbólicos, formas de comunicação, transmissão de tradições, formas de resistências e lutas”⁶¹. A autora ainda aborda que tal deslocamento foi um movimento interno no campo científico, mas não deixa de perder de vista os movimentos externos, como o crescimento da presença das mulheres em múltiplos e diversos setores da vida pública desde o final da Segunda Guerra Mundial, e que colocaram em evidência movimentos sociais de cunho feminista em busca de equidades.

A produção historiográfica que focalizou as mulheres inicialmente no contexto francês se dedicou em ressaltar a necessidade de dar vez e voz para experiências e práticas sociais vividas, tornando visíveis as desigualdades e opressões históricas e o confinamento no lar. No que se refere a esse momento inicial, March resalta que, no afã de constituir a mulher enquanto objeto histórico, os estudos na França obtiveram, a princípio, reflexões de pouco aprofundamento teórico, tendo como consequência um espaço segregado na história⁶². Georg Iggers (2010), ao fazer um balanço a respeito dos desafios da historiografia no século XXI, descreve a importância exercida pelos estudos feministas que engrossaram o movimento da “nova história”, a partir de 1960, com temáticas que desembocariam nas próximas

Fabio Mario da; DAL FARRA, Maria Lúcia. **O feminino e o Moderno**. Centro de Literaturas e Culturas Lusófilas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2017. p.79-96.

⁶⁰ PERROT. *Op. Cit.*, p.20.

⁶¹ MATOS. Maris I. Santos de. Gênero: Categoria/perspectivas e constituição do campo historiográfico. In: TAMANINI. Marlene; BOSCHILIA, Roseli; SCHWENDLER, Sônia Fátima. **Teorias e Políticas de Gênero na contemporaneidade**. Curitiba: Ed. UFPR, 2017. p.53.

⁶² *Ibidem*, 2010.

décadas nos estudos de gênero e sexualidade, propiciando a intersecção de outros eixos de discussão como etnia, raça, classe social, questões até então tidas como *subalternas*⁶³.

Embora na França houvesse um esforço em empreender estudos que apontassem a necessidade da historiografia integrar as mulheres e observar as desigualdades, os estudos a respeito das mulheres nos Estados Unidos tomaram uma profundidade maior em elaborar uma reflexão do gênero como reflexo das relações históricas integrado nas relações desiguais da sociedade. Joan Scott observou, em seu conhecido artigo, *O gênero: Uma categoria útil de análise histórica*, a necessidade de forjar uma teoria que abrangesse a relação dos sexos para desvelar as desigualdades enraizadas socialmente⁶⁴. Nesse texto, a autora alarga a perspectiva para pensar não só as mulheres, mas também os homens e as relações sociais. O gênero como uma categoria de análise, assim se refere Scott, consiste em um conceito teórico que rejeita o binarismo e o determinismo biológico e busca enxergar as organizações sociais construídas a partir das percepções das diferenças sexuais presentes nas estruturas políticas, legais, representativas e subjetivas.

Nas palavras de Scott:

O gênero é então um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando as (os) historiadoras(es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, elas (eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero, e o gênero constrói a política. A política não constitui senão um dos domínios nos quais o gênero pode ser utilizado para a análise histórica⁶⁵.

Assim como Scott, outras estudiosas norte-americanas buscaram se afastar de uma produção essencialista e determinista, concentrando-se na promoção de análises de gênero impulsionadas pelas problematizações pós-estruturalistas⁶⁶. A

⁶³ IGGERS, Georg. **Desafios do século XXI à historiografia**. História da Historiografia. Ouro Preto, V. 3 N. 04, Março, p.105-124, 2010.

⁶⁴ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n. 2. 1990.

⁶⁵ *Ibidem*, p.16.

⁶⁶ A perspectiva pós-estruturalista possui entre os/as seus/suas pensadores(as) Jacques Derrida, Paul Man e Michel Foucault, Joan Scott e Judith Butler. A crítica consiste em “buscar solapar as bases da metafísica ocidental ao questionar e dissolver as oposições binárias, colocando em

vertente pós-estruturalista, que ganhou força a partir de 1980 e foi influente às teóricas do gênero, encontrou considerável inspiração nos trabalhos de Michel Foucault. Michéle Sarcey (2014) observa que no pensamento de Michel Foucault as identidades e os papéis sociais são classificados na formação histórica e a diferença entre os sexos não aparece como dispositivo específico da ordem social, pois a construção do sujeito está perpassada pelas relações de poderes que naturalizam as diferenças⁶⁷. Concordando com o estudo da autora, Michel Foucault não produz uma análise de gênero, mas disponibiliza subsídio conceitual para isso ao refletir a necessidade de desconstruir a hierarquia social. Interessado em pensar as formas de governo, inclusive no espaço público democrático, que se supunha ser o espaço do exercício soberano do povo, “o conceito de gênero permitiu colocar a mesma questão do ponto de vista do governo das ‘mulheres’ por ‘homens’”⁶⁸.

Joan Scott corrobora a aproximação entre os estudos feministas e de gênero com os trabalhos de Michel Foucault, ao alertar que:

Precisamos substituir a noção de um poder social unificado, coerente e centralizado por algo que seja próximo do conceito de Michel Foucault de poder, apreendido como uma constelação dispersa de relações desiguais, constituídas por um discurso nos ‘campos de forças’ sociais (...) O gênero é um primeiro modo de significar as relações de poder⁶⁹.

Scott ainda aponta para a importância da desconstrução de concepções tidas como naturalizadas nas relações sociais, ao afirmar que:

Desconstruir significa analisar operações da diferença nos textos e nas formas nas quais os significados são trabalhados. (...) Revela a interdependência de termos aparentemente dicotômicos e como seu significado se relaciona com uma história particular. Mostra-os como oposições não naturais, mas construídas; e construídas para propósitos particulares e em contextos particulares⁷⁰.

Entretanto, os estudos que se dedicam a pensar as mulheres e suas relações na teia social não são uma estrutura conceitual analítica em consenso, existindo

evidência o seu caráter idealista e o quanto elas dependem de um centro ou de uma presença essencial”. In: SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p.34.

⁶⁷ SARCEY, Michéle Riot. Michel Foucault para pensar o gênero: Sujeito e poder. In: RYCHTER, D.C. et al. **O gênero nas ciências sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo: Editora Unesp. 2014.

⁶⁸ *Ibidem*, p.46.

⁶⁹ *Ibidem*, 1990, p.140.

⁷⁰ *Ibidem*, 1990, p.147.

uma gama de debates teóricos, mas buscam questionar construções culturais consolidadas por vias teóricas diferentes. Mesmo seguindo percursos distintos, é possível visualizar elementos que se encontram como “o reconhecimento do caráter histórico, social e cultural acerca da construção dos papéis, identidade e valores atribuídos a homens e mulheres internalizados através do processo de sociabilização”⁷¹.

Judith Butler se aproximou e utilizou dos trabalhos de Michel Foucault, assim como Joan Scott, para constituir suas reflexões, e concorda que a análise da formação do sujeito é um processo em um contexto histórico e discursivo específico. No livro **Gender Trouble**⁷², publicado em 1990, Butler amplia as considerações dos estudos de gênero. Teorizando as identidades performativas nas relações sociais, a autora considera não só o gênero como produto cultural das relações desiguais, mas também o sexo, tido até então como natural – ideia compartilhada por Scott e outras feministas – como sendo uma dimensão construída na lógica de uma estrutura cultural normativa. Neste sentido, não o biológico, mas o cultural seria o ponto chave para compreender a formação das desigualdades constituídas em uma cultura heteronormativa.

Reformulando a noção binária em que Joan Scott e outras feministas atribuíam à noção do gênero enquanto produto inscrito pelas relações culturais desiguais, ao passo que o sexo seria uma dimensão biológica natural, Judith Butler afirma que:

A relação entre cultura e natureza promove uma relação de hierarquia em que a cultura ‘impõe’ significado livremente à natureza, transformando-a consequentemente num *outro* a ser apropriado para o seu uso ilimitado, salvaguardando a identidade do significante e a estrutura da significação conforme o modelo de dominação⁷³.

Utilizando a famosa afirmação de Simone de Beauvoir que *não se nasce mulher, se torna mulher*, a autora aponta para a não existência explicativa de Beauvoir que garante que o *ser* que se torna *mulher* seja *fêmea*. O que inscreve

⁷¹ Matos. *Op. Cit.*, p.46.

⁷² Uma tradução literal do termo “trouble” seria: “perturbação”, “confusão”, “problemas”. Para o português, a obra foi traduzida em 2003 com o título de **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**.

⁷³ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p.74.

sobre os corpos e conduz a constituição das relações desiguais perpassaria pontos relativos de convergência entre conjuntos específicos de relações culturais historicamente convergentes.

O sexo e o gênero seriam um *efeito* e não causas de instituições, discursos e práticas: “Em outras palavras, nós como sujeitos, não criamos ou causamos instituições, discursos e práticas, mas eles nos criam ou causam ao adentrar no nosso sexo, sexualidade e gênero”⁷⁴, portanto, não existem corpos sem inscrição cultural influenciado por poderes.

A contestação das construções sociais constituídas pelas relações de poderes que estruturam aspectos culturais, simbólicos, linguísticos, normativos e do determinismo biológico são pontos de convergência de Joan Scott e Judith Butler, possibilitando nesse aspecto analítico uma aproximação.

No encalço dos estudos de gênero, o crime e a violência dispõem de uma carga histórica e subjetiva fundada na dominação da conduta viril do macho. Dominique Kalifa (2013), no volume III – **A virilidade em crise? Séc. XX e XXI – da coleção História da Virilidade**, buscou refletir a respeito da virilidade e do crime constituídos ao em torno da masculinidade⁷⁵. O dinamismo ordenado pela paisagem do macho e delinquente, de gestos seguros evitando movimentos excessivos – a menos que seja para responder uma ameaça da própria honra –, as vestimentas, a sedução de olhares carregados de mistérios, resistência ao álcool análogo à resistência de golpes, habilidade com os jogos e da psicologia do blefe, são características que os delinquentes carregam, marcas de personalidades destemida, livres e que nada seria capaz de feri-los ou amedrontá-los.

No teatro dos gêneros, “é no cruzamento de um saber, de uma moral e de certo uso das mulheres que surge a figura do homem”⁷⁶. O espaço do crime e dos atos violentos é adverso à presença das mulheres, por serem elas o contraponto de emergência da figura do homem dominador. O desprezo e os maus-tratos, golpes e estupros são violências correntes para com as mulheres, conjugando um dos princípios do homem delinquente bruto. Mas é preciso separar a figura da mãe, por ocupar uma posição de santidade, dessas designações. Então, como as mulheres,

⁷⁴ SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1. ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017. p.21.

⁷⁵ KALIFA, Dominique. Virilidade criminosa?. In: CORBIN, Alain. COUTRINE, Jean- Jacques. VIGARELLO, Georges. **Historia da Virilidade III**. A virilidade em crise?. Século XX-XXI. Tradução de Noéli Correia de Mello Sobrinho. Thiago de Abreu e Lima Florência. Petrópolis- RJ: Vozes, 2013.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 317.

principais vítimas da virilidade presente no mundo do crime e da violência, estão caracterizadas nesses ambientes carregados de demarcações e atribuições pautados na sexualidade?

As mulheres na condição de delinquentes e violentas não evocam os mesmos valores, pois tais condutas vão de encontro com os propalados comportamentos direcionados às mulheres de fragilidade, submissão, resguardo do ambiente privado e ocupante da manutenção do lar e da educação dos filhos, ou seja, de mulheres “normais”. Nesse funcionamento das hierarquias de gênero, o contrário da figura do homem, quando violento e praticante do crime, é caracterizado apenas como transgressor da lei estabelecida, já que os traços imperativos, quando praticante do crime, apenas reforçam a masculinidade viril fabricada historicamente. Para as mulheres, ocorre um duplo rompimento: da própria quebra da lei cometendo crime e violência, mas também a negação das subjetividades construídas e saturadas de expectativas comportamentais de mulher recatada e do lar.

O tema de mulheres na condição de delinquentes foi objeto de pesquisas elaboradas pela Atropologia criminal, nas quais destacamos um tratado que ficou conhecido internacionalmente, intitulado *A mulher delinquente: A prostituta e a mulher normal*, dos autores Césare Lombroso e Giglielmo Ferrero, publicado em 1893, como desdobramento de um primeiro estudo realizado por Lombroso, dezessete anos antes, denominado **O Homem criminoso**. No Brasil, as ideias de Lombroso e Ferrero relacionadas ao crime e à mulher marcaram presença em trabalhos de médicos e juristas até as primeiras décadas do século XX. O crime seria confirmado, nesses estudos, como específico comportamento do homem; logo, a mulher que comete crime estaria mais próxima do homem, seja ele delinquente ou não, do que de uma mulher “normal”. A justificativa elaborada pelos autores a respeito dos estudos criminológicos da escola positivista considerava que mulheres autoras de crimes seriam resultado de uma degenerescência sexual e de uma virilidade subjacente. Esses autores estavam confiantes em identificar a figura da mulher degenerada, tendo em mente a tese de que a mulher “normal” seria de atividades intelectual e biológica inferior aos homens, também consideradas como vingativas, mentirosas e desleais, decorrente do atavismo e dos “estados

fisiológicos” (puberdade, menstruação, parto e menopausa)⁷⁷. “Apenas em um item as mulheres seriam vistas como superiores aos homens: a religiosidade, decorrência de sua fraqueza física e mental, que a predispunha às sugestões de um poder espiritual e superior responsável por suas agruras”⁷⁸.

A partir das características físicas e deduções biológicas, os autores traçaram três categorias de mulheres: *Criminosas-natas*, impiedosas, traiçoeiras de estrutura corporal robusta como um corpo masculino, dadas ao vício do álcool, impróprias para a maternidade, inteligentes, corajosas e violentas; as *criminosas por ocasião*, com estereótipos comportamentais femininos e responsáveis por cometerem crimes com influência de um homem, com poucas características masculinas, propensas para a maternidade e suscetíveis a cometerem aborto e furto; e as *criminosas por paixão*, de caracteres animais, e movidas por paixões intensas, por serem, na maioria, mulheres até 26 anos de idade, quando os desejos sexuais estariam em plena atividade.

Ligada à degeneração, ainda que não considerada como prática ilegal, a prostituição é condenada moralmente, criando uma atmosfera de atividade criminosa. Essa condenação moral no Brasil está fortemente ligada às ideias de Lombroso e Ferrero, que consideravam “não haver uma criminosa nata, o que havia era uma prostituta nata, uma vez que a mulher, devido a sua condição biológica inferior era inclinada a desvios sexuais”⁷⁹. As mulheres na condição de prostituição se alinham ao fundamento de estarem cometendo um crime moral. Ambientes de sociabilidades e também cenários de desentendimentos, as mulheres quando denunciadas já são pré-julgadas por estarem em tais locais.

Elisabeth Badinter (2005) frisa a necessidade de pensar o *impensável*, pois não existe uma mulher singular e homogênea, mas mulheres, no plural. Os discursos idealizados não comportam enquadramento da realidade, sobretudo das relações de gênero. Além da importância em ampliar a perspectiva representacional das mulheres e suas experiências, a partir das análises do crime, é também uma

⁷⁷ LOMBROSO, Cesare. FERRERO, Giglielmo. **A mulher delinquente**: A prostituta e a mulher normal. Tradução de Antonio Fontura Jr. Curitiba: Ed. Antonio Fontura, 2017.

⁷⁸ CALEIRO, Regina Célia Lima. **História e Crime**: quando a mulher é ré - Franca 1890-1940. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002, p.46.

⁷⁹ PRIORI, Claudia. **Mulheres fora da lei e da norma**: controle e cotidiano na Penitenciária Feminina do Paraná (1970-1995). Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Paraná- UFPR. Curitiba. 2012. p.50.

maneira de trazer para o centro do debate feminista as formas de condução jurídica, seus discursos e sentenças, tendo em vista a carga histórica e subjetiva no que tange ao crime e à violência⁸⁰.

No Brasil, as influências do feminismo e dos estudos de gênero chegam sob o contexto da década de 1970, momento difícil para os estudos das Ciências Humanas, como também para a população do país, que enfrentava os governos militares, como sublinhado por Matos⁸¹. Segundo a autora, os canais de reflexão no princípio foram pautados em temas como as questões da violência, sexualidade, contracepção, aborto, juntamente com as reivindicações concernentes ao trabalho e à cidadania feminina.

(...) [na década de 1980], foram focalizados outros aspectos, como o papel feminino na família, relações vinculadas ao casamento, maternidade, além da educação feminina, disciplinarização, padrões de comportamento, prostituição e códigos de sexualidade (...)⁸².

No entanto, os estudos que se dedicaram a observar as percepções da atuação de mulheres em práticas pouco esperadas, como o crime e a violência, ainda carecem de mais atenção. Para Margareth Rago (2013), desde 1980 já se percebe a tomada de atitudes rumo à resignificação do feminino. Dos ambientes estigmatizados e inferiorizados, destituídas de historicidade associado à ingenuidade, ao romantismo e à pureza, o feminino vem sendo resignificado social, cultural e historicamente, como modo de pensar a produção científica acerca das relações sociais e da promoção de políticas públicas, das relações corporais, subjetivas, amorosas e sexuais⁸³.

Embora Badinter alerte para pensar o impensável, utilizando os estudos de gênero para demonstrar que o ato violento e transgressor não é ação possuidora de sexo, os números de pesquisas demonstram índices alarmantes da predominância de práticas das ações violentas contra as mulheres. Esse fator deflagra a impressão de que abordar as mulheres na condição de autoras de violência poderia “ferir” o movimento que busca denunciar as mulheres em condição vulnerável de sofrer

⁸⁰ BADINTER, Elisabeth. **Rumo Equivocado**. O feminismo e alguns destinos. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁸¹ MATOS. *Op. Cit.* 2017.

⁸² MATOS, *Op. Cit.*, p.44.

⁸³ RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**. A escrita de si e a invenção da subjetividade. Campinas SP: Editora Unicamp. 2013.

violência. No entanto, subtrair não é o caminho que os movimentos buscam, mas, sim, de considerar que ambos possuem finalidades analíticas de caminhos distintos e com finalidade de demonstrar discursos naturalizados e apontar para uma equidade das relações sociais. Assim como no combate à violência sofrida pelas mulheres, a militância também se faz importante para enxergar a perspectiva das mulheres atuantes no crime e na violência, de modo a não deixar perder de vista a justiça social, a equidade jurídica e as formas de tratamentos no momento de retratação perante o Estado. Priori (2012) corrobora ao mencionar a importância em pensar na naturalidade da existência da mulher violenta e criminosa, para assim desconstruir, desnaturalizar discursos e representações idealizadas do feminino. Importa sim à história pensar na multiplicidade de faces femininas e que “se manifestam, portanto, de forma diversa. A moldura de gênero é estreita demais, e muitas são as mulheres que não se encaixam nesse molde discursivo, normalizado”⁸⁴. O crime é uma condição mutável em uma sociedade, de acordo com os fundamentos codificados e organizados historicamente; nos processos compreendem dimensões que perpassam o comportamento naturalizado e previstas pelos códigos e as interpretações de quem julga e aplica as leis, que em contrapartida se depara com quem foi de encontro com o código, rompendo com o idealizado. É neste sentido que em cada caso encontramos variantes singulares de trajetórias de vidas; mas no fundo dessa multiplicidade social que se levanta, as estratégias do poder institucional intentam moldar e delimitar perfis de identidade social numa produção de massa modelada e homogênea.

2.4.2 Criminologia e os estudos de gênero

A diferenciação do sexo para tratar do crime por muito tempo delegou por meio das teorias criminológicas a justificativa do descontrole biológico às mulheres que praticavam qualquer transgressão. Os índices de crimes cometidos por homens são de longe maiores do que os índices de crimes cometidos por mulheres, fator que contribuiu para que as especificidades desses crimes fossem negligenciadas pelo sistema jurídico-penal. As poucas incidências não foram motivo para que os estudos de gênero deixassem de pensar a respeito do crime e as particularidades do

⁸⁴ PRIORI, *Op. Cit.*, p.30.

julgamento de mulheres na condição de réus. A partir de 1960, os estudos feministas também tomaram como objeto de estudo o sistema prisional, procurando conceder visibilidade às mulheres, promovendo justiça social quando em conflito com a lei.

Os questionamentos diante da condução da justiça e dos apontamentos a respeito das teorias criminológicas acabaram por formar um movimento amplo e não uniforme na Criminologia, que passou a ser chamado como a corrente *Criminologia Feminista*. Olga Espinoza (2004) considera que mesmo não havendo consenso em uma única linha teórica que se dedique à questão das mulheres no crime e das relações de gênero no sistema jurídico-penal, as perspectivas teóricas beneficiaram para a abertura de novas interpretações no campo da criminologia numa perspectiva de gênero: a Criminologia feminista⁸⁵. Sandra Harding (1986) se concentra em pensar o Direito Penal e não a criminalidade, pois esta é fruto da definição de crime enunciado pelo Direito Penal⁸⁶. As análises da autora destacam-se a respeito da lógica jurídica *androcêntrica*⁸⁷ da Criminologia Crítica⁸⁸, tanto na elaboração, quanto na aplicação da lei, guiada por discursos jurídicos aparentemente imparciais.

Ao trazer a perspectiva das mulheres para o centro dos estudos criminológicos, a criminologia feminista denunciou as violências produzidas pela *forma mentis* masculina de interpretação e aplicação do direito penal. O sistema penal centrado no 'homem' (androcêntrico) invariavelmente produziu o que a criminologia feminista identificou como dupla violência contra a mulher. Em um primeiro momento, invisibiliza ou subvaloriza as violências de gênero, ou seja, as violências decorrentes normalmente das relações afetivo-familiares e que ocorrem no ambiente doméstico, como são a grande parte dos casos de homicídios, lesões corporais, ameaças, injúrias, estupro, sequestros e cárceres privados nos quais as mulheres são vítimas. No segundo momento, quando a mulher é sujeito ativo do delito, a criminologia feminista evidenciou o conjunto de metarregras que produzem o aumento da punição ou o agravamento das formas de

⁸⁵ ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo, IBCCRIM, 2004.

⁸⁶ HARDING, Sandra. **The science question in feminism**. Ithaca: Cornell University. New York, Cornell University, 1986.

⁸⁷ A lógica **androcêntrica**, segundo Sandra Harding, consiste na dominação masculina do saber e do poder, mantendo no campo jurídico a diferença de gênero ignorada, fruto da ciência moderna. Cf. CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia e feminismo**. Curitiba: Ed. Freitas Bastos, 1999.

⁸⁸ **"A Criminologia Crítica ou da Reação Social"** questiona o caráter natural do desvio, afirmando que esta condição dependeria de regras e valores determinados historicamente, a partir dos quais se definem certos grupos de comportamentos e de pessoas como "desviadas". O objeto da criminologia, nesta concepção, não é mais desvendar as causas da criminalidade, mas as condições dos processos de criminalização, as normas sociais e jurídicas, a ação das instâncias oficiais e os mecanismos através dos quais se realiza a definição de determinados comportamentos. Funda-se o paradigma da definição". Cf. PRIORI, 2012, p.52.

execução das penas exclusivamente em decorrência da condição de gênero⁸⁹.

Priori (2002) esclarece que a partir dos anos de 1970 e 1980 se desenvolve a *Criminologia Feminista Crítica* – e embora com posturas distintas:

(...) buscou questionar as teorias tradicionais da criminalidade feminista e os estereótipos sexistas. (...) Para a criminologia feminista, a mulher ‘desviada’ não é mais o objeto de estudo, mas as circunstâncias sociais e históricas que afetam, não somente as mulheres que cometem infrações penais, mas as mulheres em geral, bem como outros grupos marginalizados da sociedade⁹⁰.

Na perspectiva da Criminologia crítica feminista, o sistema penal se apresentará como um mecanismo do controle social exercido sobre as mulheres, sendo uma via para a perpetuação da opressão. Este movimento busca reivindicar equidade e proteção às mulheres em divergência com a lei, sujeitas à condução jurídica-penal desigual. Além disso, os estudos feministas dentro da área do Direito penal passaram a observar especificidades em crimes cometidos por mulheres como o aborto e o infanticídio, além de questões concernentes ao sistema penal, como as mulheres gestantes na prisão. Machado pontua que a abordagem feminista crítica caminha “no âmbito da sociologia do crime, empreendendo uma crítica à desconstrução dos sistemas de pensamento e conhecimentos instituídos e dominantes (ideologia), por considerar que as estruturas sociais reproduzem uma visão masculina do mundo”⁹¹.

Os estudos de gênero passaram a adentrar o meio jurídico no intuito de desvelar relações desiguais, a fim de criar mecanismos que possibilitem a aplicação da justiça quando as mulheres estiverem em situação de conflito com a lei, conduzindo assim a uma equidade jurídica. No entanto, há muito a se fazer, e muitos estudos estão na busca de expor e explicar que os papéis apregoados às mulheres perante a lei fazem parte de um sistema que acaba por reafirmar a distribuição de papéis sociais desiguais.

O feminismo que se desenvolveu na década de oitenta do século XX procurou analisar narrativas, discursos e linguagem a partir de uma abordagem pós-moderna

⁸⁹ CAMPOS. *Op. Cit.*, p.152.

⁹⁰ PRIORI. *Op. Cit.*, p.53.

⁹¹ MACHADO. *Op. Cit.*, p.164.

da Sociologia do crime, em estudos como de Carol Smart⁹² e Nancy Wonders⁹³, no intuito de observar os modos de produção e reprodução de identidades das mulheres no crime. Descrevendo uma abordagem pós-moderna, Machado considera a existência entre as feministas da valorização da “multiculturalidade, acentuando as diferenças entre mulheres, em termos de classe, de raça, de etnia, ao nível das experiências com o crime, a vitimização e o sistema de justiça”⁹⁴. Nesta perspectiva, as pesquisas em relação ao crime buscam retratar elementos profundos do social, como a linguagem e a subjetividade que permeiam também o meio jurídico.

Nessa abordagem, entrecruzada com a Criminologia feminista, a partir da historiografia estaremos atentos em desvelar sob a ótica dos estudos de gênero a reação jurídica quando as mulheres estiveram na condição de denunciadas. Passaremos agora a evidenciar os aspectos históricos e jurídicos que perpassam a Comarca de Guarapuava, em 1960, para assim entender e buscar evidenciar e desconstruir estruturas ideológicas encontradas no discurso jurídico.

2.4.3 Código, modernização e sexualidade

Promulgado o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, o Código Penal Brasileiro “apresentou-se como uma resposta às necessidades de adaptação das antigas prescrições legais à realidade de uma sociedade vincada pelas transformações inscritas no projeto de modernização conservadora do governo de Getúlio Vargas”⁹⁵. Para Elizabeth Cancelli (2011), ao estudar o contexto carioca, a promulgação do novo código também assinalou o auge das teorias do determinismo biológico defendidas por Cesare Lombroso⁹⁶. Entretanto, no âmbito paranaense, Drummond (2011)⁹⁷ ressalta que a dogmática positivista oscilou influência na cultura

⁹² Smart, Carol. **Women, crime and criminology: a feminist critique**, London: Routledge & Kegan Paul, 1976.

⁹³ Wonders, Nancy. **Postmodern feminism and social justice**. In: Bruce Arrigo, Social justice, criminal justice, West/Wadsworth. 1998.

⁹⁴ MACHADO. *Op. Cit.*, p.165.

⁹⁵ MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Gênero, poder e o Código Penal de 1940: as construções de “crise moral”, “mulher moderna” e “Virgindade moral”**. ANPUH: Londrina, 2005, p.20.

⁹⁶ CANCELLI, Elizabeth. **A Cultura do crime e da lei: 1889-1930**. Brasília, Universidade de Brasília, 2001.

⁹⁷ DRUMMOND, Paulo Henrique Dias. **Ciência e Ensino na Cultura Jurídica Paranaense: Direito Penal e Filosofia do Direito no Curso de Ciências Jurídicas e sociais da Universidade do Paraná (1913-1953)**. Dissertação (mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba. 2011.

jurídica com o tecnicismo jurídico⁹⁸. Assim como as alterações nos espaços urbanos, a tecnologia do controle social possui um sentido amplo, adentrando o campo jurídico e policial, responsáveis pelo controle e vigilância, criando e aplicando a lei, visando construir identidades idealizadas.

Sueann Caulfield dedicou-se em estudar as alterações no Código desse período, a partir da ótica de gênero, e considera que os discursos jurídicos consistiram em fundamentos que buscavam formular papéis sociais bem definidos, demonstrando o meio jurídico enquanto mantenedor de uma desigualdade nas relações e na sociedade entre homens e mulheres⁹⁹.

As novas adaptações do Código focaram nas transformações de comportamento das mulheres, como na excessiva liberdade da “mulher moderna”, como uma consequência danosa da modernização. É preciso considerar que a norma penal é um conjunto de enunciados que são geradores de discursos, logo, promotores de práticas.

Conforme ressalta o jurista Nelson Hungria, em 1937, ao tratar da necessidade de rever o Código de 1890, no que tange à maior liberdade das mulheres no ambiente moderno:

(...) as moças modernas entraram de participar ativamente do vórtice da vida cotidiana, disseminando-se nas oficinas, nas repartições públicas, nas lojas comerciais, e foram eliminando, pouco a pouco, aquela reserva feminina que constituía o seu maior fascínio e traduzia, ao mesmo passo, a força inibitória do apurado sentimento de pudor. Subtraíram-se à vigilância e disciplina familiares e fizeram-se precoces na ciência dos mistérios sexuais (...).¹⁰⁰

Roseli Boschilia (2010), estudando as mulheres operárias na cidade de Curitiba, destaca que, contrariando uma lógica burguesa construída do privado reservado às mulheres e o público delegado aos homens, as mulheres que trabalhavam fora de casa, sobretudo as pertencentes a uma camada social menos favorecida, não eram vistas com bons olhos, contrário da ideia atribuída aos homens como sendo parte do caráter moral concebido a eles. A autora ainda menciona que a ideia presente no discurso do primeiro governo Vargas (1930-45), e também notado nos discursos pregados por juristas como Nelson Hungria, era remanescente

⁹⁸ As características das escolas positivista e tecnicista irão ser tratadas no terceiro capítulo.

⁹⁹ *Ibidem*, 2000.

¹⁰⁰ HUNGRIA, Nelson. Crimes sexuais. **Revista Forense**, nº70, maio, 1937, p.216.

do positivismo, no qual a “busca de uma nova concepção de uma comunidade em que a família devia ser o núcleo irradiador da nova moralidade designava à mulher o papel de controladora da família e vigilante dos seus membros contra os perigos físicos e morais”¹⁰¹.

O espaço público que passou a ser mais ocupado pela mulher moderna, na ideia descrita por Hungria, é visto como um lugar de não pertencimento e hostilidade à moralidade feminina, e que ofendia a reserva do privado familiar, que deveria ser guardado e tutelado. O meio jurídico tenta resistir às alterações das dinâmicas sociais e busca barrar a ampliação da perspectiva de direitos igualitários entre os sexos. O que se verifica é o efeito prático de um dispositivo legal na reprodução do ideal de mulher homogeneizada, reafirmando o poder masculino no controle social, por meio dos dispositivos jurídicos.

Importa, ainda, observar, como contribui Boschilia, que esses discursos procuraram atingir às mulheres pertencentes à classe média, bem como as de classes mais baixas, que já estavam no meio público dedicando-se ao trabalho operário e outros ofícios, ainda que, também atravessadas por esses tipos de princípios, trabalhavam para conseguir manter o orçamento familiar.

Ademais, o Código Penal se apresentará como uma configuração legal e complexa de um sistema de controle, evidenciando, no espírito de sua formulação, discussões referentes aos sujeitos sociais a serem controlados. Assim, a literatura jurídica não se apresenta como um espelho social, mas como um filtro de reconstrução social, que classifica e valoriza alguns fatos sociais, silencia outros e cria realidades imaginárias, decorrentes de uma concepção que visa formar e confirmar na esfera jurídica uma determinada configuração social.

Ao tratarmos da igualdade jurídica entre os sexos, notamos a instauração de padrões de gênero, em que se delegam papéis sociais definidos a homens e mulheres na sociedade. A modernidade é entendida de maneira ambígua quando aplicada a homens e mulheres. A mulher é apresentada simbolicamente distinta em relação ao simbolismo expressado nos homens. “Quando atribuída ao homem, a modernidade era geralmente entendida em seu sentido positivo de racionalidade progressiva. Quando atribuída à mulher, implica moral licenciosa de vida

¹⁰¹ BOSCHILIA, Roseli T. **Entre Fitos, Bolachas e Caixas de Fósforos**: A mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960). Curitiba-PR: Artes & Textos, 2010, p. 47.

desregrada”¹⁰². Como alertado pela autora, a distinção dos sentidos apregoados aos homens, quando se trata de modernidade, e da necessidade do controle ao se referir à mulher moderna, bem expresso na ideia de Nelson Hungria, nos deparamos com uma distinção no trato da lei em relação aos gêneros.

Enxergar as fundamentações do Direito Penal em sua objetividade, enquanto um conjunto de normas, é também encontrar o que é valorizado como útil ou contrário a uma sociedade ali idealizada. Qualquer movimento que escape do que é formulado na lei será reprimido, criminalizado e julgado pelo mecanismo de controle, o meio jurídico.

Desta forma, procuramos demonstrar com este capítulo a relação estabelecida entre as especificidades que a análise historiográfica, por meio de inquéritos policiais e processos crime, que implicam a prática da pesquisa. Foi neste sentido que também explanamos o gênero como uma estrutura analítica, que foi forjada a partir dos estudos pós-estruturalistas, buscando contestar pressupostos ideológicos de desigualdade entre homens e mulheres. Convergimos assim para descrever a importância de observar o crime e a violência sob a ótica do gênero, pontuaremos as pesquisas versadas em retratar a problemática no âmbito nacional e regional.

No capítulo seguinte, traçaremos uma discussão mais pontual acerca das tipologias de crime e os índices de criminalidade e violência na Comarca de Guarapuava. No tópico a seguir, o propósito é buscar construir, a partir das tipologias, os cenários de ocorrência, bem como as diferenças e semelhanças encontradas no perfil de mulheres denunciadas, para assim entender melhor as fundamentações dos discursos arrolados no meio jurídico.

¹⁰² CAULFIELD. *Op. Cit.*, p.186.

3 ESQUADRINHANDO TIPOLOGIAS: DELIMITANDO ESPAÇOS E PERFIS

A partir dos anos de 1950, a Comarca de Guarapuava presenciou diversas mudanças nos campos jurídico, político e econômico, e também de fenômenos sociais, como os índices de criminalidade. A instalação do ramal de trem, inaugurado em 1954, interligando Guarapuava com a capital, e a pavimentação da rodovia BR 277, ocorrida em 1958, sinalizavam um avanço econômico que conduziria a cidade para o sonho de desenvolvimento urbano, incentivando a criação de indústrias ligadas ao agronegócio, superando o isolamento com outras regiões, como Ponta Grossa e Curitiba. Ao observar as transformações corridas em Guarapuava, Walderez Pohl da Silva (2010) observa que:

(...) a integração ocorrida fez com que o espaço urbano de Guarapuava passasse a ser visto como mais um mercado consumidor a ser incorporado por grupos econômicos de outras regiões. Os produtos alimentícios, até mesmo perecíveis, já podiam ser transportados a grandes distâncias. O perfil do setor comercial local modificou-se rapidamente, as pequenas fábricas de bebidas artesanais de cunho local, os moinhos, as ervateiras, as fábricas de bebidas e torrefação de café foram absorvidas pelos grandes estabelecimentos com sede em outros lugares. Os armazéns do tipo ‘secos e molhados’ deram lugar aos supermercados com grande capacidade de estocagem, mudando totalmente a maneira de consumir e viver na cidade¹⁰³.

Terezinha Saldanha (2013) mostra o quanto a conjuntura da década de 1950 foi determinante para a mudança da estrutura social na região. Segundo a autora, a chegada de um novo contingente populacional, constituído principalmente por imigrantes alemães, dinamarqueses, austríacos, romenos e húngaros, com vocação agrícola, alterou o modo de produção e as relações de trabalho, provocando alterações estruturais naquele espaço onde antes só se praticavam a lavoura de subsistência e a criação extensiva de gado¹⁰⁴.

Além dessas transformações, o contingente populacional também sofreu grande alteração. Na década de 1950, havia 68.081 habitantes, sendo 5.637 na região urbana, e 62.444 na zona rural. Nas décadas de 1960 e 1970, o número total de habitantes cresceu largamente, quase chegando ao dobro em 1970 em relação a

¹⁰³ SILVA, Walderez Pohl da. **De Lustosa a João do Planalto: a arte da política na cidade de Guarapuava (1930-1970)**. Guarapuava: Unicentro, 2010. p.46.

¹⁰⁴ SALDANHA, Terezinha. **O comércio do prazer**. Guarapuava: Unicentro, 2013.

1950¹⁰⁵. A dinâmica demográfica de Guarapuava nos revela que os índices urbanos só superaram os índices rurais no ano de 1980, quando registrou 89.951 habitantes urbanos, e 68.636 rurais, do total de 158.587 habitantes¹⁰⁶. Mesmo Guarapuava possuindo uma maior expressão quantitativa em 1980 dos habitantes residentes na área urbana, o quantitativo das pessoas que moravam no meio rural ainda continuava expressivo, correspondendo a 43,2% do total de habitantes, demonstrando que mesmo ocorrendo um crescimento populacional nos índices gerais em 1960 a 1980, a cidade continuava apresentando pouco menos do que a metade do contingente populacional pertencente ao meio rural.

O clima de entusiasmo no campo da economia, política e demografia não foi descrito com o mesmo otimismo no tocante à criminalidade. De acordo com Silva, a partir de 1950, a Comarca de Guarapuava passou a ganhar espaço nos noticiários da imprensa paranaense, que divulgavam com frequência os crimes que aconteciam na localidade. Em suas palavras:

Neste período, Guarapuava passou a ocupar espaços nos noticiários policiais de jornais de Ponta Grossa e de Curitiba devido às mortes por assassinato que aconteciam com frequência no município. O fato daria origem ao título de 'cidade de bandidos' que acompanhou durante a década de 50 e 60¹⁰⁷.

Silva alerta para os interesses políticos que permeavam a publicação de tais notícias, que descreviam a Comarca de Guarapuava como região perigosa¹⁰⁸. Entretanto, de acordo com os números de inquéritos policiais e processos criminais, como será descrito neste capítulo, os índices de criminalidade entre 1940 a 1959, contraposto ao período de 1960 a 1979, revelaram que entre os homens os índices não obtiveram crescimento expressivo. No entanto, houve um aumento nas ocorrências nas quais as mulheres apareciam como protagonistas. Resguardando a larga diferença nos índices entre homens e mulheres – para além do quantitativo de crimes em que mulheres foram denunciadas – interessa-nos aqui atentarmos para as tipificações registradas como ponto de partida, e assim aprofundarmos nas

¹⁰⁶ **Censo Demográfico e Econômico de 1950**. Recenseamento Geral do Brasil: Série Regional-Parte XXVI. Rio de Janeiro: IBGE, 1950/60/70/80/90.

¹⁰⁷ *Ibidem*, 2010, p.139.

¹⁰⁸ Silva evidencia que havia interesses de políticos locais que se utilizaram da situação para traçar um cenário negativo da região. Cf. Silva, 2010.

relações sociais possíveis de serem traçadas. Como fio condutor, a partir das tipologias, buscaremos evidenciar semelhanças e contrastes entre perfis das mulheres que foram denunciadas, cenários de acontecimento dos casos e circunstâncias em que elas estiveram inseridas na Comarca de Guarapuava. Antes disso, cabe delimitarmos o espaço jurídico de atuação da justiça na Comarca de Guarapuava, e dentro desse espaço passaremos a descrever as incidências dos casos, que não se restringiram apenas ao meio urbano.

Esquadrinhar cenários e perfis das mulheres que foram denunciadas por alguma prática delituosa é de fundamental importância para alargarmos o entendimento acerca dos espaços sociais nos quais elas estiveram presentes, e ainda ter ampla noção da construção dos discursos jurídicos presentes nos processos de julgamento.

3.1 CARTOGRAFANDO A COMARCA DE GUARAPUAVA

Durante o período que se estendeu de 1950 a 1980, no Paraná foi registrado um aumento da emancipação de núcleos populacionais para o nível de municípios. De acordo com o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (1950 e 1980), no ano de 1950 o Paraná possuía oitenta municípios, em 1980 registrava o montante de duzentos e noventa municípios. De instâncias distintas, com o aumento da emancipação de municípios ocorreu também o crescimento do número de Comarcas no Estado, para atender à demanda que surgia. Em relação às Comarcas, o *Histórico do Poder Judiciário do Paraná* (1982) aponta que em 1955 o Estado contava com setenta e oito Comarcas, chegando aos anos de 1980 com cento e trinta Comarcas emancipadas¹⁰⁹.

No que diz respeito às atribuições administrativas entre municípios e Comarcas, o município possui a sua administração centrada na prefeitura, responsável pela gestão e pelo planejamento daquele núcleo popular. Entretanto, uma Comarca possui instância distinta, mas sobreposta ao município, pois abrange jurisdição na dimensão jurídica, que, por sua vez, pode abarcar mais do que um município.

¹⁰⁹ **História do Poder Judiciário do Paraná.** Secretaria da Cultura e do Esporte, Indústria Gráfica Serena, 1992.

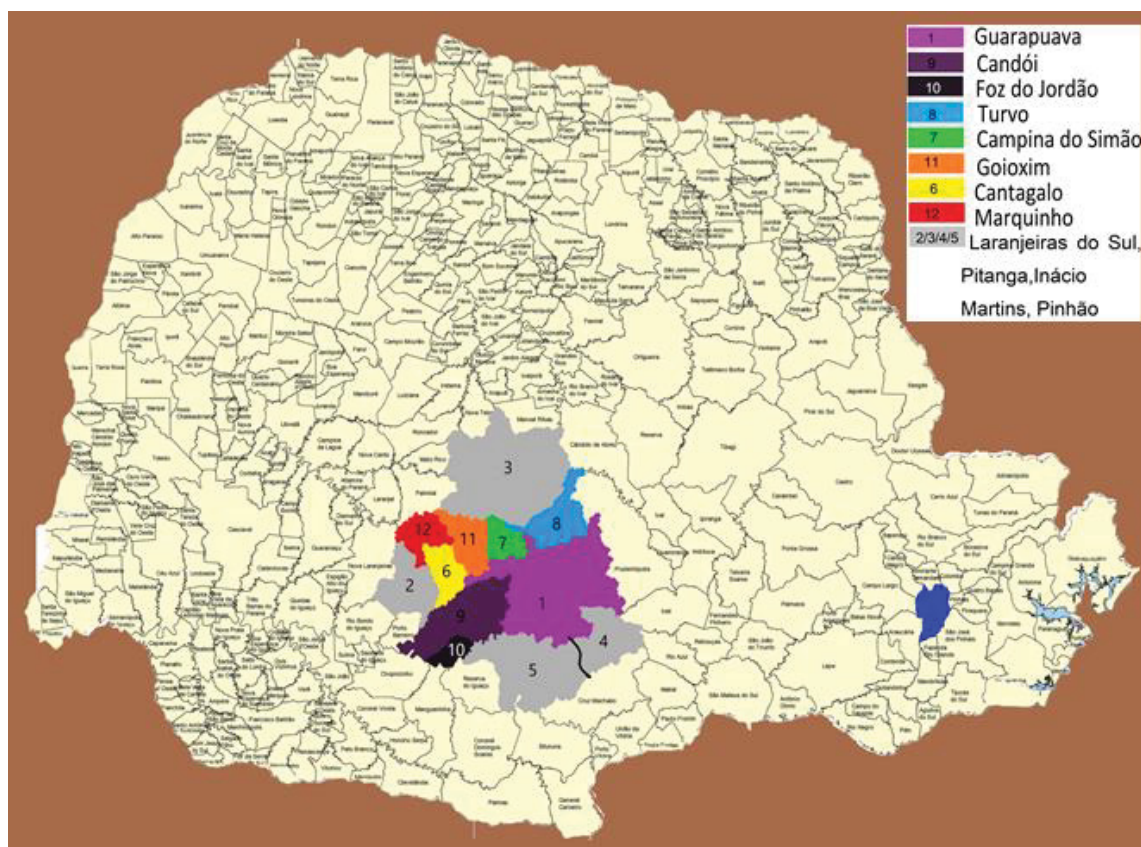
Para a criação de uma Comarca é necessário o atendimento de alguns requisitos, como: “a preexistência de território com população não inferior a vinte mil habitantes, no mínimo, cinco mil eleitores e que possua condições materiais indispensáveis ao funcionamento dos serviços da Justiça” ¹¹⁰.

Distintas esferas do Estado, mas que trabalham juntamente no controle do espaço, dos recursos públicos e das leis, o poder judiciário e a administração municipal estiveram sempre atreladas ao controle social na Comarca de Guarapuava. Nesta perspectiva, a configuração cartográfica da referida Comarca entre os anos de 1960 a 1980 passou por alguns desmembramentos. A atenção dada à visualização espacial oportuniza verificarmos a abrangência jurisdicional da Comarca e os locais de ocorrência dos fatos delituosos, que serão abordados nos debates discursivos do meio jurídico. Essas informações revelam que os fatos não se restringiram apenas ao meio urbano, mas que ocorreram também no meio rural, como em fazendas.

Observando no Mapa 1 logo abaixo, a localização da Comarca de Guarapuava, será possível notar as alterações na jurisdição e do território abarcado. A Comarca de Guarapuava era composta apenas pela cidade e distritos administrativos do município de Guarapuava, mas que, com a emancipação, alguns distritos passaram a compor outros municípios atrelados à jurisdição de outras Comarcas.

¹¹⁰ Lei nº 4667-29 de Dezembro de 1962. **Art. 3º.** A criação de Comarca exige a preexistência de território com população não inferior a vinte mil habitantes, no mínimo, cinco mil eleitores e que possua condições materiais indispensáveis ao funcionamento dos serviços da Justiça.

Mapa 1 Divisão Política do Paraná, em destaque a Comarca de Guarapuava (1980)



Fonte: IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2010). Adaptação do autor (2018).

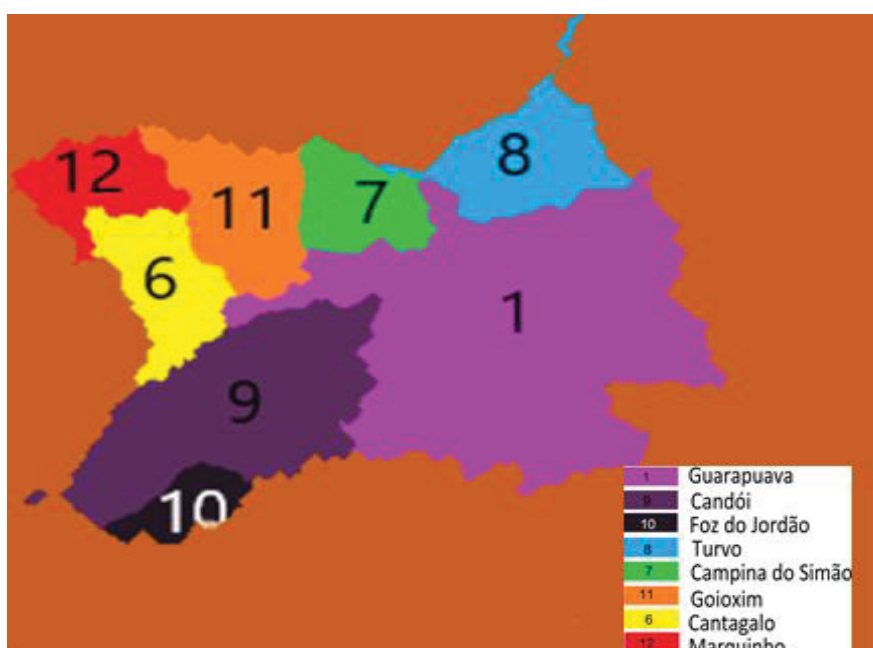
A extensão do município de Guarapuava¹¹¹ até o ano de 1960 correspondia a um grande território de 11.796 km², sendo o maior município em extensão territorial do Estado, mas que passou por desmembramentos, fundando outros municípios e chegando, ao ano de 1965, com uma porção de 3.503 km², ainda detendo o título de maior município em extensão.

¹¹¹ Em 1854, um ano após o território paranaense se tornar independente de São Paulo, existiam naquele espaço geográfico três Comarcas distintas: 1º Comarca da capital, compreendendo os municípios de Curitiba, S. Jose dos Pinhais e Príncipe [Lapa]; 2º Comarca de Paranaguá, compreendendo os municípios de Paranaguá, Antonina, Morrentes e Guaratuba; e a 3º Comarca de Castro, compreendendo os municípios de Castro e a freguesia de Guarapuava. A preocupação para a criação de uma nova Comarca em Guarapuava, que se desmembraria de Castro, já existia em 1856, justificada pela localização do território ser muito extenso e distante de Castro, e ainda ocupar uma posição de fronteira, foi a necessidade de dotá-la com um juiz de direito privativo, ou seja, de ser sede de uma Comarca. No entanto, o desmembramento só ocorreu em 1859 quando ainda Vila, Guarapuava, que se chamava Nossa Senhora de Belém de Guarapuava passou a ser a 4º Comarca no Paraná, desligando-se juridicamente da Comarca de Castro de acordo com a Lei nº54 de 02/03/1859. Quando Guarapuava foi elevada da condição de Vila à condição de cidade, pela Lei 271 de 12/04/1871, Guarapuava já era sede de uma Comarca. Em 1878, o território paranaense era constituído por oito Comarcas sendo: Curitiba, São José dos Pinhais, Campo Largo, Lapa, Paranaguá, Antonina e Guarapuava.

Os territórios correspondentes à cor cinza, de números 2, 3, 4, 5, respectivamente referidos no Mapa 1 acima, correspondem a distritos administrativos que pertenciam ao município de Guarapuava e se emanciparam como municípios e também se desligaram da Comarca de Guarapuava; Laranjeiras do Sul, em 1946 (29.126 habitantes em 1950), Pitanga, em 1944, (54.738 habitantes em 1950), Inácio Martins, em 1961 (7.647 habitantes em 1970) e, em 1965, Pinhão (20.356 habitantes em 1970)¹¹². Laranjeiras do Sul¹¹³ e Pinhão atendiam aos requisitos para comporem as suas próprias Comarcas. Inácio Martins, por sua vez, não constituiu uma Comarca, mas se emancipou como município e passou a ser jurisdição da Comarca de Irati.

A jurisdição da Comarca de Guarapuava pode ser analisada numa perspectiva territorial no Mapa 2 abaixo.

Mapa 2 Configuração territorial da Comarca de Guarapuava (1980)



Fonte: IPARDES- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2010). Adaptação do autor (2018).

¹¹² No território de Pitanga, cabe destacar que terá novamente desmembramento do território e emancipação de novos municípios, mas pertencendo à Comarca de Pitanga, como os municípios de Santa Maria do Oeste, emancipada em 1990 e Boa Ventura de São Roque, em 1995.

¹¹³ No município de Laranjeiras do Sul, um desmembramento do território para a emancipação da cidade de Virmond (1990), mas continuou sendo jurisdição da Comarca de Laranjeiras do Sul.

É possível considerarmos que a Comarca de Guarapuava dos anos de 1960 a 1980 continuou tendo como jurisdição o município¹¹⁴ e os distritos administrativos de Guarapuava¹¹⁵, como é possível visualizar no Mapa 2 acima¹¹⁶. Esta especificidade observada pode ser explicada pelo grande tamanho territorial que o município de Guarapuava representava, condicionando também na necessidade da Comarca restringir a jurisdição.

A estrutura da Comarca de Guarapuava era considerada intermediária e carregava uma tradição por ser antiga perante as novas Comarcas que surgiam. A partir de 1942, atendendo às disposições do *Código de Processo Civil Brasileiro*, a Comarca passou a funcionar com dois juízes de Direito para atender às demandas de duas Varas Cíveis (1º e 2º, por distribuição) e uma Vara Criminal. No entanto, devido ao movimento existente de criação de novas Comarcas deflagrado no Paraná, paralelo ao movimento de emancipação de municípios, entre 1940 a 1980, foram constantes as mudanças de juristas (juízes e promotores de justiça) responsáveis por essa Comarca que se deslocavam para atender à demanda de outras localidades. De 1960 a 1975, é possível mapear nove juízes que se ocuparam da vara criminal dessa Comarca.

Os deslocamentos de juristas para outras Comarcas implicaram diretamente o andamento dos processos que foram abertos e muitos não tiveram resolução. Muitos casos apurados foram arquivados por prescreverem ou permaneceram

¹¹⁴ Os distritos administrativos e jurídicos de Cândói (nº 9, roxo intermediário), Goioxim (nº11, laranja), Cantagalo (nº6, amarelo), Foz do Jordão (nº10, roxo escuro), Marquinho (nº12, vermelho), Campina do Simão (nº7, verde), pertenceram à Comarca de Guarapuava de 1960 a 1980, e também ao município na condição de distrito, mas que após a década de 1980 foram se emancipando para a condição de novos municípios até o fim da década de 1990.

¹¹⁵ No que se refere à proximidade dos distritos administrativos com a área urbana do município de Guarapuava, destacam-se Morro Alto, Boqueirão, Carro Quebrado, Jordão, que foram distritos administrativos do município de Guarapuava, fundados em 1967. Consequentemente, pertencentes juridicamente à Comarca de Guarapuava, mas que com o crescimento e a proximidade do centro da cidade, a determinação para serem distritos foi revogada em 1985, passando a serem bairros da cidade. O que se observa não é a alteração da condição desses distritos deixarem de pertencer à Comarca, mas que os distritos passaram a ser próximos do centro da cidade pelo crescimento urbano tornando-os bairros.

¹¹⁶ Os distritos que não se tornaram municípios e que fizeram parte da Comarca de Guarapuava, mas não estão especificados no mapa, por serem território mais próximos do centro do município (nº1, roxo claro), destacam-se Palmeirinha, Entre Rios, Paz, Carro Quebrado, Boqueirão, Jordão e Morro Alto, distritos administrativos e jurídicos da Comarca de Guarapuava, que possuem uma maior proximidade com o centro da cidade de Guarapuava. O distrito administrativo de Palmeirinha foi criado em 1919; Entre Rios, criado em 1962; Paz, Boqueirão, Jordão, Morro Alto, Carro Quebrado foram criados no ano de 1967, mas, com exceção do primeiro, em 1985 passaram a ser bairros.

inacabados, e as constantes mudanças do corpo jurídico da Comarca podem justificar a morosidade do funcionamento da justiça.

3.2 CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA NA URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

Cartografado o espaço de jurisdição da Comarca de Guarapuava, passamos agora a tratar da manifestação da criminalidade e da violência registrada nesse espaço. Mediante análise dos dados, almejamos abordar a intensidade nos índices de criminalidade e o grau de violência apurada. A relevância em apreender a manifestação do crime e a violência consiste também em notar nos discursos a reação jurídica dada a comportamentos desviantes, logo também aos enunciados que são organizados para a produção da justiça, de acordo com a importância delegada à tipificação do caso.

Mas ao abordar tal temática é necessário cautela para pontuarmos as especificidades que implicam explorar o crime e a violência no passado para não cairmos na armadilha de generalizar tais complexidades. De acordo com a demografia, Guarapuava só passou a ter superioridade numérica de habitantes pertencentes ao meio urbano próximo a 1980; com isso é necessário ponderar atenção ao meio rural no tocante à manifestação da criminalidade e violência registrada. Neste sentido, dialogaremos com autores(as) que discutem criminalidade e violência, buscando pontuar que o crime não se manifesta apenas no âmbito urbano e que a violência é uma prática que oscila de intensidade, dependendo da tipologia enquadrada.

A problemática da criminalidade e da violência é muitas vezes associada ao processo de urbanização numa relação de interdependência. Mas devemos considerar uma complexidade entre urbanização como um processo depreendido das mudanças sociais que ocorrem no meio urbano, diferindo da noção de criminalidade e violências que não se restringe apenas a esse meio.

Analizando essa ideia, Renata Sampaio (2011) sublinha que a consideração da existência de uma *violência urbana* cria um determinismo geográfico de que o espaço urbano é onde ocorrem o crime e a violência, excluindo o espaço rural. Não

significa ignorar a presença do crime e da violência no processo de urbanização, mas de considerá-los como fenômenos dissociados¹¹⁷.

Na mesma medida, criminalidade e violência é outro ponto que carrega particularidades, em que o primeiro se refere ao ato considerado transgressão, e a violência se apresentará em níveis distintos, de acordo com as tipificações. Esta lógica de raciocínio acarreta complexidades ao mensurarmos a percepção de violência na Comarca de Guarapuava, dos anos de 1960 a 1980.

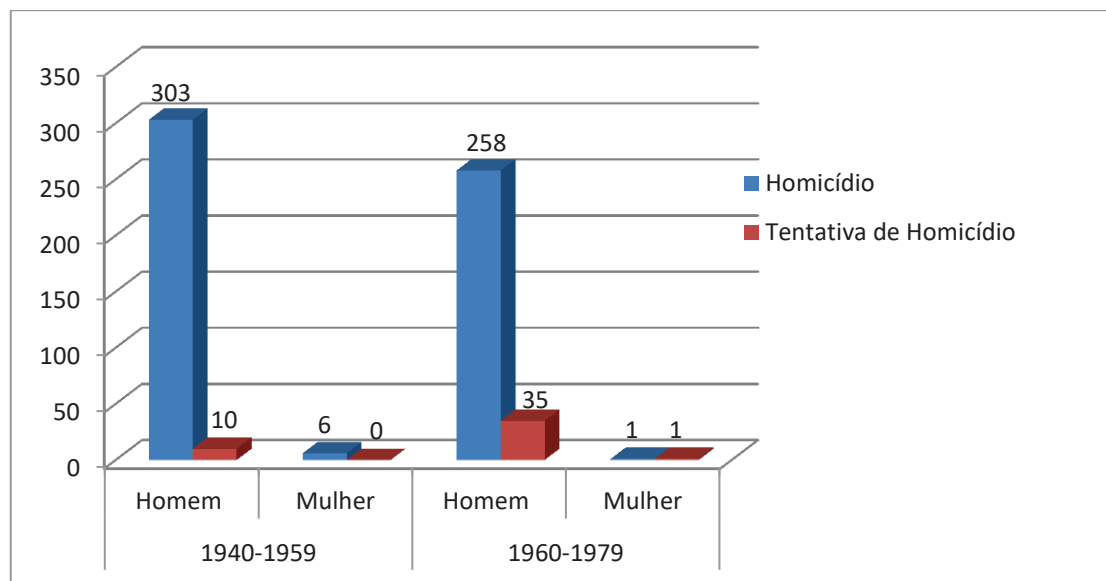
Marcos Bretas (1991) alerta para a legitimidade social empregada a certos usos da violência física, como na prática esportiva, na Educação Infantil e até mesmo pela repressão policial, como exemplos de ações violentas legitimadas que não deixam registros quando circulam no meio social ou até mesmo os atos violentos, que ferem a lei, mas não chegam a serem registrados pelo poder. O autor sugere que uma forma de contornarmos essa situação é apresentar a uma estimativa da recorrência da “violência interpessoal passível de criminalização, ainda que frequentemente escape das malhas da lei”¹¹⁸.

Ajustando a angulação de análise para a Comarca de Guarapuava, analisando os registros de inquéritos policiais a fim de verificarmos o grau de violência, Bretas contribui ao sublinhar que o indicador mais objetivo possível pode ser a partir dos índices de homicídio e tentativa de homicídio, por serem de considerável gravidade, ao atentarem contra a vida e dificilmente passarem sem chamar a atenção na sociedade, com exceção de um contexto de guerra. Assim, traçando um comparativo do espaço temporal estudado, que compreendeu 1960 a 1979, confrontamos com o mesmo espaço temporal anterior, de 1940 a 1959, com denunciados divididos por sexos; conforme Gráfico 1 abaixo, teremos um parâmetro da criminalidade e da violência na Comarca de Guarapuava

¹¹⁷ SAMPAIO, Renata. A. **Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização**: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

¹¹⁸ BRETAS, Marcos. O crime na Historiografia Brasileira: Uma revisão na pesquisa recente. **Revista BIB**, Rio de Janeiro, n. 3 2, 2º semestre, 1991., p. 49-61.

Gráfico 1 Crimes de Homicídio e Tentativa de Homicídio por sexo na Comarca de Guarapuava (1940/1959 e 1960/1979)



Fonte: Arquivo Histórico de Guarapuava. Adaptação do autor (2018)

No que diz respeito à taxa de homicídios cometidos por homens, de 1940 a 1959, foram registrados trezentos e três casos, equivalentes a 98,06%, e seis casos cometidos por mulheres, representando 1,94%. Nesse mesmo contexto, mas para a tipificação que corresponde a crimes de tentativa de homicídio, foram registrados dez casos cometidos por homens e nenhum registro de caso cometido por mulheres. No segundo recorte, de 1960 a 1979, a taxa de crimes cometidos por homens foi de duzentos e cinquenta e oito, correspondendo a 99,6%, e um caso cometido por mulheres, equivalente a 0,4%. Para a tentativa de homicídios cometidos por homens, foram registrados trinta e cinco casos, correspondendo a 97,2%, e um caso cometido por mulheres, sendo 2,8%.

Além do maior número de ocorrências perpetrado por homens, é possível considerar que os índices de violência na Comarca de Guarapuava nos anos de 1960-1979 obtiveram uma diminuição de 15% de homicídios cometidos por homens e uma diminuição de 83,33% nos casos cometidos por mulheres em relação às duas décadas anteriores. Os casos de tentativa de homicídio registraram um aumento de 350% nos casos cometidos por homens e a incidência de um caso cometido por mulheres.

No exame de comportamento dos índices de homicídio e tentativa de homicídio, em Guarapuava, é delicado afirmarmos uma diminuição ou aumento da

violência apenas contemplando os números de incidência, uma vez que os índices de homicídio diminuem, mas os índices de tentativas de homicídio aumentaram para ambos os sexos.

Uma hipótese para essa questão é ampliar a o campo de análise para a dimensão das proporções, de acordo com o número de habitantes da Comarca de Guarapuava – que abrange o município e os distritos administrativos de Guarapuava, como já assinalado. Assim, é possível declarar que houve uma diminuição da violência em Guarapuava, no período de 1960 a 1979¹¹⁹, considerando o crescimento demográfico de 61,9% correspondendo a um salto populacional de 97.947 habitantes em 1960 para 158.587 habitantes em 1979. Sob essa perspectiva, é possível declarar a diminuição da violência na Comarca de Guarapuava no momento em que ocorria significativo aumento de habitantes e consequentemente a diminuição dos índices em proporção populacional.

Portanto, tendo como parâmetro a ideia descrita por Bretas em observarmos os índices de homicídio e termos uma percepção do grau de violência, é uma via de análise que necessita ser observada em um sentido amplo. A correlação entre os dados abordados a respeito dos crimes que tentaram contra a vida necessitam ter correlação com a dinâmica numérica populacional. Neste sentido, a ideia pontuada por Sampaio nos confirma que na Comarca de Guarapuava o aumento populacional, sobretudo o urbano, não significou aumento da violência.

É também importante notar que o policiamento na Comarca de Guarapuava foi feito, até 1950, com um efetivo do Batalhão de Polícia da cidade de Ponta Grossa, alterado a partir desse ano com a instalação no município da 5ª Companhia da Policial Militar e do 1º Batalhão de Polícia Militar na cidade. Com o aumento do efetivo policial, que passa a ter sede na Comarca de Guarapuava, ocorre também o aumento do controle e da vigilância da população, apontando uma contribuição para a diminuição da violência.

O grau de violência notada no cotidiano da Comarca de Guarapuava se refere ao grau mais extremo de crime, de extinguir ou ameaçar a existência da vida de outra pessoa. No entanto, importa também observarmos a horizontalidade da criminalidade, em que a violência pode aparecer em níveis distintos, ou até mesmo

¹¹⁹ Os dados se atentam para o período em que ocorreu o desmembramento dos municípios e da Comarca de Guarapuava, em 1961, Inácio Martins e Pinhão, em 1965, como já mencionado.

não existir uma ofensa física direta, como nos casos de furto, mas que atenta e viola a propriedade e o direito de outro em benefício próprio.

O olhar para a criminalidade no sentido mais amplo nos assegura verificar os índices de crimes cometidos entre os sexos, seguindo a mesma dinâmica comparativa de recortes temporais, tendo como contraponto os crimes que mulheres cometeram e foram registrados, comparando com as mesmas tipificações de crimes cometidos por homens, e assim, mensurarmos o comportamento dos dados, como disposto na Tabela 1 abaixo, radiografando os índices de criminalidade registrados na Comarca de Guarapuava.

Tabela 1 Registro de crimes cometidos por mulheres e homens na Comarca de Guarapuava (1940-1979)

Tipificação	1940-1959		1960-1979	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Homicídio	303	6	258	1
Tentativa de Homicídio	10	0	35	1
Aborto				1
Lesão Corporal	410	2	382	11
Calúnia	12		10	3
Difamação	2		3	3
Ameaça	42		34	1
Furto	251	2	116	8
Favorecimento de prostituição			1	1
Latrocínio				1
Disparo de arma de fogo	7		29	1

Fonte: Arquivo Histórico de Guarapuava. Adaptação do autor (2018).

Observando os crimes nos quais as mulheres foram denunciadas, é possível notar que, em um primeiro momento, de 1940-1959, foram registrados dez casos; confrontado com o segundo momento, de 1960-1979, trinta e dois casos foram registrados, o que redundou em um aumento de 220%, variando as tipificações conforme disposto na Tabela 1. Nas mesmas tipificações, mas que registraram a autoria de homens, verifica-se que no primeiro recorte ocorreram um mil e trinta e sete casos, e no segundo recorte, oitocentos e sessenta e sete casos,

correspondendo a uma diminuição dos crimes cometidos por homens de 16,4% entre 1960-1979, comparando com os dezenove anos anteriores.

A dinâmica que ocorre com a criminalidade a partir das tipificações observadas se aproxima da amostra acerca do comportamento da violência na Comarca de Guarapuava já descrita, em que se verifica a diminuição da violência e dos crimes registrados. Leva-se em conta o aumento populacional para assim confirmarmos uma expressão mais sólida da diminuição do índice de crimes cometidos por homens e mulheres em relação ao número de habitantes. Desta forma, no cenário de Guarapuava, a urbanização foi um processo acompanhado pela existência da violência, mas que não, necessariamente, condicionou o aumento da criminalidade ou dos crimes mais violentos, como os casos de homicídio. Todavia, ignorando as incidências de crimes em relação à proporção do número de habitantes, observando as incidências no geral de casos registrados de crimes cometidos por mulheres na Comarca de Guarapuava entre 1960 a 1979, notamos um aumento do registro da criminalidade.

O aumento de registro nos casos de mulheres denunciadas na Comarca de Guarapuava aponta para a reflexão central desta pesquisa, a análise dos discursos propagados no meio jurídico. Em meio à complexidade que a análise do crime e da violência apresentada, esses casos proporcionaram o fluxo de atividades policial e jurídica na Comarca de Guarapuava e, por conseguinte, fizeram circular enunciados que formaram discursos. Neste sentido, para adentrarmos mais o contexto pesquisado, cabe agora pontuarmos as tipificações apuradas e assim delimitarmos os perfis das mulheres, cenários, circunstâncias relatadas nos casos, que serviram como condições argumentativas no debate jurídico.

3.3 AGORA É QUE SÃO ELAS: AS RESIDENTES E AS *OUTSIDERS*

A Comarca de Guarapuava na década de 1960 exibia, como já referido anteriormente, no espaço urbano e, em consequência, influenciava o meio rural que se beneficiava dos novos estabelecimentos comerciais e ambientes de sociabilidades que ali se instalavam. Homens e mulheres de sítios, chácaras e fazendas da região circulavam constantemente pela cidade para o abastecimento de gêneros alimentícios, visitar parentes e conhecidos, resolver compromissos, como ir

ao médico ou prestar alistamento no Exército. Mesmo na cidade existindo um maior fluxo da circulação de pessoas, no campo também havia espaços de relações sociais e lugares de sociabilidades, como os bailes e festas religiosas. Além disso, o pequeno comércio de porcos, cavalos, gado, galinhas, gordura, que ocorria constantemente entre vizinhos, favorecia as relações sociais no meio rural.

Em meio às relações sociais, no urbano e rural encontramos o registro de trinta e dois casos de mulheres denunciadas por crimes em diversas tipologias para o recorte temporal estudado. Essas mulheres, com necessidades, problemas, angústias e sonhos tiveram parte de suas vidas registradas ao serem processadas por crimes. Esses casos ocorreram em decorrência de desentendimentos repentinos ou de rugas antigas que se arrastavam.

A incidência de crimes protagonizados por mulheres apresentou maior número de ocorrência no meio urbano, se contrastado com o meio rural. Isso decorre dos fortes laços de vizinhança e apadrinhamento existentes no campo, sobretudo pela necessidade de ajudar uns aos outros. Mas também é cabível notarmos que a política de controle e vigilância policial no meio rural foi mais rarefeita do que na cidade, podendo assim ter havido casos que não foram registrados.

De acordo com a leitura das fontes, entre os aspectos que interligam as mulheres denunciadas destacam-se: a inexistência de antecedentes criminais relatados por elas e pela polícia e a ausência de mulheres com trabalho assalariado. Neste sentido, as mulheres que possuíam ocupações para além das atividades do lar eram autônomas e/ou sem registro. Por fim, todas pertenciam a uma classe social pouco privilegiada. Os casos analisados nos documentos policiais e nos processos criminais relatam as condições vivenciadas pelas mulheres indiciadas, e confirmam as precárias condições sociais e econômicas, como pode ser constatado em alguns relatos arrolados que evidenciam a situação de pobreza.

O caso de Josefa e Nair retrata duas meninas com dezesseis anos, menores de idade, não alfabetizadas e órfãs¹²⁰. Acusadas, confessaram ter furtado¹²¹

¹²⁰ Nos casos analisados durante a pesquisa, os procedimentos adotados, quando uma mulher/jovem menor de idade era indiciada eram seguidos os procedimentos penais que consistiam na nomeação de um curador e a partir disso o caso era apurado. De acordo com o Código Processual Penal e a Lei n. 5.258 de 10 de abril de 1967 que ditava a aplicação da lei em menores de idade considerava que: Art. 1º Os menores de 14 anos que praticam fatos definidos como infrações penais como [sic] sujeitos a medidas de proteção, assistência, vigilância e redução de acordo com sua personalidade

pertences de Lurdes no ano de 1963. Em depoimento, as indiciadas afirmaram que a princípio haviam sido contratadas para o trabalho doméstico, mas ao chegarem na casa de Lurdes, descobriram que o local era, na verdade, uma casa de meretrício. Josefa, em seu depoimento, relatou ser natural de Lages, Santa Catarina, e que o pai e avô foram mortos na prisão e sua mãe no meretrício. Após esta difícil trajetória, foi residir com sua tia na cidade de Laranjeiras do Sul, no Paraná e, logo depois, passou a ganhar a vida como meretriz na cidade de Guarapuava. Já sua companheira, Nair, era natural de São Paulo, capital, e chegou à cidade de Pitanga na companhia dos pais, mas ambos faleceram. Sem laços familiares na cidade, decidiu se mudar para Guarapuava. Nair declarou ter trabalhado como doméstica, mas após ser convidada a trabalhar para Lurdes aceitou a oferta, sob a promessa de ganhar mais dinheiro desempenhando a mesma função. Entretanto, quando chegou à casa de sua nova patroa descobriu que na verdade era um meretrício. Nesse local Nair relata ter sido forçada a se deitar com um alemão que tirou sua virgindade. A partir dessas desventuras, Nair mencionou que passou a se sustentar com o meio prostitucional pelas ruas de Guarapuava, onde conheceu Josefa.

A preponderância de mulheres em situação de pouco privilégio social e econômico em conflito com a lei não significa que as mulheres ricas estiveram imunes a executarem crimes, muito menos violentos. “Significa apenas, que nas camadas mais privilegiadas da população, os conflitos envolvendo mulheres foram

e a natureza, os motivos e as circunstâncias do fato (art. 4º). Art. 2º Os menores de 18 anos e maiores de 14, pela prática de fatos definidos como infrações penais, ficam sujeitos às seguintes medidas, sem prejuízo das referidas no artigo 1º: a) Se o menor pratica fato definido em lei como infração penal a que não seja cominada pena de reclusão e fôr moralmente abandonado, pervertido ou se achar em perigo de o ser, o Juiz poderá, tendo em conta os elementos mencionados no § 1º, 2ª parte, dêste artigo: 1) interná-lo em estabelecimento apropriado para a sua reeducação, pelo menos por seis meses e até no máximo, atingir idade de 21 anos, provendo sobre as condições da internação observado o disposto nos §§ 3º, 4º, 1ª parte 8º e 10º deste artigo. 2) entregá-lo à sua família ou a uma outra idônea, mediante as condições que determinar, ressalvada a internação se a medida se mostrar insuficiente. b) Se o menor praticar fato definido em lei como infração penal a que seja cominada pena de reclusão, o Juiz mandará interná-lo em estabelecimento apropriado para a sua reeducação, pelo tempo e nas condições constantes dos parágrafos seguintes: § 1º O prazo de internação não será inferior a dois terços do mínimo, nem superior a dois terços, do máximo da pena privativa de liberdade cominada ao fato na lei penal. Embora Jair e Josefa tenham sido indiciadas, as menores foram absolvidas. Na análise dos demais casos apurados não teve o registo de meninas menores de 14 anos que foram condenadas. Cf. BRASIL. **Lei nº 5.258, de 10 de abril de 1967. Dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5258-10-abril-1967-372245-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 ago. 2018.

¹²¹ AHG. Furto. 1963. Caixa: 290. Processo: 963.2.5415.

resolvidos, quase sempre, no âmbito privado, sem a intervenção da justiça institucionalizada”¹²².

Ao analisar as diferenças recorrentes entre as mulheres denunciadas a partir da análise das tipologias arroladas, observamos existir diversas tipificações de crimes que são capitulados contra pessoa, contra o patrimônio e contra os costumes. Porém, ao rastrear as condições dispostas em cada caso, uma ligação foi traçada entre tipologias dos processos referentes à personalidade dessas mulheres, proporcionando uma leitura das incidências e assim entrever o emaranhado de relações sociais de aproximações e distanciamentos. Nos trinta e dois casos apurados, foi possível realizar a interpretação de dois grandes grupos de mulheres em relação à recorrência de tipificação que delineou o estrato social ocupado por elas. No primeiro grupo, foram inseridas as mulheres predominantemente denunciadas por crimes contra pessoa como homicídio, tentativa de homicídio e lesão corporal. Essas mulheres não apresentaram envolvimento com a prostituição e demonstraram possuírem naturalidade em Guarapuava ou localidade próxima, somando dezesseis casos. No segundo grupo estiveram alocadas as denunciadas ligadas com a prática prostitucional que evidenciaram serem advindas de outras localidades distantes de Guarapuava, somando dezesseis casos, predominantemente tipificados em crimes contra o patrimônio, como furto. O fundamento que justifica a produção de dois grupos com aspectos distintos reside na própria mácula que condena moralmente a prática da prostituição presente nos discursos do meio jurídico¹²³.

Esta leitura se assemelha à ideia de residentes e *outsiders* elaborada por Elias e Scotson¹²⁴, quando pesquisaram uma pequena comunidade Inglesa da

¹²² CALEIRO, Regina Célia Lima. **História e Crime**: quando a mulher é ré. Franca 1890-1940. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002. p.73.

¹²³ As mulheres que tiveram envolvimento no meio prostitucional foram expurgadas pela sociedade residente não por cometerem crimes, já que mulheres sem envolvimento com a prostituição também foram acusadas, mas devido à perturbação de uma expectativa moral estabelecida na localidade que é ferida pela prática da prostituição.

¹²⁴ Na análise da cidade situada no sul da Inglaterra com o nome fictício de Winston Parva, Norbert Elias e Jonh L.Scotson (2000) tinham como objetivo observar a dinâmica social e as relações de interdependência construídas através de estatísticas, entrevistas e da etnografia. O trabalho constatou a divisão de três zonas distintas. Na primeira zona permeavam os privilegiados economicamente. Nas zonas dois e três residiam as pessoas operárias da localidade. Dentro de um plano de igualdade étnica, econômica e educacional entre os pertencentes das zonas dois e três, os pertencentes a zona dois se achavam superiores por residirem mais tempo na cidade e se recusavam a manter relação para com os da zona três que eram recém-chegados. Portanto, os pertencentes da zona um e dois excluem e descriminam a população da zona três que apresentavam diferenças

década de 1950, nas proximidades de uma zona industrial, constatando que uma parcela dos habitantes, apesar de não possuírem diferenças no aspecto econômico, sustentaram uma diversidade no tocante a sociabilidade, a organização, os valores e discriminação. Assim como na Comarca de Guarapuava, as mulheres indiciadas por algum crime possuíam um denominador comum no aspecto econômico; destituídas de condições socioeconômicas mais favoráveis, mas com o aumento populacional no espaço observado as normas de valores morais alimentou o status de orientação comportamental entre as mulheres que foram acusadas de cometerem crimes e violência quando no meio prostitucional e advindas de outras localidades, em relação às que não tiveram ligação com esse meio, e que eram predominantemente de naturalidade na Comarca de Guarapuava, denominadas de residentes.

Seguindo essa analogia, doravante as mulheres que não possuíam envolvimento com o meio prostitucional serão descritas como residentes e, por conseguinte, as mulheres que estiveram na condição de meretriz *outsiders*. A partir destes dois grandes grupos, será anotado a partir das tipologias elementos que se distinguem ou se entrelaçam como tipos de crimes, grau de violência, perfil das mulheres, locais de ocorrência e perfil de vítimas. Como dispostas na Tabela 2 abaixo, distinguimos as incidências de crimes de acordo com as tipificações entre *outsiders* e residentes.

Tabela 2 Quantitativo de crimes por tipologia de acordo com as mulheres Outsiders e Residentes.

Mulheres envolvidas com o meio prostitucional – Outsiders		
Art.	Tipologia	Quantidade
Art.157	Latrocínio	1
Art.129	Lesão Corporal	5
Art.138	Calúnia	1
Art.147	Ameaça	1
Art.155	Furto	6
Art.228	Favorecimento de prostituição	1
Art. 28+62-Contravenção	Disparo de Arma de fogo	1
Mulheres sem envolvimento com o meio prostitucional – Residentes		
Art.	Tipologia	Quantidade
Art. 121	Homicídio	1
Art.121	Tentativa de Homicídio	1
Art.124	Aborto	1
Art.129	Lesão Corporal	6
Art.138	Calúnia	2
Art.139	Difamação	3
Art.155	Furto	2

Fonte: Arquivo Histórico de Guarapuava. Adaptação do autor (2019).

Como ponto de partida, as análises dos casos permitiram compreender que as mulheres que estiveram envolvidas com o meio prostitucional possuem maior incidência em crimes nos quais a violência é menos presente. Com exceção do latrocínio, os crimes de lesão corporal que apresentam a violência direta aconteceram em decorrência de algum desentendimento no meretrício, em que a pessoa que rivalizava era geralmente desconhecida, obrigando-as a se defenderem de alguma forma, pois eram sozinhas, vivendo em ambiente hostil. Elas se utilizaram de objetos que estavam ao alcance para servir de armas, como pedaços de telha, trinco de porta e pedras. A maior incidência de furtos aponta que atentaram mais contra o patrimônio em decorrência de situações oportunizadas no cotidiano das casas de prostituição.

Na segunda parte da tabela, as mulheres que não tinham envolvimento com a prostituição ocupam uma posição majoritária no quantitativo de crimes em que a violência interpessoal esteve mais presente, como o homicídio, tentativa de homicídio, aborto e lesão corporal. Diferindo das mulheres pertencentes ao grupo anterior, essas mulheres fichadas por crimes violentos conheciam a vítima e

possuíam alguma relação com elas, seja de amizade ou de atrito. As armas utilizadas nos momentos de desafetos registradas consistem em arma de fogo e faca. Neste grupo, os crimes de calúnia e difamação estiveram mais presentes e retratam os conflitos de boatos e conversas do cotidiano de vizinhanças.

De modo abrangente, o delineamento das tipologias dos crimes registrados, de acordo com o grupo de mulheres, também está concatenado com a faixa etária das indiciadas, conforme disposto na Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 Faixa Etária de acordo com as mulheres Residentes e *Outsiders*

	Faixa Etária	
	Quantidade	
	<i>Residentes</i>	<i>Outsiders</i>
11 a 19	1	10
20 a 29	2	5
30 a 39	10	1
40 a 49	3	2

Fonte: Arquivo Histórico de Guarapuava. Adaptação do autor (2019).

As mulheres residentes registraram maior número de incidência no crime quando eram mais velhas, na faixa de 30 anos; logo, pertencentes ao grupo em que os crimes de ofensa física de violência extrema foram mais presentes. Nesse grupo prevaleceu mulheres com estado civil de casadas, geralmente possuindo filhos(as) e que se declararam se ocuparem do trabalho doméstico ou de lavar roupas a ganho.

Em contraposição, as mulheres *outsiders* foram predominantemente indiciadas quando menores de idade e denunciadas prevalentemente em crimes menos violentos. Em muitos casos, as mulheres que durante o arrolar das investigações se descreviam na condição da prostituição não respondiam possuir a profissão de meretriz, mas sim de doméstica. E ainda revelaram que possuíam alguma relação de afeto ou até mesmo de casamento com alguém, entretanto, nesse agrupamento predominam as mulheres solteiras sem possuírem filhos.

3.4 QUARTOS, RUAS, QUINTAIS E OUTROS CENÁRIOS DESCRITOS NOS AUTOS

O espaço de um crime, quando premeditado, é articulado para ocorrer o mais perfeito possível, para que o cenário possa garantir o sucesso da ação arquitetada. Os casos registrados na Comarca de Guarapuava geralmente não tiveram um planejamento, com exceção¹²⁵ do caso de latrocínio¹²⁶, ocorrido em junho de 1966, maquiado por Sueli¹²⁷, Carlos¹²⁸ e Marcos¹²⁹. Quando interrogada, Sueli disse ter conhecido Carlos no meretrício de nome “Casa Russa”, na cidade de Ponta Grossa-PR¹³⁰. Nessa ocasião, segundo ela, Carlos a convidou para ir à cidade de Guarapuava, onde ele possuía família, como seu primo Marcos, o terceiro indiciado no processo. Sueli ainda ressaltou que, juntamente com Carlos, tinha a intenção de vender roupas pelas cidades próximas de Guarapuava. No entanto, ao chegarem à cidade de Laranjeiras do Sul e se encontrarem com Marcos, planejaram alugar um táxi, roubar o veículo, matar o dono e seguir com a condução para a cidade de Pitanga-PR. De acordo com os depoimentos, os detalhes foram combinados e cada integrante teria uma encenação para ludibriar a vítima até colocar um fim em sua vida. O melhor local pensado foi na estrada, nas proximidades da curva da “Lagoa Seca”, pois a ribanceira daquela região seria perfeita para o desaparecimento do corpo da vítima.

Escolhido como vítima, o taxista Juarez¹³¹ aceitou a empreitada de levá-los para a cidade de Guarapuava, e no meio do caminho, como previamente pensado, Sueli pediu para parar o carro com a desculpa de que precisava urinar. Carlos, que estava sentado no banco de trás, ao lado de Sueli, disparou na cabeça da vítima, que teve morte instantânea. Em seguida, Marcos pegou o corpo e jogou ribanceira abaixo. Carlos assumiu o volante e seguiram pela estrada. No entanto, minutos depois, o carro apresentou defeitos mecânicos e o trio decidiu abandonar o veículo na estrada e voltar a Guarapuava e conseguiram carona com Anselmo, que

¹²⁵ AHG. Latrocínio. 1966. Caixa: 307. Processo 966.2.59.20.

¹²⁶ Art. 157- Latrocínio. Roubo qualificado pelo resultado de morte.

¹²⁷ Sueli. 19 anos, solteira, afirmou ser doméstica, e que não sabia ler e escrever.

¹²⁸ Carlos, 20 anos de idade, solteiro, sem profissão e natural de Rebouças-PR, sabia ler e escrever.

¹²⁹ Marcos, 18 anos de idade, não sabia ler e escrever, sem profissão e natural de Inácio Martins-PR.

¹³⁰ Este caso será aprofundado no capítulo três.

¹³¹ Juarez, motorista de taxista, 35 anos de idade, casado e natural de Guarapuava.

transitava pela via e ofereceu ajuda. No percurso até a cidade de Guarapuava Anselmo trocou diálogos com o trio, que descreveu ter tido problemas mecânicos com o carro e que estavam todos retornando para a cidade com a finalidade de buscar ajuda. Após um dia do acontecido, diligências policiais conseguiram encontrar o veículo roubado com marcas de sangue e logo o corpo de Juarez no fundo de uma ribanceira. Anselmo repassou a informação para a polícia que havia dado carona para um trio suspeito no dia do ocorrido fato. Assim, a polícia chega a Sueli, Carlos e Marcos que confessaram de imediato o crime cometido. Mesmo calculando cada ação, o trio não conseguiu finalizar com sucesso o planejado e foram presos.

O caso de latrocínio descrito foi o único que possui premeditação do crime pelas pessoas indiciadas. Os demais casos não possuem narrativas que constam o planejamento prévio de como e onde deveria acontecer o ato criminoso. Essa especificidade nos permite pensar, com evidente exceção do caso de latrocínio, que os crimes ocorridos na Comarca de Guarapuava foram originados por desentendimentos e gerados instantaneamente em controvérsias decorrentes de diversos motivos. De acordo com as tipificações, os casos ocorreram entre pessoas que não se conheciam no grupo de mulheres *outsiders*, e motivados mediante discórdias instantâneas, entre as mulheres residentes; as pessoas envolvidas possuíam convívio e os motivos geradores dos crimes foram por conta de desentendimentos passados.

As mulheres residentes, com naturalidade em Guarapuava, sem ligação com a prostituição, foram acusadas de crimes ocorridos nas proximidades das suas casas, com a prevalência em horários mais diurnos, no urbano ou no rural. Entre essas mulheres também se destacaram por constar o grau de violência mais elevada em crimes capitulados como contra pessoa, da sessão de atentado à vida. Nesse mesmo grupo, e ainda nos casos capitulados em crimes contra a vida, mas nas seções de crimes contra a honra, os casos de calúnia e difamação, violência que ofende a moral, também estiveram presentes.

A única incidência de homicídio¹³² registrada aconteceu no conflito entre os casais de residentes Adelaide e Dionísio, Zenaide e Djalma, ocorrido nas proximidades da Fazenda Coqueiro, região conhecida como “Segredo”, distrito de

¹³²Art.121: Homicídio. Anular a vida de outrem.

Candói¹³³, no ano de 1965. O primeiro casal tinha como posses duas casas justapostas, sendo uma alugada para o segundo casal e a outra onde residiam. De acordo com os relatos arrolados nos autos, Zenaide, que estava em adiantado estado de gravidez e seu companheiro Djalma arrastavam uma dívida de três meses de aluguel, motivo este, segundo Adelaide, tencionava diversas discussões com Zenaide quando cobrava a dívida atrasada.

No dia do acontecido, por volta das 19 horas, Zenaide e Djalma estavam se mudando sem dar satisfação do acerto de contas. Dionísio e Adelaide se dirigiram até sua casa para ter conhecimento do que acontecia. Nos relatos de Adelaide, Djalma disse a Dionísio que ele não era dono do “Segredo” – nome da região rural onde moravam-, e que iria acertar a conta, mas não sabia quando e caso “tivesse vontade de morrer, era só tentar impedir a retirada das suas tralhas da casa alugada”. Dionísio retrucou afirmando que no seu quintal topava tudo; neste momento, ambos passaram a se atracar em luta corporal e Djalma, armado de um revólver calibre 38, disparou três tiros matando Dionísio. Já estava escurecendo e Adelaide depôs que no transcorrer da disputa corporal correu em sua casa e apoderou-se de uma faca com vinte centímetros de comprimento. Ao retornar para o local do conflito, ouviu disparos de tiros e viu que tinham acertado seu companheiro Dionísio, que teve morte instantânea. Diante disso e na posse de uma faca, Adelaide confessou que disferiu diversas facadas nas costas e cabeça de Djalma, provocando sua morte. Adelaide ainda observou que Zenaide tentou pegar a arma de seu companheiro para matá-la e não conseguiu.

Adelaide, em seu depoimento, descreveu que já havia alguns desentendimentos com Zenaide quando cobrava os aluguéis atrasados, assim como Djalma menciona que Dionísio não era dono da localidade onde moravam. Ambos os relatos possibilitam entrever que o motivo do crime de homicídio não foi momentâneo e sim decorrente de atritos passados.

Em caso similar, Joana foi indiciada por tentar um homicídio¹³⁴ contra Neuza, no quintal de sua casa, no ano de 1967¹³⁵. Os desafetos entre as duas mulheres

¹³³ AHG. Homicídio. 1965. Caixa: 3010. Processo: 965.2.5790.

¹³⁴ Art. 121: Tentativa de Homicídio. O que configura a tentativa de homicídio é o agir consciente na prática de ato cujo/ o resultado intentado é a morte de terceiro.

¹³⁵ AHG. Tentativa de homicídio; 1967. Caixa: 324. Processo: 967.2.6047.

tiveram início havia quase dois anos, quando Wando, marido de Neuza,¹³⁶ pediu a separação para ficar com Joana¹³⁷. Neuza relatou que já era fim de tarde quando se dirigiu até a casa do seu ex-marido, na Vila Amarela, na cidade de Guarapuava, com a finalidade de pedir ajuda e comprar remédios para seu filho que estava doente. Mas, quando chegou ao portão e chamou Wando, Joana a recebeu com ofensas. E em ato contínuo, servindo-se de um revólver, efetuou dois disparos, em que o primeiro acertou de raspão a cabeça de Neuza e o segundo atingiu o seu abdômen¹³⁸. A indiciada só não teria atirado mais vezes porque o revólver teria emperrado. Joana, em suas declarações iniciais, confessou que realmente tentou matar Neuza quando esta veio bater em sua porta para chamar Wando, pois, em outros encontros permeados de atritos, a vítima havia prometido ferir sua filha mais nova e ainda realizar uma “visita” armada.

Os casos de Adelaide e Joana, homicídio e tentativa de homicídio, respectivamente, ilustram duas tipificações registradas entre as mulheres que não possuem ligações com o meio prostitucional, assim como a maioria dos casos desse grupo, com um alto nível de violência e preponderância de recorrência em espaços ligados à casa, quintal, envolvendo vítimas com alguma relação de amizade ou inimizade declarada, de negócios ou relacionamentos passados.

As mulheres residentes moravam em bairros do meio urbano ou em localidades do meio rural, possuíam convívios com outras pessoas que se avizinhavam e, com isso, os boatos animavam conversas “sigilosas”, até que se espalhavam e se tornavam exposições de ofensas morais da reputação de outrem. Essas circunstâncias geravam ofensas da honra, provocando a instauração de casos tipificados em calúnia e difamação.

Foi assim no caso de Rosália¹³⁹, acusada de propagar difamações¹⁴⁰ de Francisca. Este caso elucida a situação dos conflitos instaurados entre as pessoas que se avizinhavam e os falatórios que desembocavam em insultos e humilhação.

O fato ocorreu no ano de 1969, na localidade denominada de Vila Santana, onde vivia a requerente Francisca¹⁴¹, que, em depoimento, disse que residia

¹³⁶ Neuza, doméstica de 24 anos, separada, natural de Guarapuava-PR.

¹³⁷ Joana, doméstica, 33 anos, amasiada, mãe de três filhos, natural de Irati- PR.

¹³⁸ *Ibidem*. Fl. 10.

¹³⁹ AHG. Difamação. 1969. Caixa: 344. Processo: 969.2.6344.

¹⁴⁰ Art.139. Difamação. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação.

“juntamente com sua filha, menor de idade, nascida de uma união com certo cidadão, com o qual viveu maritalmente durante cinco anos, respeitando-lhe e conduzindo-se com dignidade (...), somente separando-se após esse lapso de tempo com incompatibilidade de gênios”¹⁴². E após a separação passou a morar com sua mãe e vivendo do “trabalho honesto” de lavar roupa, fato de conhecimento da vizinhança e outras pessoas que a conheciam. Entretanto, havia tempos que sua cunhada e agora indiciada, Rosália¹⁴³, também residente naquele bairro, vinha atentando contra a sua moral e provocando intrigas com outras famílias, insuflando-as contra a requerente, criando uma situação em que Francisca não mais podia transitar livremente pela rua onde vivia.

Francisca narrou que Rosália, com ânsia incontida de lançar as famílias daquele bairro contra a requerente, se dirigiu até a casa de Marcos, na mesma localidade, e não teve pejo de dizer à sua esposa que a depoente estava tendo relações com o referido homem e tirando pão da boca de seus filhos ao pegar rios de dinheiro dessa relação secreta. Esses e outros falatórios propagados por Francisca vieram tornando a vida da requerente e de sua família um suplício moral.

Rosália, em suas declarações no interrogatório, afirmou que já havia passado por momentos de humilhação provocados por Francisca, e nunca tinha tirado satisfação a respeito, e que sabia que a requerente vivia em companhia com um cidadão, como negou em suas alegações iniciais. Rosália contestou a acusação e afirmou jamais ter proferido qualquer palavra que viesse a desabonar a conduta da mulher que era a sua cunhada.

Marcos¹⁴⁴, chamado para testemunhar o fato, declarou nunca ter tido alguma relação com Francisca e que as inverdades foram originadas quando fez alguns trabalhos de pedreiro na casa da requerente. Afirmou, também, que conhecia Rosália e seu hábito de fazer falatórios de Francisca. Como desfecho, Francisca resolveu desistir do caso, determinando o arquivamento do processo.

Seguindo caminho semelhante, um caso¹⁴⁵ de injúria¹⁴⁶ e difamação requerida por Isaac e Aparecida indicia Sebastiana, Cláudio e Antônio no ano de

¹⁴¹ Francisca, com 34 anos, doméstica, sabia ler e escrever, separada, natural de Guarapuava-PR e mãe de uma filha com 9 anos.

¹⁴² *Ibidem*. Fl. 04.

¹⁴³ Rosália, com 34 anos, casada, atendente de uma cantina, sabia ler e escrever, natural de Guarapuava-PR e mãe de cinco filhos.

¹⁴⁴ Marcos, com 36 anos, casado, pedreiro e natural de Guarapuava-PR, sabia ler e escrever.

¹⁴⁵ AHG. Injúria e Difamação. 1969. Caixa: 351 Processo: 969.2.6468.

1969, por serem responsáveis de disseminarem falácias na Vila Santana, onde moravam em Guarapuava, a respeito do casal requerente. Representados pelo advogado Élio, Isaac¹⁴⁷ depôs que trabalhava no comércio e sua companheira Aparecida¹⁴⁸ no lar, e que, após ser acometido de uma doença séria, ficou acamado; em face de sua impossibilidade temporária de trabalhar e diante das necessidades, sua esposa teve que se ausentar do lar e dirigir veículo conduzindo pessoas (o caso não fornece mais informações a respeito da atividade desempenhada por Aparecida, o que indica é que ela trabalhou no transporte coletivo de pessoas). Entretanto, o casal Sebastiana¹⁴⁹ e Claudio¹⁵⁰, juntamente com Antônio¹⁵¹, irmão de Aparecida e cunhado de Isaac, “passaram a comutar com a vizinhança de que deveriam se afastar da companhia e amizade da requerente [Aparecida] porque esta era uma mulher ‘à toa’, ‘leviana’, ‘vadia’ e ‘ordinária’, insinuando claramente tratar-se de uma mulher adúltera”¹⁵². Essas infâmias só seriam trazidas perante a justiça após algumas semanas do acontecido devido à incapacidade de Isaac (como mencionado no processo).

O desfecho do caso ocorre com uma audiência, sem oitivas de testemunhas, com a retratação de Sebastiana, Claudio e Antônio, que relataram o mesmo discurso em conciliação, afirmando que “não haverem falado nada que desabonasse a pessoa ou conduta da Sra. Aparecida, uma vez que reconhecem não haver motivos para que assim precedessem”, e ainda retratam que “se inconscientemente proferiram algumas palavras que ofendessem a referida senhora, o que não acreditam ter ocorrido, retiram-na neste ato, voluntariamente”¹⁵³.

Os casos de difamação e, no mesmo caminho, os de injúria são temperados de falatórios que circulavam entre vizinhos interessados em saber das intimidades de outras pessoas, em que a conduta moral é o centro das atenções que tencionam necessidades das vítimas em recorrer à justiça para a retratação de informações espalhadas pela “boca miúda”. Ainda que não seja possível sabermos se era

¹⁴⁶ Art. 140. Injúria. Inquirir alguém ou ofender a dignidade ou o decoro.

¹⁴⁷ Isaac, não consta idade, naturalidade, era casado, tinha a profissão de comerciante, sabia ler e escrever.

¹⁴⁸ Aparecida, não consta a sua idade e naturalidade, era casada, sabia ler e escrever, sua ocupação era o trabalho doméstico.

¹⁴⁹ Sebastiana, casada, não consta sua idade e naturalidade, tinha a ocupação de doméstica.

¹⁵⁰ Claudio, casado, não consta sua idade e naturalidade, sua ocupação era de comerciante.

¹⁵¹ Antônio, não consta sua idade e naturalidade, solteiro e se ocupava do trabalho no comércio.

¹⁵² *Ibidem*. Fl. 02.

¹⁵³ *Ibidem*. Fl. 09.

verdade o fato de Rosália ter propagado mentiras do comportamento de Francisca, ou que Sebastiana, Claudio e Antônio foram responsáveis de produzir e pulverizar mentiras da vida de Aparecida, havia a difusão nas vizinhanças desses dois casos, e nos demais destas tipificações, que desprestigia a expectativa de honra das duas mulheres vítimas, atacando os valores cultivados pela sociedade local.

De acordo com a leitura das fontes, entre as mulheres indiciadas e agrupadas junto das que possuíam envolvimento com o meio prostitucional, o caso de latrocínio protagonizado por Sueli, Marcos e Carlos é o único que apresenta a violência extrema de anular a vida e ainda planejando o espaço de acontecimento do crime.

Em meio às mulheres *outsiders*, a violência foi mais rarefeita, com o predomínio de crimes contra o patrimônio, prevalecendo a tipificação de furto. Os espaços de acontecimento compreendem as ruas e casas de meretrício, preponderando o urbano ou suburbano¹⁵⁴. Em referência aos espaços premeditados descritos, até poderíamos considerar premeditado os casos que indiciaram mulheres como autoras de furtos quando os homens estiveram na ocasião de um quarto de meretrício, no entanto, os relatos não apresentam essa noção clara para tal afirmação.

O caso de Marilda, indiciada que confessou ter cometido furto¹⁵⁵ contra Ozório, ocorrido em 1968, no Morro Alto, Guarapuava, elucida bem a questão da premeditação e se estende aos demais casos de mulheres indiciadas e na condição de meretriz. Assistida pelo seu curador e defensor público, Lucrécio, nomeado por ser a indiciada menor de idade, Marilda¹⁵⁶, em depoimento, confessou que no dia do acontecido, Ozório¹⁵⁷, lavrador residente na cidade de Chopinzinho, viajou à cidade de Guarapuava para efetivar a compra de um lote de terra, e para tanto tinha posse de 400 cruzeiros novos. Antes dos negócios e no fim do dia, Ozório resolveu ir até ao meretrício de Lúcia, na localidade do Morro Alto. Lá chegando, o requerente

¹⁵⁴ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, os termos utilizados para discriminar as regiões de uma cidade eram: urbano, suburbano e rural. O vocábulo suburbano foi o empregado até 1979 para se referir aos bairros e vilas mais distantes do centro de uma cidade que geralmente menos privilegiados com os benefícios de água encanada, luz elétrica, coleta do esgoto e segurança pública. A partir de 1980 o uso deste termo é abolido passando a ser apenas dois; urbano e rural. No entanto, nessas regiões denominadas suburbanas a pobreza e a criminalidade também estiveram presentes contribuindo para estigmatizá-los. Cf. Revista Brasileira de Geografia. Julho-Setembro de 1965. Nº3.

¹⁵⁵ AHG. Furto. 1968. Caixa: 336. Processo: 968.2.6257.

¹⁵⁶ Marilda, com 18 anos de idade, solteira, meretriz, sabia ler e escrever e natural de Chopinzinho-PR.

¹⁵⁷ Ozório, com 28 anos, casado, lavrador, sabia ler e escrever, natural de Inácio Martins-PR

bebeu vinte cervejas com Marilda e já passava da meia noite quando Ozório, em adiantado estado de embriaguez, solicitou dormir no quarto de Marilda.

Ozório depôs que, após beber, pediu o quarto da indiciada Marilda para descansar e ao se deitar com as roupas pegou no sono. Marilda revelou em suas declarações que nesta ocasião subtraiu do bolso da calça do requerente a importância de 350 cruzeiros novos e depois de contar a importância no banheiro, escondeu o produto do furto na máquina de costura. Marilda ainda mencionou que no dia seguinte entregou o dinheiro para o seu amásio Odair¹⁵⁸ para fazer compras.

Marilda agiu quando sua vítima estava anestesiada em sono pelo estado de embriaguez. O cenário do quarto e a ação da indiciada no meretrício não configuram informações suficientes para considerarmos premeditada. Os casos de furto ocorridos, quando aconteciam em ambientes de prostituição, após o ato sexual, momento que a vítima dormia, ou mesmo se aproveitando de ocasiões em que estiveram sem o controle das faculdades mentais e atordoados pelo estado ébrio, foram conjunturas que oportunizaram ações das mulheres e não um ato criminoso premeditado. Assim, o caso de Marilda e os demais furtos realizados pelas mulheres *outsiders* apresentam descrições em que as ocasiões instauradas favoreceram a ações dos crimes de furto, quase sempre em espaços de práticas prostitucionais ocorridas predominantemente na localidade denominada de Morro Alto e, geralmente, no período noturno. Isso não significa a inexistência de casos premeditados, mas as leituras dos registros não apresentam indicações suficientes para tal consideração.

3.5 A PRÁTICA PROSTITUCIONAL E OS LOCAIS DE OCORRÊNCIA

A recorrência de cenários descritos nos casos, que envolvem mulheres na condição de prostituição, demonstrou uma predominância de ocorrências na região do Morro Alto, em casas de meretrícios. A região do Morro Alto, em Guarapuava, é descrita em diversos momentos como “região de desordem e baderna”, “local de baixo meretrício”, “subúrbio”, conferindo para este espaço uma valorização negativa. Terezinha Saldanha (1998), investigando os espaços das práticas prostitucionais em

¹⁵⁸ Odair, com 28 anos, sem profissão definida, natural de Rebouças-PR, foi descrito como rufião pelo promotor de justiça e juiz, sabia ler e escrever se dizia solteiro, assim como Marilda, mas no processo ambos mencionam que possuíam uma relação amorosa.

Guarapuava e o cotidiano de funcionamento desses locais destinados à sociabilidade e lazer, considera que os ambientes que concentravam essas práticas seguiam o rigor da vigilância policial¹⁵⁹. Em sua afirmação: “em Guarapuava não existia casas de prostituição fora do espaço determinado pelas autoridades do período pesquisado [de 1945 a 1964]”¹⁶⁰.

Ainda nas descrições da autora, inicialmente o local de tolerância era a região central da cidade, nas proximidades da Lagoa das Lágrimas, na época Praça da Independência, próximo à Catedral Nossa Senhora do Belém, com o registro mais antigo datado do ano de 1908. Com a construção da Vila Militar, momento de instalação da unidade do exército na cidade, atrelada também ao intuito de higienizar e embelezar o centro, as casas de tolerância foram realocadas em outras imediações, mais distante do centro. “O segundo local destinado pelas autoridades para as práticas do comércio amoroso foi a Vila Pequena, local onde na época da transferência existiam poucas casas residenciais. Nesta vila funcionava a delegacia de polícia, o batalhão militar e o presídio”¹⁶¹.

Com a especulação imobiliária e o aumento demográfico, a Vila Pequena passa a ser considerada local impróprio para o funcionamento dos meretrícios. Novamente removidos, agora para mais longe, “o terceiro espaço destinado foi o Morro Alto, lá só estava presente, na época, início da década de 1960, o 16º Batalhão de Polícia Militar, não residindo famílias nas proximidades”¹⁶².

¹⁵⁹ A concessão do alvará de funcionamento para os meretrícios configura-se a partir do controle por parte da administração municipal, mediante o pagamento de impostos, e também do controle e vigilância exercida pela polícia local. Margareth Rago (1985), ao estudar a prostituição na cidade de São Paulo, destaca o procedimento adotado no Brasil, em relação às práticas prostitucionais, como um procedimento de cunho público, que buscava a regulamentação de inspiração no estilo francês. A intenção de institucionalizar as zonas de prostituição ou casas de tolerância, assim também designadas, era justamente de controlar e não deixá-las na informalidade. O contexto guarapuavano não fugiu dessas ideias ao tentar represar esses locais mantendo fiscalização. Neste sistema de controle, não só da prática prostitucional, mas também da livre circulação dessas mulheres de comportamentos desviantes que sobreviverem da prostituição, as políticas públicas tinham atrelado a esse mecanismo o funcionamento da denominada *carteirinha sanitária de prostituição*, cuja finalidade era de nomear e identificá-las. Como descrito por Saldanha (1998), eram obrigadas a se registrarem na polícia e a portar uma identificação. “Em Guarapuava, o confinamento, seguindo o modelo decadente francês, teve início em 1908 quando surgiu a primeira casa de prostituição e foi até a década de 1980, quando as casas de tolerância saíram da área restrita e se estabeleceram em vários bairros da cidade”. Cf. SALDANHA, 2013, p.38. O projeto de não deixar a prostituição cair na informalidade se perdeu gradativamente. Embora Saldanha (1998) destaca que a utilização das carteirinhas sanitárias de prostituição tenha ocorrido até 1990, nos crimes que envolveram mulheres na condição da prostituição já não se encontra carteirinhas a partir de 1960.

¹⁶⁰ SALDANHA. *Op. Cit.*, p.45.

¹⁶¹ *Ibidem*, p.21.

¹⁶² *Ibidem*, p.21-22.

A mudança das casas de meretrícios para o Morro Alto na década de 1960 coincide com a década em que foi estabelecida o *Planejamento Básico de Urbanização* na cidade de Guarapuava, publicado em 1967, que visava reorganizar o espaço urbano, o controle social e a especulação imobiliária legitimada pela ideia de modernização¹⁶³ técnica.

Compartilhando da ideia de Michel de Certeau, o planejamento da cidade é ao mesmo tempo pensar a pluralidade que existe no espaço real e dar efetividade a esse pensamento do plural; é ‘saber e poder’ articulados na utopia instaurada no discurso urbanístico¹⁶⁴. Assim, o discurso utópico e urbanístico ocorre como a produção do espaço a partir de operações programadas e controladas, que buscam recalcar todas as poluições físicas, mentais ou políticas que podem comprometer a organização funcionalista que privilegia o progresso. Nesse âmbito, a programação urbanística consiste na busca de criação do “sujeito universal” e anônimo, como modelo político, e tendo, do outro lado, a rejeição do que é incômodo (anormalidade, doença, vadiagem, vício etc.). Analisando o planejamento urbano e a formação da cidade de Londrina, Antonio Benatti aponta que esconde, nas intenções de planejamento e remodelamento dos espaços, a estratégia em conteúdo político de uma classe privilegiada.

É intrínseco ao planejamento urbano as estratégias do poder para disciplinar a existência cotidiana da população: dispor espacialmente, estabelecer lugares, fronteiras, circuitos, relações, tudo isso é básico para a administração economicamente produtiva e politicamente controlada da sociedade¹⁶⁵.

No *Plano Básico de Urbanização*, em Guarapuava, ainda que não especificado como necessidade de maior rigor no controle do espaço ocupado pela prostituição, mas se referindo à ocupação dos espaços para fins *indiscriminados*, no planejamento fica claro que “a ocupação do solo é definida pelos usos, o que se faz

¹⁶³ O ideal de modernização planejada apontava para a necessidade de investimentos em políticas que melhorassem o meio urbano, pensava-se em construir uma estética com padrões que rompessem o velho e apresentassem o novo: “os novos tempos exigiam símbolos e signos novos, capazes de expressarem uma nova linguagem urbana; a linguagem da modernização burguesa”. Cf. BENATTI, Paulo Antonio. **O centro e as margens: Boemia e prostituição na “capital do café”** (Londrina: 1930-1970). 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná-UFPR. Curitiba. p.49.

¹⁶⁴ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

¹⁶⁵ BENATTI. *Op. Cit.*, p.28.

em Guarapuava indiscriminadamente e sem limitações. A imposição de um zoneamento rigoroso é uma necessidade evidente”¹⁶⁶. A implantação do zoneamento consistiu em zonas destinadas ao repouso, à intimidade, dissociadas da zona do trabalho, organizado em zonas comerciais, industriais e de recreação.

Além da legitimação das leis que sustentaram o planejamento urbano, “inseridas num processo geopolítico de produção e uso dos espaços sociais que numa cartografia física de espaço ‘real’ visível’, constroem-se simbolicamente desigualdades”¹⁶⁷. Loboda e Schmidt, analisando a situação de Guarapuava em uma perspectiva geográfica, declaram que no processo de constituição das áreas centrais na cidade ocorreu o afastamento do segmento populacional de menor poder aquisitivo para outras áreas periféricas, desprovidas de condições mínimas e dignas. As iniciativas legais contidas no Plano de Urbanização de 1967 apenas buscavam normatizar o desenvolvimento urbano do município, concedendo privilégios ao centro e ignorando as necessidades pontuais.

Além de reafirmar o discurso progressista assumido constantemente pela administração pública, reforçado por membros da elite local, processa-se uma constante valorização do centro da cidade, tornando-o praticamente inacessível, ao menos do ponto de vista da moradia para a população de baixa renda¹⁶⁸.

Retomando ao Morro Alto, Guarapuava possuía uma estrutura de controle e vigilância que buscava cercear a livre circulação das mulheres de comportamento desviantes, que estavam na condição da prostituição, como corrobora o trabalho de Saldanha (1998). Todavia, tendo em vista os espaços descritos nos casos em que essas mulheres se encontravam quando indiciadas, é possível afirmar que elas não estiveram limitadas à região do Morro Alto, bem como a prática da prostituição não se restringira ao mesmo espaço, e, em consequente, os registros de crimes compreenderam outras localidades no período de 1960 a 1980.

O caso de furto requerido por Lurdes e protagonizado por Nair e Josefa, aqui já narrado, para exemplificar a precariedade da vida das mulheres indiciadas, ilustradas nessas duas meninas menores de idade que cometeram crime e se

¹⁶⁶ **Plano Básico de Urbanização de Guarapuava**. 1967, s/p.

¹⁶⁷ BENATTI, *Op. Cit.*, p.178.

¹⁶⁸ LOBOTA, Carlos R.; SCHMIDT, Lisandro P. **A cidade enquanto espaço desigual: Ocaso de Guarapuava-PR. Caminhos de Geografia**. Uberlândia. v.12, nº. 39. St/2011, p.28.

envolveram com a prostituição, retrata um cenário fora do Morro Alto, que esfarela com a ideia hegemônica de que os registros da prostituição e do crime só aconteceram nesse espaço. As meninas indiciadas confessaram a prática do crime e foram absolvidas. No arrolar dos depoimentos, mencionam terem sido forçadas à prostituição na casa de Lurdes, que se localizava na Vila Santana, na Rua Brigadeiro Rocha, s/n, nas proximidades do Estádio do Guarapuava Esporte Clube. As meninas ainda mencionaram que passaram a viver pelas ruas do centro e em hotéis da cidade praticando a prostituição e cometendo pequenos furtos para sobreviverem.

Lurdes, que atraiu Josefa e Nair à sua casa e forçou-as praticarem prostituição, ao requerer a retratação judicial de um crime, cometido pelas meninas, acabou chamando a atenção, pois sua vida passou a ser investigada com base nos depoimentos arrolados nesse caso, quatro meses depois. O crime de furto reivindicado por Lurdes ocorreu no dia 20 do mês de agosto de 1963. Nesse mesmo ano, no dia 11 de dezembro, Osvaldo¹⁶⁹ prestou uma queixa contra Lurdes, e mais outra moradora de nome Ilda, declarando que “de uns tempos para cá foram instaladas naquelas proximidades duas casas de tolerância; que nessas casas estavam havendo as mais bárbaras cenas de perversões morais”¹⁷⁰. Em um determinado dia, durante o período noturno, o declarante foi obrigado a deixar o seu leito e atender à porta dois homens enganados que estavam batendo; “horrorizado com as cenas assistidas, e ainda por ter duas filhas, durante o anoitecer não podem sair para a rua sob a pena de presenciarem vexames”¹⁷¹.

Antes de dar procedência no caso, a polícia local realizou uma investigação a fim de verificar a existência de alvará na casa de Lurdes, e concluiu que: “(...) não fora expedido alvará de licença em favor de Lurdes, para o funcionamento de uma casa de tolerância, (...) Quanto a Ilda, é proprietária de um botequim nas imediações da casa de Lurdes”¹⁷². A partir disso, Ilda foi indiciada por manter casa de

¹⁶⁹ Osvaldo: 34 anos, casado, lavrador, natural de Passo Fundo- RS sabia ler e escrever.

¹⁷⁰ AHG. Furto e Manter casa de prostituição. 1963. Caixa: 290. Processo: 963.2.5415. Fl. 12.

¹⁷¹ *Ibidem*. Fl.13.

¹⁷² *Ibidem*. Fl.14.

prostituição¹⁷³ e Lurdes também, mas com a adição do crime de induzir menores a manter a lascívia¹⁷⁴.

Ilda depôs que morava havia três anos naquele endereço e era “Olga que possui[a] uma casa de mulheres (lupanar), com cômodos e música de radiola, enquanto ela possui[a] apenas um barzinho que não possui[a] cômodos e música, bem como mulheres e homens fazendo algazarra na noite”¹⁷⁵. Ilda ainda declarou conhecer Osvaldo e alertou para as afirmações mentirosas, uma vez que o referido senhor já se dirigiu com gracejos a Carola, mulher que morava com a interrogada, e não foi apenas uma única vez que agiu com intenções sem obter sucesso. Ilda foi absolvida por falta de provas. Lurdes em suas declarações apenas negou cometer qualquer tipo de crime e ainda ressaltou que foi vítima de um furto. Em sua sentença, que em um momento mais oportuno será esmiuçada, Lurdes foi condenada a seis anos de reclusão.

A conjuntura conflitante vivenciada por Lurdes ao transgredir a norma de não possuir licença de funcionamento do meretrício, sobretudo fora da região do Morro Alto, e ainda induzindo meninas à prática prostitucional, não foi a única situação que envolveu mulheres *outsiders* pela cidade e que foram registradas nos autos. Outras situações relatadas tecem uma teia de conexões entre as mulheres e a prostituição em constantes deslocamentos nas diversas regiões do meio urbano e suburbano, rompendo com as normas de controle e vigilância da prostituição que intenta empurrar para o mais longe possível do centro. A casa de Lurdes também nos aponta a hipótese da existência de outras casas de prostituição que funcionavam no anonimato e não tiveram o choque com o poder e assim não foram registradas nos documentos policiais ou processos criminais. Contudo, o que nos interessa considerar é que mesmo Morro Alto recebendo evidenciação negativa de ser um local condenado à desordem por ambientar a maior parte de incidência de crimes que envolvem a prostituição, no centro da cidade também coabitavam práticas prostitucionais e criminosas.

¹⁷³ Art. 229: Manter a casa de prostituição: Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição, ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.

¹⁷⁴ Art. 228: Favorecimento de prostituição. Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitar ou impedir que alguém a abandone.

¹⁷⁵ *Ibidem*. Fl.18.

3.6 QUEM FORAM AS VÍTIMAS?

As pessoas que recorreram à retratação judicial e se sentiram na condição de vítimas, entre homens e mulheres, possuíam faixa etária variada. Nessa complexa relação entre mulheres denunciadas e vítimas, os desentendimentos aconteciam, comumente de acordo com os grupos até então observados.

As contendas sucedidas em bairros e vizinhanças envolvendo mulheres residentes na Comarca de Guarapuava possuíam, na maioria das incidências, outras mulheres como vítimas e, assim como as indiciadas, as vítimas apresentaram intervalo etário predominante de 30 a 49 anos. No quadro de mulheres residentes, os conflitos produziram vítimas que possuíam alguma intimidade, como quando era confiada a venda de produtos do armazém para serem pagos no próximo mês e o pagamento não acontecia; contendas de famílias que se arrastavam ou o cuidado da vizinhança para com a boa conduta da vida de quem morava nas proximidades, entre outros. Tais situações conflitantes possuíam como pano de fundo algum acontecimento de raízes recentes ou antigas, mas nunca momentâneas e isoladas. Foi o que aconteceu com Leocádia¹⁷⁶, em 1972, dona de um armazém na região, que ao reclamar¹⁷⁷ uma dívida com Ondina¹⁷⁸ foi agredida na porta de sua casa, na Vila Santana. Em suas declarações, registrou que: “passou a vender fiado para Ondina, abusando da confiança que depositou depois de comprar mais de cem cruzeiros em mercadorias [porém] deixou passar um tempo e não lhe pagou, por quase um ano insistentemente procurava da devedora (...)”¹⁷⁹, mas, “com muito custo”, recebeu apenas vinte cruzeiros. Deixando passar mais um mês, Leocádia relatou que procurou novamente Ondina em sua residência, no décimo dia do mês de agosto, por volta das 17 horas, e foi por ela hostilizada. Vendo que poderia ser agredida pela devedora e sua irmã Maria que gritava mandando-a embora, “ao sair levou um empurrão dado por Maria¹⁸⁰, indo ao solo, que então as duas mulheres passaram a agredi-la, dando-lhe pontapés e socos, e como não bastasse recebeu pancadas na cabeça desferidas por pauladas”¹⁸¹. Mesmo pedindo para pararem,

¹⁷⁶ Leocádia, com 32 anos, casada, comerciante, natural de Palmital-PR, sabia ler e escrever.

¹⁷⁷ AHG. Lesão Corporal. Ano: 1972. Caixa: 368. Processo: 972.2.6853.

¹⁷⁸ Ondina, com 38 anos, natural de Irati-PR, ocupava-se do trabalho do lar e sabia ler e escrever.

¹⁷⁹ *Ibidem*. Fl.06.

¹⁸⁰ Maria, com 17 anos, natural de Irati-PR, ocupava-se do trabalho do lar e não sabia ler e escrever.

¹⁸¹ *Ibidem*. Fl.06

gritando estar em adiantado estado de gravidez, as agressoras ficaram rindo da declarante ao se retirar.

A presença da violência também esteve nas denúncias de mulheres residentes que maltratavam os filhos. Foi o acontecido no caso¹⁸² de Rosana e Amadeu, pai e mãe, adotivos, de Juvenal, que despertou insatisfação na vizinhança que denunciou os métodos pedagógicos violentos empregados na correção da criança de três anos. No depoimento de Mercedes, uma das denunciantes e vizinha dos denunciados, todos residentes na Vila Santana, o casal, que já tinha um filho, pegou um garoto de três anos para criá-lo, e que “sempre presenciou os maus tratos do casal contra a criança adotada, sendo uma verdadeira aberração, porque o inocente era constantemente seviciado três vezes ao dia e depois davam banho de água fria”¹⁸³. Dorival narrou que também era vizinho de Rosana e Amadeu e vivia presenciando os momentos em que o casal surrava a criança, e mesmo eles já possuindo um filho, ambos não tinham condições financeira e moral para educarem uma criança¹⁸⁴.

Na versão de Rosana, os fatos relatados contra a sua pessoa não procediam, pois Juvenal, como toda criança, “foi ficando rebelde e nas ocasiões que fazia mal feito surrava-o, mas não com o intuito de provocar ferimentos, e na verdade a criança ficava com alguns vergões nas nádegas”¹⁸⁵. Amadeu, em sua versão, repetiu o afirmado pela sua companheira de que não surrou Juvenal por mal, mas para corrigi-lo e sem cometer ferimentos. De acordo com o exame de Lesões Corporais, concluiu a existência de ofensa à integridade corporal produzida por instrumentos elásticos e flexíveis como cintas, relhos distribuídos pelas pernas, coxas e dorso da criança¹⁸⁶. Juvenal foi afastado dos seus pais adotivos e encaminhado para uma nova família que fosse capaz de proporcionar uma educação em que o amor e o carinho estivessem no lugar da violência e dos maus-tratos.

Em um outro caso, resguardando as diferenças entre as histórias de vítimas descritas, a divergência entre Custódio e Abel levou Elisa a responder por lesões

¹⁸² AHG. Lesão Corporal. Ano 1968; Caixa: 338. Processo: 968.2.6283

¹⁸³ *Ibidem*. Fl.14.

¹⁸⁴ *Ibidem*. Fl.15.

¹⁸⁵ *Ibidem*. FL.12.

¹⁸⁶ *Ibidem*. Fl.11.

corporais¹⁸⁷. Elisa depôs que era por volta das 18 horas, no vigésimo dia do mês de dezembro de 1963, quando seu irmão, Custódio, dirigiu-se a sua residência e ali chegando começou a provocar o seu companheiro Abel, afirmando ter necessidade de resolverem pendências. “Quando notou [que] seu irmão encontrava-se em cima de Abel segurando-o pela garganta e tentando feri-lo com o facão, vendo que seu companheiro estava sendo ameaçado de morte desferiu sobre Custódio uma ripada na cabeça”¹⁸⁸ livrando o seu companheiro. Inusitadamente, Elisa menciona que o seu irmão, após ir ao hospital, retornou para o local do confronto e convidou Abel a tomar uma “pinga”. O estado de consciência de Custódio não é mencionado nos autos, entretanto, a atitude de procurar enfrentar Abel levanta a hipótese de que estava alcoolizado no momento do fato. Situações como essa apontam para a existência de casos decorrentes de atritos antigos que não foram resolvidos, mas que quando na influência do álcool, a valentia afluía. O comportamento de Custódio relatado por Elisa demonstra que as motivações que levaram à violência protagonizada pelas mulheres compreendem motivos diversos, como desentendimentos gerados no interior da família.

As divergências cotidianas como essas e outras similares se desdobravam em confronto, na maioria das incidências com violência. As vítimas foram diversas, crianças, homens, mas, predominantemente, mulheres. Nos crimes contra a honra – calúnia e difamação –, também presentes nesse grupo, as vítimas diretas são outras mulheres, decorrentes da preocupação com a moral vigente na vizinhança, em que os boatos faziam vítimas do maldizer da vida de outras mulheres, sobretudo quando casadas, levavam não só as mulheres ofendidas a procurar retração judicial, mas também com os seus companheiros.

As mulheres *outsiders* indiciadas dispõem de um perfil de vítimas bem delimitado, que está relacionado com o convívio que mantinham com maior intensidade na Comarca de Guarapuava, e até mesmo devido à condenação moral da prática prostitucional com a qual possuíam envolvimento. As mulheres residentes de Guarapuava pouco tinham relações de convívio com as mulheres *outsiders*; já os homens possuíam convívio porque frequentavam esses espaços por interesses recreativos, fazendo deles as principais vítimas quando em casos tipificados em

¹⁸⁷ AHG. Lesões Corporais. Ano:1963. Caixa: 294. Processo: 963.2.5467.

¹⁸⁸ *Ibidem*. Fl.06.

furto, como adiante ilustrado: Joaquim¹⁸⁹, de 18 anos de idade, morador do distrito de Faxinal dos Elias, lavrador, na ocasião¹⁹⁰ de ir à cidade de Guarapuava para o alistamento junto ao Exército, na parte da tarde “dirigiu-se à zona de meretrício e lá se encontrou com um conhecido de nome João, e foram para a casa de Maria Martins e passaram a ingerir bebidas em companhia de Isaura”¹⁹¹. Após consumir bebidas e se relacionar sexualmente no meretrício, Joaquim relatou ter sido dele furtada a importância de mil e oitocentos cruzeiros. Joaquim só deu abertura no caso após ter sido surpreendido pela polícia na estação rodoviária de Guarapuava, quando vendia uma arma para arrecadar dinheiro e retornar à sua residência em Faxinal dos Elias.

Assim como outros casos semelhantes ao de Joaquim, as vítimas, quando em casos tipificados em crimes contra o patrimônio, mais especificamente furto, predominavam o perfil de homens que vinham para Guarapuava realizarem algum afazer, ou por serem da região e costumarem frequentar meretrício. Esses homens tinham faixa etária que alterava entre os 19 até os 49 anos. De acordo com a leitura das fontes, os homens quando jovens vinham de diversos locais da Comarca, não só do meio urbano, como também do meio rural, procuravam aventuras sexuais, muitas vezes para iniciação. Já os homens mais velhos, assim como os jovens, vinham também de inúmeros locais, frequentemente casados, mas buscavam um espaço de sociabilidade e também para manterem relações sexuais com mulheres mais novas.

Quando ocorriam crimes contra pessoa, como os tipificados em lesão corporal, essas mulheres se utilizavam da violência para garantir a própria proteção em conflitos contra homens e mulheres que possuíam alguma ligação de conhecimento. Um exemplo pode ser observado com o caso¹⁹² de Geny, que disse ter sido agredida por sua rival Dalva, após algumas provocações proferidas por ela na região do Morro Alto, na madrugada do dia 29 de fevereiro de 1968.

Nas declarações da vítima Geny, no início da madrugada, ela (*sic*) “foi agredida pela sua inimiga de nome Dalva, que reside em outra casa de meretrício, sendo o motivo, quando estava embriagada na rua começou a ofendê-la moralmente

¹⁸⁹ Joaquim, com 18 anos, lavrador, morador de Faxinal dos Coutos, natural de Pitanga, não sabia ler e escrever.

¹⁹⁰ AHG. Furto. Ano: 1975. Caixa: 378. Processo: 975.2.7085.

¹⁹¹ *Ibidem*, Fl.30.

¹⁹² AHG. Lesões Corporais. Ano: 1968. Caixa: 336. Processo: 968.2.6255.

chamando-a de ‘filha da puta’”¹⁹³. E Dalva não gostando das ofensas passou a agredir sua rival com socos e pontapés até derrubá-la ao solo, provocando ferimentos. Dalva mencionou que “reside no meretrício local há um ano e sendo inquilina da casa de Rose, onde no dia do ocorrido chegou sua companheira de infortúnio um pouco alcoolizada, sem motivos passou a ofender moralmente”. Mas que posteriormente, já na madrugada, na rua daquela localidade, ambas novamente se encontraram e Dalva afirmou que “outra vez foi ofendida sendo chamada de ‘filha da puta’, ocasião que passou a surrá-la, derrubando-a no chão, e soube no dia seguinte que a mesma estava cheia de ferimentos”¹⁹⁴.

As situações que envolveram agressão em locais de meretrício, e embaladas pela embriaguez, não foram raras. As mulheres *outsiders* demonstraram através dos autos que os conflitos gerados em ambientes de meretrício, ou proximidades, foram geralmente contra pessoas desconhecidas, fazendo de vítimas mulheres e também homens. Assim como ocorreu no caso de Alfredo, quando foi ferido por Alzira, que, por sua vez, mencionou em depoimento ter se defendido de uma confusão gerada no estabelecimento de Gilberto, onde era inquilina¹⁹⁵. Era o vigésimo segundo dia do mês de novembro do ano de 1965, por volta das 23 horas, quando Alfredo prestou queixa na Delegacia de Polícia de Guarapuava, denunciando ter sido espancado com pauladas por desconhecidos, resultando, de acordo com o laudo de lesão corporal, a fratura de sua clavícula e ferimentos na cabeça e no rosto. O resultado do laudo é conflitante com as versões narradas no arrolar do caso.

Após a polícia realizar diligências na região, Alzira foi indiciada como responsável pelo crime, e alegou que, no referido dia, estava em companhia com suas conhecidas da casa, e em um dado momento surgiu uma discussão por ter “Mariquinha roubado uma saia de outra colega, embora se encontrando em alto estado de embriaguez, procurou intervir no caso, porém Mariquinha entregou um cabo de vassoura para a vítima, até então desconhecida, para que lhe surrasse”¹⁹⁶. Alzira ainda acrescentou que diante da situação de ameaça se armou com uma telha, único objeto que encontrara ali perto, para se defender. “E nesse momento a

¹⁹³ *Ibidem*. FI.05-06.

¹⁹⁴ *Ibidem*. FI.04.

¹⁹⁵ AHG. Lesão Corporal. Caixa: 308. Processo: 965.2.5729.

¹⁹⁶ *Ibidem*. FI.09.

pessoa armada veio em sua direção, ocasião que atirou-lhe a telha, pois não tinha qualquer intenção de acertá-lo, mas apenas de amedrontá-lo¹⁹⁷.

A testemunha Silvana contou que o ferimento de Alfredo causado por Alzira, ocasionado após um desentendimento no meretrício do qual também era inquilina, mas acrescentou que “a vítima sempre estava por lá nas redondezas, era mendigo e elas lhe davam de comer, por isso sua constante presença por ali”¹⁹⁸. Já Cacilda descreveu “ser a denunciada dada ao vício da bebida, quando então se torna insuportável e atrevida, a vítima também dado a bebedeira e sem profissão”¹⁹⁹.

Outro caso apurado, que envolve agressão e mulheres envolvidas com a prostituição foi o de Pedro. De acordo com o relato do requerente, Celina teria provocado ferimentos durante uma discussão no hotel onde trabalhava e era proprietário em Guarapuava²⁰⁰. Na madrugada do trigésimo dia no mês de agosto de 1963, Pedro, com deficiência nos seus membros inferiores, conta que por volta das três da manhã foi despertado por uma mulher que batia na parede do quarto onde dormia, pedindo para entrar e ir ao quarto de um conhecido que estava pernoitando ali. Ao ir conferir o que acontecia “(...) notou que a referida mulher estava altamente embriagada e que acima de tudo era meretriz, e então disse a ela que estava proibida, pelo delegado-chefe, de permanecer naquele recinto, como as demais meretrizes”. E ignorando a advertência de Pedro, Celina forçou sua entrada, momento em que a vítima descreveu ter sido agredida e ferida com um trinco da porta, sendo acudido por um homem de nome Tade, que apareceu no momento.

Celina relatou que estava em adiantado estado de embriaguez e sob o efeito de uma droga chamada “prantin” (usada para tirar o sono), e resolveu dar uma volta com seu amigo Omar, no hotel de Pedro, palco da ocorrência. Celina explicou que “lembra que chegando lá, chamaram outro amigo de nome Airton, como o mesmo não atendeu começou a bater na parede e janela, o proprietário impediu sua entrada e para isso usou sua muleta que atingiu no ventre, causando um hematoma”. E nessa ocasião se fez valer de um trinco e atingiu-o na cabeça.

As histórias narradas de mulheres indiciadas por crimes de lesão corporal quando estavam envolvidas com o meio prostitucional se utilizaram da violência para

¹⁹⁷ A sentença do caso será relatada mais a frente.

¹⁹⁸ *Ibidem*. Fl.32.

¹⁹⁹ *Ibidem*. Fl.33

²⁰⁰ AHG. Lesão Corporal. Ano: 1963. Caixa: 293. Processo: 963.2.5455.

autodefesa de pessoas que causavam ameaças à integridade física. A presença da embriaguez animava a vida dessas mulheres, que tinham uma rotina de vida ativa durante as madrugadas. Embriagadas, ou não, tinham a necessidade de estarem sempre atentas a qualquer ofensa física advinda de estranhos ou de suas conhecidas de meretrício.

3.7 SENTENÇA, BENEVOLÊNCIA E MOROSIDADE DA JUSTIÇA

Caminhando para o desfecho dos casos que incriminam mulheres na Comarca de Guarapuava, nos anos de 1960 a 1980, por alguma prática delituosa, a primeira questão a ser pontuada é que para além dos casos que não tiveram finalização em uma sentença, registram fins que se alternam entre arquivamento, extinção da punibilidade, desistência, reconciliação ou o congelamento do caso que não prosseguiu e simplesmente ficou em aberto. O segundo ponto a ser considerado diz respeito à morosidade da justiça como obstáculo para os que buscavam retratação judicial.

A lentidão, por parte da Promotoria de Justiça e dos juízes, pode ser explicada pelo contexto vivenciado no Estado do Paraná, nos anos de 1960 em diante, que presenciou uma proliferação de Comarcas emancipando-se, provocando constantes deslocamentos desses profissionais. Entretanto, no contingente de variáveis observadas nos procedimentos processuais, dos trinta e dois casos analisados, seis ocorrências possuem sentenças condenatórias. Mas e os vinte e seis casos restantes? Quais os fins que tiveram?

Previamente, podemos ponderar que as dezesseis ocorrências, das mulheres envolvidas com a prática prostitucional, mesma quantia das mulheres que não apresentaram envolvimento com este meio, registraram mais casos que seguiram até uma sentença e também detêm o maior número de condenações. Em quantia, essas mulheres envolvidas com a prostituição possuem nove sentenças (quatro condenando e cinco absolvendo), cinco casos arquivados, uma punibilidade extinta e mais um caso que ficou em aberto.

Deixemos as condenações para o próximo tópico, e voltemos as atenções para os outros fins, como das mulheres *outsiders*, quando indiciadas, que retratam

diversos episódios de desaparecimento sem deixar rastros, tencionando o arquivamento do caso. Fato²⁰¹ ocorrido no caso de Valdir²⁰², em março de 1971, quando requereu a retratação de um furto cometido por Tereza²⁰³, no meretrício chamado LaMour, região do Morro Alto. Valdir declarou que após se deitar com Tereza e dormir, a mulher teria furtado o valor de cem cruzeiros do seu bolso. Entretanto, a polícia não encontrou Tereza na localidade, nem para prestar as declarações iniciais, e consta no relatório final do delegado chefe: “a meretriz Tereza não foi interrogada, qualificada, pregressada e individualizada, visto encontrar-se em local incerto e não sabido”²⁰⁴.

Resultado próximo ao caso de improcedência do processo condicionado pelo desaparecimento de Tereza aconteceu na ocorrência já relatada de Celina, que agrediu Pedro²⁰⁵. O oficial de justiça, quando se dirigiu à moradia de Celina, relatou que “em cumprimento do mandado (...) ‘deixo de citar Celina que se mudou para a cidade de Cascavel’”²⁰⁶. Após o envio da Carta Precatória para a Comarca de Cascavel, a resposta foi do desconhecimento da pessoa de Celina naquela localidade. Esta história, assim como outras ocorridas na Comarca de Guarapuava, termina com a absolvição justificada pela falta de comunicação com a indiciada, logo a incapacidade de se defender, o arquivamento do caso quando não se conseguem nem mesmo as alegações iniciais das indiciadas.

Diante das incidências de mulheres *outsiders*, quando se envolviam em algum conflito que desdobrariam em intimação para retratação jurídica, é possível acreditar que as transferências de moradias para localidades desconhecidas foram táticas utilizadas para não prestar contas e também não correrem o risco de serem condenadas.

O consumo de álcool era também uma prática do cotidiano das mulheres que estavam na condição da prostituição, e quando eram indiciadas a prestarem esclarecimentos de alguma denúncia de crime, utilizavam como justificativa a amnésia causada pela embriaguez. Justificativa empregada por Alzira, em 1965, quando agrediu Alfredo, causando-lhe lesões corporais na face e cabeça, como nas

²⁰¹ AHG. Furto. 1971. Caixa:363. Processo: 971.2.6708.

²⁰² Valdir, 27 anos, motorista, casado, sabia ler e escrever, não consta a sua naturalidade.

²⁰³ Tereza, só consta o nome, certamente um nome fantasia que utilizava para a prática prostitucional.

²⁰⁴ *Ibidem*. Fl. 17.

²⁰⁵ AHG. Lesão Corporal. Ano: 1963. Caixa: 293. Processo: 963.2.5455.

²⁰⁶ *Ibidem*. Fl.18.

palavras do seu advogado de defesa: “o que ressalta, nestes autos, é a nenhuma intenção da acusada em ofender a vítima e ainda o seu estado de total embriaguez que lhe tirou por completo a noção dos seus atos, tratando-se de embriaguez absoluta, que escusa-lhe o crime, se houve”²⁰⁷.

Subterfúgio argumentativo similar, o álcool também foi utilizado para desqualificar testemunhos colhidos e fundamentar absolvições, como aconteceu com Silvalina e Grodomiro, indiciados por lesão corporal contra Almidia, na localidade do Morro Alto, no ano de 1967²⁰⁸. Segundo declarações da requerente e vítima Almidia, após uma discussão na frente de um meretrício, de propriedade de Lúcia, por volta das 2 horas da madrugada, Silvalina incitou Grodomiro que disparasse tiros contra a sua pessoa, ocasião em que todos estavam embriagados. “Este sacou uma pistola de dois canos e detonou dois tiros, ocasionando ferimentos na perna direita, causando um desmaio que só foi a acordar no hospital”²⁰⁹. Nas alegações de Grodomiro, consta que ele estava embriagado e Almidia passou a agredi-lo e rasgar sua camisa. A versão de Silvalina consiste em negar ter incitado os disparos com a pessoa de Almidia. No testemunho de algumas mulheres que estavam presentes no local, declaram terem escutado Silvalina gritar “atire se for homem”, contra Almidia que, segundo os autos, era sua inimiga.

Desse cenário, a argumentação utilizada pelo advogado de defesa consistiu em desprestigiar a validade das versões colhidas, afirmando:

Inicialmente, pouco vale os depoimentos oferecidos pelas testemunhas, não apenas pela ausência de condições morais dessas pessoas, mas, e, sobretudo, em virtude do estado psíquico anormal em que se encontravam no momento em que se deram os fatos delituosos, embriagados que se encontravam naquela ocasião, portanto fora de estado de consciência. E mais por terem esses depoimentos calcados em sentimentos de ciúmes onde a prostituição e a degenerescência tem seu lugar comum²¹⁰.

A embriaguez, descrita nos casos, por um lado desprestigiava a expectativa de comportamento idealizado às mulheres, e, por outro, era utilizado como justificativa atenuante pelos advogados de defesa, logrando absolvição. O método de defesa utilizado pelo advogado de Alzira lhe proporcionou que não tivesse pena,

²⁰⁷ AHG. Lesão Corporal. Caixa:308. Processo: 965.2.5729. Fl.39

²⁰⁸ AHG. 1967. Lesão Corporal. Caixa: 326. Processo: 967.2.6090.

²⁰⁹ *Ibidem*. Fl.07

²¹⁰ *Ibidem*. Fl.40.

e assim como este caso, outros seguiram a mesma tática de utilizar o álcool como meio de conseguir absolvição. No caso de Almidia, desprestigiar qualquer validade dos depoimentos, por meio da desqualificação das pessoas, foi o suficiente para alcançar a sua absolvição. No entanto, Grodomiro não obteve o mesmo êxito, e ainda que o advogado de defesa fosse o mesmo, foi condenado a dois anos de prisão.

Numa leitura de percurso distinto, as mulheres residentes apresentaram rumos de desfechos diferentes. Nas dezesseis incidências registram seis sentenças (duas são condenações, quatro absolvições), quatro casos em aberto, uma desistência, uma punibilidade extinta, uma conciliação e três arquivamentos. Nesse grupo, responsável por apresentar maior incidência de violência, as absolvições se sobressaíram, bem como também as incidências de casos que permaneceram em aberto sem um desfecho.

Nesse quadro, casos como de Marcelina, indiciada por suspeita de ter cometido aborto²¹¹ em sua casa, no dia 11 de abril de 1976, na localidade da Vila dos Aflitos²¹², representa uma ocorrência que permaneceu em aberto sem o seguimento processual investigativo. Marcelina contou que “estava grávida de quatro meses e certo dia amanheceu com fortes dores e não sabia o que estava acontecendo e correu para a ‘patente’ e ali ganhou o nenê que caiu naturalmente no vaso (...)”²¹³. Semira, mãe da indiciada, testemunha que não sabia da gravidez de sua filha até aquele momento, sentindo-se surpresa com o acontecido, e ainda justificou serem “pessoas muito pobres, e, portanto, necessário trabalhar fora (...) e sua filha é meio *retardada* e não soube agir no momento e correu para a ‘patente’”²¹⁴. Divonei, pai da indiciada, depôs que estava em casa no momento do acontecido e relatou que a menina reclamava de dores na barriga naquela manhã; , “mandou chamar uns vizinhos e então ficou consternado ao saber que sua filha havia abortado uma criança, maior ainda foi a surpresa, por não saber que sua filha estava grávida (...) e sua filha não é muito certa e faz coisas sem nexos”²¹⁵. Duas vizinhas que foram até a casa de Marcelina prestaram depoimento e apenas relataram que ao chegar ao local presenciaram um feto no vaso sanitário. De acordo

²¹¹ Art.124. Aborto, Consentir o aborto em si mesmo ou consentir que outrem lhe provoque.

²¹² AHG. Aborto. 1976. Caixa: 379. Processo: 976.2.7101.

²¹³ *Ibidem*. Fl.06.

²¹⁴ *Ibidem*. Fl.10.

²¹⁵ *Ibidem*. F.09.

com o argumento do pai e da mãe de Marcelina, a menina não possuía nenhum tipo de complicação psíquica, no entanto, não temos a condição de alcançar maiores informações.

Entre as mulheres residentes indiciadas nos crimes de homicídio e tentativa de homicídio obtiveram absolvição perante o julgamento do júri. O manejo orquestrado pelo advogado de defesa, coincidentemente o mesmo nos dois casos, consistiu em amarrar uma intercessão baseada na necessidade momentânea delas se defenderem do risco que corriam, sustentado pela boa índole moral que possuíam e ainda por serem rés primárias. No que tange à brutalidade da violência, o fundamento recai na ausência das faculdades mentais e o domínio das emoções no ato do acontecimento. O advogado Cássio, na ocorrência de homicídio, perpetrado por Adelaide contra Djalma, quando o marido da indiciada estava morto em solo após um confronto, menciona que “(...) aparticipação da denunciada na briga, de início foi em legítima defesa de seu marido (...), além disso, foi impelida por irresistível coação moral ao sentir-se ferida e ver seu marido morto”²¹⁶.

No caso de tentativa de homicídio protagonizado por Joana, que cometeu disparos com uma arma de fogo contra Neuza, o percurso de defesa consistiu em descrever a necessidade da agressão e a projeção de uma imagem negativa da vítima. Segundo consta:

(...) pelo interrogatório da denunciada nota-se a improcedência da denúncia, visto que, a vítima que tem vida irregular, não foi a primeira vez que foi a casa denunciada ataca-la com palavras indecorosas, pelas razões de que a denunciada vive maritalmente com o marido da vítima, de quem desta é desquitada, e, o fato da denunciada viver maritalmente com uma pessoa que não lhe trás a peja de desonesta, como acontece com a vítima que vive presente no meretrício, que se prova ser oportuna (...). A denunciada nada fez do que defender-se a si própria e a seu lar, (...). Está, portanto, a denunciada amparada pela excludente penal de legítima defesa prévia²¹⁷.

Deixando as condições específicas de cada caso de lado, o júri de ambos os processos foi composto majoritariamente por homens e, de acordo com os parâmetros votados, sobressai o questionamento se foi ou não necessária a ação criminosa e violenta que as indiciadas cometeram. Com base na maioria que votou terem sido necessárias as ações, e sobretudo na inocência das indiciadas, é

²¹⁶AHG. Homicídio. 1965. Caixa: 310. Processo: 965.2.5790. Fl.48.

²¹⁷AHG. Tentativa de homicídio. 1967. Caixa: 324. Processo: 967.2.6047. Fl. 27.

justificável notar que a ação em defesa da moral e a violência cometida quando em estado incontrolado da emoção foram elementos que sensibilizaram e decidiram no momento da votação.

4 CADA CASO É UM CASO: PERCEPÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA NO DISCURSO DO MEIO JURÍDICO

“Não me diga apenas o que fez sem me dizer também e por meio disso o que você é”²¹⁸.

Atravessamos agora para o terreno no qual os *agentes jurídicos* debatem acerca dos comportamentos considerados desviantes e julgam tendo em vista o Código Penal e as normas sociais amplas que se corporificam em identidades sociais²¹⁹. A partir dos complexos debates no meio jurídico, passamos a buscar compreensão de como esses agentes – juízes, promotores e advogados – construíram narrativas, julgamentos e avaliações acerca do comportamento e das atitudes de mulheres que estiveram na condição de denunciadas na Comarca de Guarapuava. Para tanto, é preciso apreender a arquitetura dos discursos e as formas com que eles foram enunciados. Neste propósito, elaboramos as seguintes interrogações: como os discursos dos *agentes jurídicos* repercutiram na trajetória dessas mulheres, quando estiveram numa condição de denunciadas? Quais as fundamentações acionadas que estiveram presentes na arena do poder jurídico?

Alicerçado em tais questionamentos e, conforme já anotado no capítulo anterior, as mulheres que estiveram na condição de denunciadas compreendem dois grupos: sem e com envolvimento na prática prostitucional, descritas como residentes e *outsiders*, respectivamente. Diante das considerações apuradas, em relação ao local social em que cada grupo de mulheres circulava, prosseguimos para compreender a formação discursiva que apresenta percepções de gênero. Ainda na análise das engrenagens do discurso jurídico, também estaremos atentos às percepções de violência discursiva jurídica presente na narrativa dos processos.

Entre os casos apurados, somam seis sentenças condenatórias (quatro casos de mulheres que possuíam algum envolvimento com a prática prostitucional e dois casos que não apresentaram envolvimento com esse meio). A dinâmica interpretativa entre mulheres estabelecidas e *outsiders* esteve presente no debate jurídico, e esses marcadores sociais serviram como fundamentos para a condução dos julgamentos apurados. Resguardando as particularidades de cada grupo, as

²¹⁸ FOUCAULT, Michel. **Malfazer, dizer verdadeiro**: função da confissão em juízo: curso em Louvain. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2018. p.188.

²¹⁹ FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: A criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p.226.

mulheres *outsiders* tiveram superioridade no número de condenações e diferenças na intensidade do julgamento do processo²²⁰. No caso das mulheres inseridas no grupo das residentes, o número de denúncias por crimes foi maior quando havia violência física, como homicídio, tentativa de homicídio e lesão corporal. Em contrapartida, as mulheres alocadas no grupo das *outsiders* estiveram mais envolvidas em tipificações nas quais predominaram os crimes contra o patrimônio, como o furto, já anotado anteriormente. A consideração de que as mulheres *outsiders* tiveram um julgamento diferenciado pode ser notado na superioridade quantitativa de sentenças condenatórias, e nos discursos arrolados que apontam acentuada valorização moral decorrente da condição de meretriz dessas mulheres, fator relevante durante a apuração dos casos. Pela análise das fontes, percebe-se, também, conexão com as tipificações de crimes contra a propriedade privada, por demonstrar maior rigidez no processo de apuração e volume de documentação.

Para dar conta dos questionamentos propostos, iremos nos embasar nos casos julgados pelos juízes Lupércio²²¹ e Hermes²²², e assim evidenciar os padrões discursivos e arquétipos de orientações dogmáticas utilizadas²²³. A escolha desses juízes foi em razão de terem sido responsáveis pelas seis sentenças condenatórias

²²⁰ De acordo com o quantitativo de processos que tiveram finalização numa sentença- independente de ter sido condenação ou absolvição-, as mulheres residentes registraram 6 casos. E no tocante às mulheres *outsiders*, 9 casos.

²²¹ Lupércio, Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, colocou grau no ano de 1950. Iniciou sua carreira na magistratura quando foi nomeado juiz de direito substituto na Comarca de Jaguariaíva, em 1954. No ano seguinte foi nomeado juiz de direito para a Comarca de Ponta Grossa, e sendo no mesmo ano promovido para a Comarca de Morretes. **Em 1956, foi removido para a comarca de Pato Branco e, mais tarde, para Nova Esperança, de onde após quatro anos, foi removido para a comarca de Guarapuava. Foi nomeado ao cargo de desembargador dia 3 de maio de 1979** deixando de atuar na Comarca de Guarapuava. Lupércio faleceu no dia 29 de junho de 2007, em Curitiba (PR).

²²² Hermes, Bacharel pela Faculdade de Direito do Paraná, turma de 1949. Iniciou sua carreira na magistratura em 1953, como juiz substituto da 5ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Ponta Grossa, sendo designado para a Comarca de Ipiranga, que se encontrava vaga. Em 1954 assumiu, ainda na qualidade de juiz substituto, as Comarcas de Tibagi, Pitanga e Reserva. No ano de 1956, foi promovido para a Comarca de Cascavel, então de Segunda Entrância, de onde foi removido para a cidade de Bandeirantes. **Em 1962, por remoção, veio para a Comarca de Guarapuava, sendo o primeiro e no final do ano de 1968 foi promovido para Curitiba**, sendo designado para 1ª. Vara de Família, que deixou para responder pela 3ª. Vara da Fazenda Pública, quando assumiu como juiz substituto de segunda instância no Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada, sendo, no ano de 1970, nomeado para este último, onde permaneceu até 04 de março de 1983, quando foi nomeado para exercer o cargo de desembargador. Presidiu o Tribunal Regional Eleitoral no biênio 1988/89. Exerceu a vice-presidência do Tribunal de Justiça do Paraná no biênio de 1991/92. Aposentou-se em 24 de abril de 1995.

²²³ Cabe pontuar que no período estudado foi apurada a presença de nove juízes. Ainda compondo o meio jurídico no universo pesquisado, foram também encontrados dez promotores de justiça e vinte advogados, que atuaram nos casos em que as mulheres estiveram numa condição de denunciadas.

apuradas no universo pesquisado. A prática jurídica na Comarca de Guarapuava revela discursos que oscilam entre a Escola Positivista e o Tecnicismo Jurídico²²⁴. Esta influência pode ser explicada pela Cultura Jurídica da década de 1950, presente na então Universidade do Paraná, hoje Universidade Federal do Paraná – UFPR. Majoritariamente os juristas atuantes na Comarca de Guarapuava dos anos de 1960 a 1980 pertenceram ao mesmo espaço e contexto de formação, a Universidade do Paraná²²⁵. Esses juristas circularam em um determinado momento e contexto histórico, coabitaram do mesmo horizonte cultural, representando, dessa forma, as condições de possibilidades do discurso jurídico corrente, dando sentido às práticas jurídicas²²⁶.

A partir dos casos que apresentaram condenação, serão levados em consideração os discursos dos sujeitos envolvidos em dois grupos: os discursos produzidos pelos atores do meio jurídico – advogados, promotores e juízes –, e os discursos dos litigantes – denunciadas e requerentes –. A partir da Análise de Discurso (AD), na perspectiva de Michel Foucault, o discurso é sondado como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiam na mesma formação discursiva”²²⁷. Os enunciados são formados de acordo com o espaço e tempo em que observamos uma prática discursiva, e também com premissas sociais, econômicas e geográficas. Os discursos caracterizam a função de existência de acordo com o contexto histórico em que são invocados (o seu referencial, ou aquilo que quer enunciar). Constituem saberes que não estão necessariamente presos à cientificidade, ampliando o campo de visão nos processos para analisarmos o que dizem, pensam e fazem no contexto estudado em relação às mulheres na condição de denunciadas.

²²⁴ A respeito do Positivismo e do Tecnicismo jurídico, iremos abordar com mais profundidade adiante no trabalho, quando será tratado acerca da cultura jurídica do Paraná na década de 1950.

²²⁵ O estudo desenvolvido por Paulo Henrique Dias Drummond, que se dedicou em pesquisar a cultura jurídica do curso de Direito na Universidade do Paraná, nos seus primeiros quarenta anos (1913-1953), coincide com o período de formação dos juristas atuantes na Comarca de Guarapuava. Drummond apresenta um perfil de jurista e do ensino de Direito a partir das disciplinas de Direito Penal e de Filosofia do Direito, suscita uma maior aproximação entre a prática jurídica ocorrida no espaço investigado e os elementos teóricos ensinados no período de formação desses juristas, como também enseja uma maior verticalização na investigação dos discursos propagados. Cf. DRUMMOND, 2011.

²²⁶ DRUMMOND, Paulo Henrique Dias. **Ciência e Ensino na Cultura Jurídica Paranaense**: Direito Penal e Filosofia do Direito no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Paraná (1913-1953). Dissertação (mestrado em Direito). UFPR. Curitiba. 2011.

²²⁷ *Idem*. 2009, p.132-133.

O discurso contido em cada processo é considerado uma “fábula” que expressa representações sociais propagadas em narrativas, e, por conseguinte, evidenciam as relações de gênero no meio jurídico. Numa teatralização dos acontecimentos, por meio da compilação de versões entre as partes, concordando com Mariza Corrêa (1983), os atos são transformados em autos, os fatos em versões, os atores jurídicos realizam os debates que expressam pontos de vista do acontecimento, uma vez que revivê-los integralmente não seria possível. “Neste sentido o real é processado, moído até que possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência”²²⁸. Portanto, se nos discursos dos litigantes podemos nos aproximar de uma realidade social multifacetada, nas narrativas do meio jurídico há uma percepção de uma linguagem do poder que reforça a necessidade de ordem e disciplina a partir dos julgamentos das práticas como “natural”, “justa”, “normal” ou “condenatória”.

4.1 AS MULHERES SOB O OLHAR DO DISCURSO JURÍDICO: ENTRE A MORALIDADE E A LEGALIDADE

Conforme já referido, foram identificados no levantamento realizado dezesseis casos envolvendo mulheres residentes. De acordo com a análise das fontes, essas mulheres pertenciam a uma classe social pouco privilegiada e estavam inseridas predominantemente no trabalho doméstico e no cuidado com os filhos. De modo geral, também não estabeleciam relações formais de casamento com os seus companheiros, e ao serem denunciadas não correspondiam às expectativas idealizadas de passividade e recato.

Raquel Soihet, ao retratar o cotidiano das mulheres na sociedade popular do Rio de Janeiro, no final do século XIX, descreve que a ideologia dominante burguesa buscava estabelecer padrões de comportamentos específicos de homem provedor do lar e de mulher responsável pela manutenção da casa e gestão educacional dos filhos. Porém, nas classes pobres, o homem, por sua condição de vida, não tinha poder aquisitivo suficiente para manter as despesas da casa, previsto pela ideologia

²²⁸ CORRÊA, Mariza. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p.40.

burguesa²²⁹. Como efeito, as mulheres das classes menos privilegiadas trabalhavam para suprir as necessidades básicas do lar e, ainda que com remunerações inferiores, ocupavam-se no ofício de lavadeiras, doceiras ou domésticas. As mulheres populares tinham maior liberdade de circulação por ocuparem espaços no meio público, situação reprovável para os preceitos dominantes das classes mais abastadas. Na realidade observada em Guarapuava, mediante os processos arrolados, não foi possível verificar a presença de mulheres residentes que foram denunciadas com outra ocupação para além das atividades do lar. Mas a mesma flexibilidade das normas sociais foi constatada por meio das relações conjugais predominantemente informais, e do próprio fato de se envolverem em desentendimentos que foram levados à justiça, rompendo com o comportamento idealizado de mulheres do lar e dóceis.

Um caso exemplar foi o de Madalena, quando denunciada após ter agredido²³⁰ Ofélia, em decorrência de atritos envolvendo seu ex-companheiro Narciso, que resultaram em lesões corporais. Ofélia²³¹ contou ter sido amasiada de Narciso²³² e que ele a *largou* e passou a viver em mancebia com Madalena. Dessa relação de afeto mal sucedida, Ofélia carregava um filho no ventre. No dia 4 de julho de 1964, Ofélia relatou que passava pela rua, na frente da casa de sua rival, localizada na Vila Santana, em Guarapuava, quando Madalena saiu correndo em sua direção com uma faca. Ao perceber que seria atacada pelas costas, virou-se e levou uma facada no ventre, causando-lhe a morte do filho que esperava²³³. Ofélia ainda contou que estava, momentos antes, conversando com Matilde, vizinha de Madalena, e escutou Narciso orientar a sua atual companheira para que a esfaqueasse quando passasse em frente à casa deles.

Em sua versão, Narciso negou ter ordenado qualquer tipo de agressão, e explicou que, após diversos desentendimentos, se separou de Ofélia e foi morar

²²⁹ SOIHET. Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In: PRIORI, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Contexto. 1997, p.362.

²³⁰ AHG. Lesão Corporal; 1963; Caixa: 293; Nº 963.2.5466.

²³¹ Ofélia tinha 20 anos de idade, solteira, doméstica, sabia ler e escrever, natural de Rio Negro-PR.

²³² Narciso tinha 35 anos, solteiro, músico (menciona que cantava no meretrício na região do Morro Alto), sabia ler e escrever, natural de Catende-PE.

²³³ Segundo o Exame de Lesão Corporal, os ferimentos causados por facadas atingiu o útero de Ofélia grávida de oito meses. Os ferimentos desencadearam o trabalho de parto nascendo um menino que faleceu cinco horas depois. Cf. fl.11.

com Madalena, que passou a ser constantemente ameaçada pela primeira esposa²³⁴.

Madalena foi presa horas após atentar contra a integridade física de Ofélia, mas foi liberada depois de prestar depoimento na presença de Valério, seu curador e defensor público. Em suas declarações, a denunciada narrou que no dia do fato estava em sua casa, e por volta das 18h30min, “quando preparava o jantar (...) recebeu uma pedrada que atingiu sua sala. Ao se dirigir à porta, com a faca que usava na cozinha, levou uma tijolada²³⁵ na mão esquerda, desfechada por Ofélia, em razão disso, não sabe como lhe desferiu uma facada”²³⁶. Madalena ainda depôs que estava sozinha em casa e Narciso nada teve com o acontecido; já Ofélia, uma “mulher pública [qu]e reside na zona do meretrício desta cidade”²³⁷, foi há poucos dias à sua casa e prometeu matar a sua filha, passando-lhe uma gilete no seu pescoço.

No arrolar do caso ainda foram ouvidas cinco testemunhas, com nítido posicionamento pró e contra a denunciada Madalena, formando um quadro de depoimentos com dois posicionamentos distintos. De um lado, Catarina e Emanuel narram um posicionamento a favor da denunciada Madalena, e constroem uma imagem de conduta reprovável por parte da vítima. Do outro lado, Fátima, Antônia e Lurdes relataram em seus depoimentos outra versão da personalidade de Ofélia, colocando-a em uma posição de injustiçada pelas relações passadas com Narciso.

No primeiro testemunho, Catarina, proprietária de um meretrício no Morro Alto, moradora de uma casa particular na Vila Santana, colada com a residência de Narciso, que, além de vizinho, era também músico do seu estabelecimento. Catarina descreveu Ofélia como uma mulher que foi inquilina de seu meretrício e atormentava constantemente o casal, “jogando pedras e dizendo nomes pavorosos”. A depoente ainda confirmou o relato de Madalena, ao contar que Ofélia atirou uma pedra na casa da indiciada e depois a agrediu com um tijolo. Emanuel, vizinho pegado à casa de Narciso, apresentou no seu discurso de testemunho os mesmos elementos evidenciados por Catarina. Em sua narrativa, Ofélia chegou à casa de Madalena e passou a atirar pedras, momentos antes do confronto, e que Ofélia estava

²³⁴ *Ibidem*, Fl.19.

²³⁵ No Exame de Lesão Corporal, Madalena possuía apenas cicatriz na mão esquerda e no dorso da mão esquerda, não ofendendo a integridade do corpo. *Ibidem*. Fl.12

²³⁶ *Ibidem*, Fl.05.

²³⁷ AHG. *Loc. Cit.*

constantemente procurando encrenca por não aceitar o novo relacionamento de Narciso.

Entretanto, outras duas testemunhas assumiram posição contrária às anteriores. Fatima relatou em seu depoimento que era vizinha próxima de Narciso e que há muito tempo, quando Ofélia ainda estava em sua companhia, presenciou constantes maus tratos sofridos pela requerente, condição que foi responsável pelo sofrimento do aborto em outra gravidez. Como último acontecimento dessa relação, Narciso mandou Ofélia embora de sua casa e logo colocou Madalena em seu lugar. No que tange ao fato apurado, a testemunha mencionou ter sido informada que Ofélia estava passando pela rua, na frente da casa de Madalena, responsável em desferir facadas a pedido de Narciso²³⁸. Antônio e Lurdes, vizinhas próximas de Narciso, sublinharam em seus relatos os horrores que Ofélia sofria nas mãos do homem que era o seu amásio, bem como o despejo que sofreu ainda grávida. Em relação ao caso, afirmaram desconhecer qualquer tipo de ataque com pedras cometido por Ofélia e que ela ao passar pela rua foi atacada por sua rival Madalena.

Os depoimentos expõem uma percepção de gênero que em um primeiro momento projeta uma boa personalidade da denunciada Madalena em detrimento da vida reprovável que vivia Ofélia. Em um segundo momento, é notória a inversão de valores que aloca Ofélia como uma mulher que sofria com um histórico de violência cometida por Narciso. O caso de Madalena expõe uma conjuntura entre as mulheres residentes; a dinâmica das relações afetivas e a concorrência das relações amorosas foram temas de muitos processos de lesão corporal, em que a violência marcou forte presença. Nos discursos propagados – ainda que estivessem sendo denunciadas por praticarem uma transgressão e fugindo dos ideais construídos de submissão e recato – os depoimentos das denunciadas residentes eram guiados pela forte presença do ideal de serem mulheres do lar e possuidoras de uma família. Este tipo de argumentação produz a manutenção de valores patriarcais e, ao mesmo tempo, aponta como reprovável a conduta das mulheres que tiveram envolvimento com a prostituição, demonstrando até uma justificativa do ato criminoso praticado.

A distinção valorativa entre as mulheres residentes que estavam sendo denunciadas para com as mulheres que possuíam algum envolvimento com o meio prostitucional – seja na condição de vítima, como Ofélia, ou de denunciada, como

²³⁸ *Ibidem*, Fl.16.

será observado em casos adiante – revelam uma diferenciação constantemente demarcada nos discursos das partes e também no meio jurídico.

Esta questão é latente na narrativa apresentada por Madalena quando declarou que Ofélia era uma mulher “pública da zona de meretrício” e ainda havia ameaçado cortar o pescoço de sua filha com uma navalha. Semelhante ao que Alessandra de Andrade Rinaldi (2015) considerou ao pesquisar o crime em contextos amorosos, como tática de depoimento, as mulheres denunciadas, por meio de um jogo de comparação, se colocavam como vítimas para legitimar a violência cometida, uma vez que estariam, segundo os seus depoimentos, cumprindo com uma “função” de punir a mulher que rompeu com os limites de conduta sexual²³⁹. Concomitantemente, o depoimento estava centrado em projetar uma legitimidade do ato violento perante o meio jurídico, bem como também demonstrar uma positividade do seu comportamento.

Nestes debates de versões, a fábula do processo é construída. Subsidiado pelos depoimentos das partes e testemunhas, o discurso jurídico é construído ancorado nessas versões.

Passando para os discursos do meio jurídico, no caso de Madalena, a intervenção de Valério, advogado de defesa, demonstrou argumentações de cunho moral acerca da vida da denunciada, e para legitimar a conduta de sua cliente faz uma contraposição à imoralidade em que vivia a vítima. O defensor ainda mencionou na configuração de defesa que a prática do crime teria acontecido sob o efeito da emoção, logo um descontrole que a inocentaria. Em suas palavras:

1º - A denunciada praticou o delito, provocado por atos injustos da vítima e sob a emoção violenta, pois estava sendo apedrejada dentro de sua própria residência, conforme se constata pelo depoimento de testemunhas e exame de lesões corporais. 2º- A denunciada, ao tempo do delito, tinha apenas 18 (dezoito) anos de idade. 3º- A vítima já tinha provocado a denunciada, anteriormente, e demonstrado que era dada à embriaguez e aos maus costumes. 4ª- Considerando que por ser denunciada menor de 21 (vinte e um) anos por ocasião do ato delituoso e tê-lo praticado por injusta provocação da vítima (...)²⁴⁰.

²³⁹ RINALDI, Alessandra de Andrade. **A sexualização do crime no Brasil**: Um estudo sobre a criminalidade no contexto de relações amorosas (1890-1940). 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ. 2015. p.109.

²⁴⁰ *Ibidem*. Fl.46.

A primeira justificativa elencada pelo advogado na defesa de Madalena é o predomínio das faculdades afetivas no momento do conflito. A ideia de um descontrole emocional momentâneo, por parte da denunciada, justificaria não só a quebra da lei ao ofender fisicamente a requerente, como também o exercício de um comportamento criminoso e violento, que extrapola o enquadramento normativo de expectativas de gênero. Perfilado à concepção positivista criminológica, o discurso de Valério carrega prerrogativas do criminalista Enrico Ferri. Raquel Soihet explica que Ferri defendia a existência de paixões sociais, responsáveis por acometer impulsões úteis à sociedade: o amor e a honra, o ideal político e o religioso²⁴¹. Portanto, qualquer tipo de penalidade seria inútil, pois os efeitos da tempestade psíquica, sob as quais as pessoas cometiam o crime, conferiam impossível influência intimidadora da lei.

Acometida pela emoção violenta e por ainda ser menor de dezoito anos, o caso teria acontecido decorrente de um suposto desconforto gerado pelas provocações e agressão advindas de Ofélia. Valério sublinhou na defesa de Madalena o que consta no § 4º do art. 129: “Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço”. E ainda pontuou o artigo 23, que previa a irresponsabilidade penal quando menor de dezoito anos de idade.

Por fim, no discurso de intervenção do advogado, é possível notar o ataque à personalidade moral da vítima, projetando uma imagem moralmente reprovável ao enunciar que Ofélia “demonstrou que era dada a embriaguez e aos maus costumes” – esta estratégia poderá ser observada em outros atores jurídicos, quando envolviam mulheres na condição de prostituição.

As palavras do advogado delineiam uma dupla enunciação entre as litigantes, que demonstram a descrição de condutas antagônicas. O discurso normativo caracterizado pela “emoção violenta” explica que a prática do crime e do ato violento foi um descontrole por parte de Madalena, uma vez evidenciada como sendo uma mulher que seguia os preceitos morais. O ideal de comportamento, projetado pelo advogado, ao evidenciar a conduta de Ofélia, perpassou o caminho contrário, alocando-a em uma condição condenável. O que se instaura neste debate é um

²⁴¹ SOIHET, **Op. Cit.** 1997, p.132.

esquema de contrastes entre a realidade conflitante das ações relatadas e a normatividade social, que enuncia explicitamente o que é reprovável e demonstra em silêncio o comportamento idealizado.

Após ser intimada a prestar depoimento à promotoria de justiça, Madalena não foi encontrada. Seguindo os protocolos, Lupércio, na autoridade de juiz responsável, citou a indiciada em edital para o seu comparecimento e publicou em jornais a sua procura. Mesmo a indiciada estando ausente, o processo de Madalena seguiu com a representação de Valério, defensor público. No relatório, o promotor de justiça, Cúspio, considerou incontestável a materialidade do delito de lesão corporal grave sofrida por Ofélia, por meio do laudo pericial, bem como pela fala confessa da acusada Madalena, arbitrando que fosse condenada²⁴².

Na sentença proferida pelo juiz Lupércio, após uma longa revisão do caso, demonstrando resistir um posicionamento direto, e utilizando-se de argumentações contidas nos relatórios (policiais e do promotor de justiça), foram respondidos parcialmente aos questionamentos de defesa, considerando, por fim, que:

Não se apresenta a denunciada com maus antecedentes. Considerando a sua personalidade, a intensidade do dolo, aos motivos, circunstância repercussão do crime, a ausência de circunstâncias agravantes, de causa de aumento e de diminuição de pena, (...), hei de fixar-lhe no mínimo previsto, isto é, em dois (2) anos de reclusão, e aí a mantenho (...), bem como o pagamento das custas e da taxa penitenciária que arbitro em dois mil cruzeiros. Fixo para o cumprimento da pena a Penitenciária Central do Estado. Lance-se seu nome no livro rol dos culpados e expeça-se o mandado de prisão como de estilo²⁴³.

Lupércio foi responsável por três sentenças condenatórias e demonstrou, no caso de Madalena, flexibilidade para atenuantes. A dinâmica discursiva dos julgamentos de Lupércio é marcada pela centralidade do Código Penal atrelada à tarefa interpretativa decisória e a uma aparente neutralidade. Na sentença de Madalena, o magistrado imprimiu um discurso árido ao revisar o caso e apontar a trajetória dos procedimentos seguidos pelo processo que condenou a denunciada. Vale pontuar que Madalena não cumpriu a pena, pelo fato de não ter sido encontrada, e, portanto, foi considerada foragida.

²⁴² *Ibidem*. Fl.47.

²⁴³ *Ibidem*. Fl.55.

Há no discurso do juiz, como também no relatório do Promotor de Justiça, uma percepção de gênero acerca do silêncio referente aos testemunhos que relataram as constantes agressões sofridas pela requerente por parte de Narciso. A omissão desses elementos não descarta a intenção de considerá-los como irrelevantes no processo de julgamento desses juristas.

Os parâmetros evidenciados nos discursos de sentença proferidos por Lupércio engendraram os antecedentes, a personalidade da denunciada, intensidade do dolo e os motivos e repercussão do crime. O juiz ainda considerou o art. 129, que reza o crime de lesão corporal, no § 1º- Se resultar V: aborto enquadra em natureza grave prevendo a pena de dois a oito anos de prisão²⁴⁴. Entretanto, ao que consta neste artigo e como atenuante, no § 4º: se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço. Não por coincidência, na defesa de Madalena o advogado buscou demonstrar a imoralidade da vítima, para que encaixasse as circunstâncias nas condições atenuantes.

Na sentença de Madalena, Lupércio considerou a ausência de antecedentes e ainda fixou a pena mínima de dois anos de reclusão. Os quesitos personalidade, intensidade do dolo e os motivos e repercussão do crime não ficaram claros nos fundamentos que a denunciada teria para o juiz. Justificada pela própria natureza do crime, a lesão cometida por Madalena resultou na perda do filho que Ofélia esperava, configurando um cenário que dificilmente passaria sem repercussão local. Mas ao considerar a sentença de pena mínima concedida à denunciada, que se encontrava foragida, é possível supor que não tenham sido condições que poderiam agravar o peso da pena.

O discurso jurídico, ligado ao exercício do poder, deve ser observado como práticas descontínuas e dispersas “que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”²⁴⁵. Neste caso, o posicionamento de Lupércio é aparentemente entrelaçado ao que na lei consta e os aspectos moralizantes se apresentam muito mais nos discursos das litigantes e do advogado de defesa. A

²⁴⁴ § 2º Se a lesão corporal resulta: V- Aborto. Pena- reclusão de dois a oito anos de prisão. Cf. Código Penal Brasileiro de 1940.

²⁴⁵ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012. p.100.

reticência nos demais parâmetros julgados por Lupércio nos faz refletir para além da enigmática sentença proferida. Ao contrapor a outros casos por ele arbitrados, o que podemos demarcar como diferença, é o local social que estava inserida Madalena, única mulher denunciada que foi sentenciada à condenação e gozou do benefício de pena mínima por Lupércio e não apresentou nenhuma ligação com a prática prostitucional. O discurso da defesa de Madalena foi fundamentado no ataque à moralidade da vítima, supostamente meretriz. Neste plano, a melhor defesa é o ataque; a denunciada Madalena não possuiu no discurso de Lupércio uma evidenciação moral, contrário ao que depreenderá nos demais casos em que as condições sociais das mulheres denunciadas apontam para o envolvimento com a prática prostitucional.

4.2 VERSO E REVERSO DOS DISCURSOS

O número de mulheres *outsiders* denunciadas na Comarca de Guarapuava, no contexto estudado, soma a mesma quantia das mulheres residentes, ou seja, dezesseis casos. Porém, nas mulheres *outsiders*, os marcadores sociais de moralidade, em relação aos comportamentos sexuais desviantes, estiveram mais presentes nos discursos, sobretudo do juiz Lupércio.

Os aspectos valorativos da moralidade no discurso de Lupércio, quando envolvia mulheres na condição de meretriz, pode ser exposto no caso de latrocínio²⁴⁶ e confrontado com o processo de lesão corporal acima relatado²⁴⁷. O caso de latrocínio foi protagonizado por Sueli²⁴⁸, Carlos²⁴⁹ e Marcos²⁵⁰. O trio confessou ter planejado o roubo de um táxi e o assassinato do motorista Juarez, quando contrataram seus serviços de taxista de Laranjeiras do Sul para a cidade de Guarapuava, no dia 26 de junho de 1966. Neste caso, o juiz Lupércio nos cede mais sinais da sua formação discursiva e da dogmática penal que seguia.

²⁴⁶ AHG. Latrocínio. 1966. Caixa: 307. Processo: 966.2.5920.

²⁴⁷ A descrição do caso de latrocínio está no segundo capítulo, página 78.

²⁴⁸ Sueli. 19 anos, solteira, afirmou ser doméstica, e que não sabia ler e escrever. Em seus depoimentos mencionou que trabalhava no meretrício em Ponta Grossa, mas é natural de Cascavel-PR.

²⁴⁹ Carlos, 20 anos de idade, solteiro, sem profissão e natural de Rebouças-PR, sabia ler e escrever.

²⁵⁰ Marcos, 18 anos de idade, não sabia ler e escrever, sem profissão e natural de Inácio Martins-PR.

Para melhor compreender os agenciamentos discursivos de Lupércio, traçaremos um comparativo entre o caso de Madalena – que foi processada por lesões corporais de natureza grave – e o caso de latrocínio que será agora exposto. Mas antes de fundamentarmos a formação discursiva de Lupércio, é necessário discorrer e problematizar a respeito dos fundamentos que as defesas organizaram no caso de latrocínio, e assim evidenciar a sentença.

Na intervenção dos advogados de defesa, inicialmente constatamos esquemas argumentativos que se assemelham entre as intervenções de Carlos e Marcos por pautarem na Medicina legal e chamar atenção para o aspecto patológico dos processados. Já nos argumentos utilizados pelo representante de Sueli, demonstrou-se uma posição argumentativa distante em relação à intervenção de Marcos e Carlos, pautada numa ótica psicológica, guiada por estereótipos de dependência e fragilidade.

Lucrécio, defensor público de Carlos, alega a necessidade da apreciação psicológica do denunciado. Segundo consta:

I- Não bastam os indícios de um delito; não bastam as provas de sua materialidade, não bastam os demais elementos constitutivos desse evento, para que, num automatismo quase que formal, se procure demonstrar uma configuração delituosa, para que através da mesma, se denunciar o seu autor dentro daquele rigorismo preceituado pela letra fria do Código. O criminoso, não o bastante sua condição de um ser à margem da sociedade que ele feriu, ainda assim, é merecedor de estudos especiais da parte do órgão julgador, posto que, deve ser também visto através de sua condição humana, sujeita a vários fatores, entre esses, os de ordem patológica. A Medicina Legal, nas suas relações com o Direito Penal, demonstra a confirmação dessa nossa assertiva, quando, através de um capítulo intitulado 'Criminologia', procura estudar dentro do crime, a figura do criminoso, suas implicações dentro de diversas causas que conduzem o ser humano à delinquência.

II- Embora na sua generalidade, somente venha a Justiça no ramo do Direito Criminal, se atendo quase que exclusivamente, à terapêutica de ordem jurídica, necessário se torna, entretanto, que, em certos casos, ela se desprenda desse processo, procurando aplicar também ao delinquente, aquele outro de ordem médica, sem que para isso seja solicitada, isto porque, criminosos existem, que embora pareçam seres equilibrados, seus atos anteriores À consumação do fato delituoso deixam dúvidas quanto a esse equilíbrio psíquico. (...) verifica-se, sem, no entanto, poder chegar-se a uma conclusão fundamentalmente concreta, que face à conduta do réu, Carlos, anteriormente a consumação do delito pelo qual ora responde de, ser esse infeliz jovem, portador de uma personalidade psicopática, cujas características são representadas por um 'conjunto de tendências inatas ao indivíduo pelas quais ele reage a seu modo no meio social'. Trata-se, pois, de um ser, cujo equilíbrio psíquico deixa dúvida, razão porque seria de bom alvitre, submetê-lo a um exame de sanidade mental, o que nesta

oportunidade requeremos, não apenas como salvaguarda dos interesses do réu, como ainda da própria Justiça, na sua função de órgão mantenedor do equilíbrio social (...)²⁵¹.

Na intervenção de Carlos, há uma argumentação que buscou ressaltar a necessidade de ampliar a apuração do caso ao chamar atenção para a condição humana do processado. A análise da materialidade dos fatos e a interpretação fria da lei, no discurso de defesa do Carlos, não seriam suficientes para contemplar a investigação do equilíbrio psíquico do processado. Nesta mesma perspectiva, mas na defesa de Marcos, o advogado Virgíneo organiza uma intervenção semelhante ao pedido de Lucrécio, ao destacar uma necessidade da Justiça em atentar-se às particularidades patológicas que possuía para assim justificar a necessidade de um exame de sanidade. Segundo consta:

- I- Tem o seu desenvolvimento mental retardado em virtude de ter sofrido de Meningoencefalite, não possuindo uma plena capacidade de determinar-se, sendo facilmente influenciado sem entender ou compreender os fatos;
- II- Que, em virtude desse seu desenvolvimento mental incompleto e retardado foi introduzido por seu tio Carlos a acompanhá-lo, na qualidade de seu empregado, para venderem roupas, sem ser posto a par das intenções do mesmo, só vindo à ter conhecimento dos planos elaborados por seu tio quando tomaram o Jeep em Laranjeiras do Sul e após a prática do crime levado à efeito (...). Assim, requer se digne V. Excia. de mandar proceder um exame de sanidade mental no acusado, para se comprovar a alegação (...) . Isto feito e provado deve o denunciado ser absolvido, levando-se ainda em conta ser ele menor de 21 anos²⁵².

Os advogados de Carlos e Marcos utilizaram no instrumento discursivo argumentos advindos da Medicina legal. Nas duas defesas é ressaltado especificamente o aspecto da Criminologia, que estudava o indivíduo em sua formação orgânica e também patológica. Esses enunciados argumentativos ficam demarcados no discurso de Lucrécio, quando destaca a "personalidade psicopática", que são representadas por "tendências inatas ao indivíduo". Também são acionados conceitos da Psiquiatria e da Criminologia positiva clássica, quando ressaltam a tendência inata. O criminoso nato não teria passado completamente pelo

²⁵¹ *Ibidem*. Fl.57-58.

²⁵² *Ibidem*. Fl.61.

desenvolvimento por causas de degenerescências que explicariam o comportamento violento. Esse indivíduo poderia ser identificado por características anatômicas, fisiológicas e psicológicas²⁵³.

No discurso do advogado Virgíneo, quando afirma o "desenvolvimento mental retardado", ocasionado por uma "Meningoencefalite", são acionados conceitos da Neurologia, pois meningoencefalite é uma inflamação no cérebro e, portanto, argumentos da Medicina também estão entrelaçados com o Positivismo. Ainda nesta argumentação, a utilização do termo "influência" é enunciada para assentar a ideia de que só houve uma via possível: o tio influenciou e o sobrinho Marcos não tinha o poder de decisão ou racionalidade e somente acatou as ordens.

Por outro ângulo, na intervenção de Sueli, Cláudio compõe a representação estruturada na justificativa do "desvio" da denunciada, decorrente do envolvimento forçado no crime apurado. De acordo com o processo:

(...) isenta de qualquer participação direta ou coautoria, de vez que, na ocasião de evento encontrava-se em companhia dos denunciados Carlos e Marcos, foi por circunstâncias alheias a sua vontade, ou, melhor dizendo, a força e diante das ameaças do denunciado Carlos que prometia mata-la, se a mesma lhe abandonasse. Desse modo a denunciada vivia num clima de medo e nervosismo, pois não ignorava que o seu amasio (Carlos) jamais lhe a perderia se fosse abandonado e certamente matá-la-ia friamente, como o fez na pessoa da vítima. Nessas condições apelamos para o vosso elevado espírito de Justiça, no sentido de que a denunciada não venha a sofrer as penas da lei em um evento que de sua livre vontade jamais viria a participar, e apenas por medo e temendo uma vingança por parte do denunciado Carlos, seu amasio, é que teve a infelicidade de achar-se presente quando da consumação desse nefando crime praticado pelos outros dois denunciados neste processo. Acresce ainda, que a denunciada é menor de 21 anos, não tendo assim o entendimento perfeito de 'certo' ou de 'errado' aumentando assim ainda mais o número dessas infelizes mocinhas que atraídas pelas falsas riquezas de caminho da perdição e sem uma pessoa que as oriente no caminho do bem, se atiraram a 'vida fácil' onde proliferam os homens de maus instintos, os ladrões e assassinos, sempre prontos a usarem as acompanhantes para o crime. M.M. Juiz, uma vez mais, apelamos para que a nossa defendida seja absolvida, livrando-a de uma pena que viria aniquilar com a sua vida recém-iniciada, e, acreditamos que a denunciada depois desse transe amargo de sua vida, irá regenerar-se, procurando viver honestamente e longe de famigerados 'bas-fond' que é um sorvedouro de vidas humanas²⁵⁴.

²⁵³ FERREIRA, Antônio Cesar. A Escola Positiva no Brasil: **a influência da obra "O Homem delinquente"**: de Cesare Lombroso, no pensamento penal e criminológico brasileiro entre 1900 e 1940. Monografia (Conclusão de Curso de Direito). Criciúma/SC, Unesc, 2010.

²⁵⁴ *Ibidem*. Fl.62.

Na primeira parte da defesa, é justificada a inocência de Sueli por ter sido levada, ludibriada e ameaçada por Carlos, com quem possuía um relacionamento. Neste sentido, a processada teria sido desviada pela condição de menor de idade e sem conseguir ter a capacidade de discernir o certo e o errado. A saída proposta na defesa não foi a mesma alegada pelos defensores de Carlos e Marcos, que pediram exame de sanidade psíquica; na defesa de Sueli, o pedido de defesa consistiu em requerer absolvição para que a denunciada “regenerasse” longe de homens como Carlos e Marcos.

Passemos agora ao discurso proferido pelo juiz Lupércio, com argumentações das defesas arroladas antes de serem proferidas a sua interpretação e a sentença. Lupércio descreveu como improcedente e negou a necessidade de uma avaliação da sanidade dos dois indiciados, embasado na justificativa de serem reincidentes. Responsável pelo relatório da Promotoria, Pórcio²⁵⁵ descreve a incontestável materialidade dos fatos, que é também relatada nas confissões dos envolvidos. Além de que as provas interligavam-se no sentido de incriminar os denunciados, “mesmo que, diga-se de passagem, não existissem suas confissões, acrescentando-se que, em poder dos denunciados, foi apreendido um pequeno arsenal de arma de fogo”²⁵⁶. Portanto, a conclusão da Promotoria de justiça foi de condenar os indiciados.

No sumário de culpa, Lupércio detidamente relata os procedimentos seguidos no processo, para assim concluir:

Os denunciados Carlos e Marcos, tio e sobrinho, apresentam e declaram maus antecedentes criminais. A denunciada Sueli inteiramente marginalizada na prostituição. Os antecedentes, indubitavelmente, calcaram em suas personalidades, intensa periculosidade, que é a do dolo revelado. O denunciado Carlos mostrou-se sensibilizado e arrependido, o denunciado Marcos portou-se durante o interrogatório indiferente e Sueli visivelmente dissimulada. Futilidade e torpeza rodearam os motivos e circunstância do evento. A repercussão foi a mais larga possível e motivou a transferência dos denunciados para a detenção provisória na Penitenciária, ao fito de evitar possíveis revelias de pessoas inconformadas. Atendendo, de um lado, as agravantes acima enumeradas e identificadas e, de outro, a atenuante insólito eclodido no fato de serem menores de vinte e um (21) anos de idade, hei de fixar-lhes as penas: em vinte e três anos, de reclusão e dez mil (Cr.\$ 10.000) de multa, ao denunciado Carlos, a Marcos e Sueli em vinte (20) anos de reclusão e oito mil cruzeiros (Cr. \$ 8.000). (...)

²⁵⁵ Pórcio bacharelou-se em Direito, pela Universidade do Paraná, no ano de 1952.

²⁵⁶ *Ibidem*. Fl.83.

Designo para o cumprimento da pena a Penitenciária Central do Estado. Lance seus nomes no livro 'Rol dos Culpados'.²⁵⁷

Particular do discurso de Lupércio, assim como observado no caso de Madalena e Ofélia – neste caso descrito com mais riqueza de detalhes –, são as prerrogativas personalidade, intensidade do dolo, repercussão do caso, motivos e antecedentes que foram estruturas técnicas que fundamentam as suas sentenças.

A repercussão no caso de latrocínio causou uma comoção social que forçou o juiz a transferir os denunciados e denunciada para a unidade penitenciária de Curitiba, com o propósito de conter uma *justiça popular*. A justiça popular, representada pela insatisfação do povo local, ultrapassaria a legitimidade da justiça e nesta trama o poder institucional “tem por função histórica reduzi-la, dominá-la, sufocá-la, reinscrevendo no interior de instituições características do aparelho de Estado”²⁵⁸, a legitimidade de julgar e punir.

A considerada intensa periculosidade dos indivíduos, mencionada pelo juiz, depreendeu-se da análise da personalidade de Carlos, Marcos e Sueli. Cristina Rauter (2013) considera que o julgamento da personalidade dos indiciados, no Código Penal de 1940, equivale ao arbítrio do juiz em considerar os antecedentes pessoais, juntamente com os reincidentes, os condenados por crimes organizados e “o que mais importa: todo e qualquer criminoso que o juiz avalie como virtual reincidente”²⁵⁹. Os considerados doentes mentais, também vistos como perigosos, só seriam eximidos de culpa mediante a consideração interpretativa do juiz em considerá-los como tal, e após a sua autorização para uma apreciação médica e psiquiátrica.

A avaliação da personalidade dos indiciados não está isenta à subjetividade interpretativa de Lupércio, e assim como considera Rauter, a periculosidade seria medida a partir da sua interpretação. Os discursos no meio jurídico caracterizam-se pelos distintos pontos de vista acerca de um mesmo fato apurado, caracterizando ser assim um espaço de conflito.

Esquadrinhando evidências das intencionalidades dos discursos, a marcação moral e de gênero na sentença de Sueli esteve presente quando enunciada a sua

²⁵⁷ *Ibidem*. Fl.90.

²⁵⁸ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. p.87.

²⁵⁹ RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Ravan. 2. ed., 2013. p.71.

personalidade e antecedentes por Lupércio. Na sentença, Sueli é enunciada como “marginalizada na prostituição”, revelando no discurso do juiz o estigma que a condição social representava perante o jurista.

Em concordância com Fausto (2001), “a identidade social da mulher tem como referência básica a esfera privada, ou seja, o lar, núcleo em que se concretizam duas virtudes básicas: a fidelidade ao marido e a predominância do instinto materno, consubstancia no desvelo pelo filho”²⁶⁰. Contudo, essa não é uma realidade absoluta e encontramos nos casos das mulheres denunciadas realidades diversas contrariando valores morais idealizados, que possuíam efeitos no processo de julgamento. Quando reportada a sua condição “inteiramente marginalizada na prostituição”, Sueli foi considerada, para Lupércio, proporcionalmente reincidente de práticas moralmente condenáveis. Ainda que a prática da prostituição não seja tipificada como um crime, a reprovação moral esteve equiparada a uma infração penal. A designação da mesma pena de Sueli e Marcos – que possuía reincidência criminal– irrompe no discurso do juiz Lupércio a flagrante desigualdade de gênero. No campo jurídico, a conduta social era arbitrada pelo juiz como antecedente criminal. Ao que constava no art. 42 do Código Penal²⁶¹, cabia “ao juiz, atendendo aos antecedentes e à personalidade do agente, à intensidade do dolo ou grau da culpa, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime”. No caso de Sueli, podemos considerar como desigualdade de gênero quando Lupércio valoriza a sua condição de meretriz como uma prática condenável moralmente, mas juridicamente a dosimetria da pena estava embasada no Código. Assim, a reprovação do comportamento sexual destoante estava protegida pela lei.

As evidências apontadas pelos discursos de Lupércio no caso de Sueli, comparadas ao processo de Madalena – resguardando as singularidades de cada caso –, consiste no despreço conferido à condição de meretriz em que vivia. Ainda que as duas indiciadas tenham sido condenadas, o discurso do juiz direcionado à Sueli se mostrou mais incisivo à sua condição social, tratamento que não esteve presente na sentença e nem no decorrer do processo de Madalena, uma vez que não possuía envolvimento com o meio prostitucional. O eixo que diferencia

²⁶⁰ FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano: **A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p.110.

²⁶¹ Este artigo foi revogado na reforma do Código Penal de 1984, no qual a conduta social não pode ser mais julgada como antecedente criminal.

Madalena e Sueli é o da moralidade, uma vez que a primeira apresentou elementos que a enquadravam dentro de uma normatividade (possuía um companheiro, casa e se dedicava a cuidar dos afazeres do lar). Contraposto a essa normatividade, Sueli vivia em um meretrício antes de conhecer Carlos, não possuía uma moradia fixa. A diferenciação de gênero esteve imbricada com a condição social enunciada nos discursos, que cruzou no processo de julgamento dessas mulheres e podem ser considerados como relevantes nas sentenças proferidas pelo mesmo juiz: Lupércio.

A decisão judicial apresenta um discurso jurídico que, além de corrigir a infração legal, consistiu também como prática regulatória da sexualidade desviante. Foucault orienta que a produção do discurso estabelece limites que devem ser reconhecidos por meio de regras. Neste sentido, a produção do discurso é, ao mesmo tempo, “controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que tem como função conjugar os seus poderes e perigos, dominar o seu acontecimento aleatório e esquivar a sua terrível e pesada materialidade²⁶²”. O poder estratégico do meio jurídico ao demarcar na sexualidade um regime binário— lícito e ilícito, aceitável e reprovável— a partir da relação com a lei— é estabelecido por meio do ato discursivo²⁶³.

No julgamento de Sueli, constatamos a prostituição como intersecção acrescida como um agravante de conduta social reprovável. Nesse jogo discursivo, apreendem-se no discurso jurídico, em primeiro plano, as leituras de versões descritas pelas partes, e em um segundo, ancorado no primeiro, a exposição de signos dispostos em ordem significativa, na leitura do juiz, que coloca em relevo a anátema de uma sexualidade insubmissa.

O trânsito discursivo do meio jurídico, dentro do jogo estratégico, caracteriza argumentações tomando como ponto de partida o código legal e de teorias dogmáticas do Direito, que não deixavam de fora da análise fundamentos que atravessaram a sexualidade. No meio jurídico da Comarca de Guarapuava ocorreu oscilação de prerrogativas próprias da dogmática criminológica positivista e o dogmatismo tecnicista jurídico penal.

²⁶² FOUCAULT. 2012, p.8-9.

²⁶³ FOUCAULT, 2018 a.

O historiador de Direito, Ricardo Drummond, considera que a cultura jurídica positivista, presente no Ensino de Direito Penal e Filosofia do Direito na Universidade do Paraná – instituição que forneceu majoritariamente a formação dos juristas atuantes na Comarca de Guarapuava –, começou a ganhar espaço nas primeiras décadas do século XX, mas só passou a ser predominante no início da década de 1950. Paralelamente, com a reformulação do Código Penal, em 1940, ocorre o influxo de outra dogmática penal, o tecnicismo jurídico, que também esteve presente e oscilou influenciando no ensino dos juristas formados na capital paranaense até meados da década de 1960. Assim como Drummond relata não ter havido uma hegemonia da cultura jurídica no Paraná, nos casos arrolados na Comarca de Guarapuava também não demonstram um único perfil de discurso jurídico partilhado na prática dos juristas. Muito pelo contrário, apreendemos a frequência do Positivismo e também do tecnicismo jurídico em diversas ocasiões.

Essas perspectivas penais se cruzaram em muitos casos, como no processo de latrocínio arrolado, em que é instaurado um quadro de debates, no qual fica nítida a estrutura argumentativa de cada escola penal, de prerrogativas distintas. Na defesa de Carlos e Marcos, o fundamento central, na intenção de imputar o crime apurado, consistiu em demarcar desvios de ordem patológica que estariam além da análise do código, necessitando de uma intervenção da Medicina Legal, enunciada pelo próprio advogado. Conforme Rinaldi pontua, “(...) seria função, da perícia médica, contribuir para a classificação jurídica do delito, por meio da identificação do criminoso”²⁶⁴. O esquema dos advogados de Carlos e Marcos, após a confissão do crime, não consistia reconhecê-los como loucos ou insanos, mas de traçar uma estratégia para abrandar a pena, da evidente condenação. Apelar pela conveniência de uma perícia médica nos denunciados passaria a deslocar atenção à responsabilidade penal desses indivíduos, enquadrando-os no artigo 22, do Código Penal, que apregoa acerca da responsabilidade penal atenuada de acordo com o parágrafo único:

²⁶⁴ RINALDI. 2015, p.50.

A pena pode ser reduzida a um ou dois terços, se o agente, em virtude da perturbação, de saúde mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não possuía, ao tempo da ação ou omissão, pela capacidade de entender o caráter criminoso do fato²⁶⁵.

Característica da Escola Positivista, de origem italiana – representada por Cesare Lombroso como principal nome desta corrente penal, de larga repercussão no campo jurídico brasileiro, a partir do fim do século XIX²⁶⁶ – esta abordagem tinha como objetivo a identificação científica da delinquência, separando-a da loucura por meio da Antropologia Criminal. Pautada na crença de que o indivíduo praticante do crime teria o feito em razão de um atavismo no desenvolvimento físico-moral. Alessandra de Andrade Rinaldi descreve o positivismo como um processo de medicalização do crime “por meio do surgimento da teoria da ‘degeneração’, que enfatizava a suposta origem inata ou ‘hereditária’ de algumas perturbações mentais”²⁶⁷. Como o resultado de uma “degeneração” orgânica, ou seja, produto de uma doença, o indivíduo processado precisaria ser estudado individualmente. A degenerescência estaria inscrita em indicadores biológicos, e com a ciência criminológica seria possível identificar quem poderia oferecer perigo para a sociedade e então “eliminá-lo”²⁶⁸.

A ciência é acionada como propulsora do discurso de verdade sobre os dois indiciados, em função de uma suposta afecção. Os advogados consideraram, nas defesas de Carlos e Marcos, as imperfeições orgânicas inscritas em um conjunto de tendências inatas a cada indivíduo, condição que os colocaria em posição de suspeita irresponsabilidade penal. A perspectiva adotada pelos advogados não possui a mesma estratégia de defesa levantada pelo defensor de Sueli, que inferiu

²⁶⁵ Código Penal Brasileiro, 1940.

²⁶⁶ “O médico italiano e criminologista Cesare Lombroso (fase antropológica) foi considerado o fundador da Escola Positiva no fim do século XIX, que teve continuidade com os escritos dos teóricos Enrico Ferri (fase sociológica) e Raffaele Garofalo (fase jurídica). O principal objeto de estudo dos teóricos penais da Escola Positiva voltou a ser o criminoso e não mais o crime. Os juristas italianos Enrico Ferri e Raffaele Garofalo vão adicionar novos aspectos na teoria de Lombroso sobre o criminoso nato. Ferri acrescentou o aspecto sociológico, pois para ele o criminoso também estaria predisposto à prática delitiva pelo meio social em que vive, pois este exerceria grande influência sobre o comportamento do criminoso. Garofalo por sua vez analisou o criminoso nato pela ótica jurídica, e assim, o crime deveria ser mensurado através da gravidade do ato, cominada com a periculosidade do criminoso. Assim, Garofalo estabeleceu os fundamentos básicos para a Criminologia moderna”. Cf. PRIORI, Claudia. **Mulheres fora da lei e da norma: controle e cotidiano na Penitenciária Feminina do Paraná (1970-1995)**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Paraná- UFPR. Curitiba. 2012, p.47.

²⁶⁷ RINALDI. 2015, p.41.

²⁶⁸ *Idem*, 2015.

uma participação forçada da denunciada, afirmando que a ré foi ameaçada por Carlos a participar do conluio. Mesmo que a defesa de Sueli não seja pautada claramente em uma suposta deficiência orgânica, como nos demais indiciados, seu advogado ainda argumenta numa linha positivista, alegando que seu envolvimento com o ambiente de prostituição estaria explicado pela falta de tutela de alguém que a guiasse. Ao argumentar que a denunciada era menor de idade e sem a capacidade de distinguir o certo e o errado, explicaria, para o advogado de defesa, o envolvimento de Sueli no mundo da perdição atraída pela riqueza e de “vida fácil”. Os enunciados elencados na defesa de Sueli possuem a intenção de alocá-la em uma posição de passividade em relação ao seu envolvimento no meio prostitucional e na sua participação no caso de latrocínio apurado.

A prostituição e o alcoolismo, no dogmatismo positivista, eram entendidos como comportamentos “desviantes”, fatores que causariam a degeneração, favorecendo alterações patológicas e facilitando entrada no mundo do crime. De acordo com Lombroso e Ferrero, as mulheres seriam um sexo menos evoluído do que o homem. Considerando assim as mulheres que delinquia duplamente inferiores; em relação aos homens e às mulheres “normais”. As mulheres ainda estariam descritas em uma relação de proximidade com as crianças, devido à atividade intelectual diminuída, logo a necessidade de uma tutela masculina seria importante²⁶⁹.

Verifica-se assim um dado contido em códigos de condutas distintas entre homem e mulher que estão enraizados nos pressupostos positivistas²⁷⁰, que “distinguiam, em função de sua suposta natureza, não só comportamentos cotidianos masculinos e femininos, mas também seus atos ‘desviantes’”²⁷¹.

²⁶⁹ LOMBROSO. Cesare. FERRERO. Giglielmo. **A mulher delinquente**: A prostituta e a mulher normal. Tradução de Antonio Fontura Jr. Ed. Antonio Fontura. Curitiba. 2017.

²⁷⁰ A diferenciação de comportamentos entre homens e mulheres a partir do estudo da Criminologia positivista pode ser encontrada na pesquisa realizada por Alessandra de Andrade Rinaldi a respeito da sexualização do crime. De acordo com a autora, no positivismo a crime possuía causas de natureza biológica. Rinaldi explica que, para Lombroso e Ferrero, a mulher seria biologicamente inferior ao homem, e a mulher que delinquisse seria duplamente inferior. As mulheres que cometiam crimes eram descritas a partir da noção de “criminosa nata” (como já pontuado no segundo capítulo), essas mulheres “apresentavam manifestações de degenerescência, guardando semelhanças com os tipos mais primitivos da espécie humana. Cometiam delitos porque possuíam ‘defeitos atávicos’ característicos de sua ‘degenerescência’”. Cf. RINALDI, Alessandra de Andrade. **A sexualização do crime no Brasil**: Um estudo sobre a criminalidade feminina no contexto de relações amorosas (1890-1940). 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2015. p.74.

²⁷¹ RINALDI, 2015, p.89.

A diferenciação sexual do comportamento, contida na intervenção de Sueli, revela que o princípio gerador da transgressão foi justificado em função da sua menoridade (a distinção do certo e errado ainda não era formada), bem como a “vida fácil” que vivia no *bas-fond*²⁷², situação que a teria se submetido à influência de homens que constantemente se utilizavam de mulheres para fins criminosos.

Napoleão Teixeira, professor da Universidade do Paraná e catedrático de Medicina Legal na Faculdade, em 1955, escreveu a respeito da mulher e o crime e frisou que o “Código de 1940 aboliu a diferença no julgamento entre homens e mulheres, não considerando a mulher como inferior ao homem”²⁷³. Admite-lhe igual capacidade de responder pelos atos criminosos, só abrindo exceção em duas circunstâncias: nos crimes de infanticídio e aborto”²⁷⁴. Teixeira afirma ainda que os motivos que levavam as mulheres à prostituição— que não era considerada crime — “possuía duas causas essenciais: uma menor, biológica ou patológica; outra maior, social ou econômica”²⁷⁵.

No debate que segue suas argumentações, não é especificado a respeito desses motivos; entretanto, no tocante à sua explicação para o envolvimento das mulheres no terreno do crime, justifica-se pela “força de sua tragédia biológica”. De acordo com as ideias de Teixeira, a mulher estaria mais apta à prática do crime em períodos que coincidiam com o ciclo menstrual, o qual alteraria o seu psiquismo. Mas depois viriam outras perturbações, como a gravidez, o período de amamentação, o processo de educação dos filhos e a menopausa, prerrogativas de cunho biológico em que as mulheres se envolveriam no crime. A argumentação de

272 O significado de *bas-fond* é descrito por Dominique Kalifa ao retratar o imaginário construído deste conceito. Configurado em três significados, *bas-fond* possui um sentido marítimo reconhecido desde 1690 para designar superfície de água pouco profunda e perigosa, mas que o navio poderia navegar. O segundo sentido é topográfico, utilizado para caracterizar baixadas, em depressão, seja pantanosas ou malsãs que dada de 1798. O terceiro e último sentido, que nos interessa, possui um significado social surgido no século XIX para se referir uma classe de homens vis, desprezíveis, degradados pelo vício. A noção topográfica e social estão interligadas, pois também designam traços que parecem definir uma concepção ambiental de miséria, vício e crime. Assim como enunciado no discurso de defesa do caso de Sueli, o sentido empregado em sua defesa carrega um sentido que emprega o caráter espacial na qual estava inserida relacionada diretamente com a moral. Kalifa observa que o imaginário social do *bas-fond* está agarrada à ideia de uma contrasociedade hierarquizada. KALIFA, Dominique. O *bas-fond* ou como escrever a história de um “imaginário social?” In: CARNEIRO, D.; BRETAS, M.; ROSEMBERG, A. **História, violência e criminalidade**: reflexões temáticas e narrativas regionais. Uberlândia: EDUFU, 2016.

273 Napoleão foi professor de Medicina Legal na Faculdade de Direito, e professor de Clínica Psiquiátrica na Faculdade de Medicina.

274 TEIXEIRA, Napoleão. **A mulher e o crime**. Revista da Faculdade de Direito UFPR. v .3, nº 0. 1955, p.3.

275 *Ibidem*, p.4.

Teixeira se aproxima das prerrogativas positivistas ao buscar explicações de cunho biológico para os comportamentos transgressores das mulheres.

Com isso, o que se revela são posturas argumentativas concedidas a homens e mulheres, descritas por advogados diferentes, mas que lançaram mão de fundamentos enquadrados em regras comportamentais diferenciadoras. Esses enquadramentos funcionam como modos de conhecimento embasados nas diretrizes legais, mas que concomitantemente colocam certos campos de normatividade em questão²⁷⁶.

Em relação aos enquadramentos, Judith Butler (2017) oferece subsídio teórico quando examina as vidas vulneráveis à violência institucional. São enquadramentos dentro do sistema institucional, que estabelecem demarcações de vidas que acessam direitos e são reconhecidas em detrimento a outras, que são reconhecidas em condição precária, no entanto, não são passíveis de reconhecimento enquanto sujeitos de direito. Na Comarca de Guarapuava, as argumentações coligidas indiciam seletividade no meio jurídico, depreendidas justamente em demarcações que enquadram as mulheres denunciadas, tendo em vista as normas sociais com hierarquias que estabelecem escala de valores.

Diferentemente da perspectiva observada nas defesas de Sueli, Carlos e Marcos, a concepção penal seguida pelo juiz Lupércio esteve circunscrita numa concepção tecnicista, mas o positivismo não foi esquecido. Os discursos de Lupércio evidenciam uma linha tênue entre essas duas perspectivas penais. Nítida na sentença, a atenção ao código e não consentindo espaço para o pedido de verificação médica-psiquiátrica dos indiciados são fundamentos que filiam o juiz à dogmática do tecnicismo jurídico.

²⁷⁶ Judith Butler buscou questionar os limites que as instituições estatais possuem em manter os direitos humanos como direito previsto e não contemplado a todas as pessoas em uma sociedade. Problematisando acerca das pessoas na condição de precariedade, que não possuem acesso aos direitos básicos, como alimentação ou retratação jurídica, Judith Butler aponta que a vulnerabilidade de certa parcela marginalizada da sociedade –mulheres e pobres como exemplo– estão sujeitos também à vulnerabilidade de certos tipos de violência, como a violência cometida pelas próprias instituições políticas que deveriam protegê-las. “A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostos de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doença, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. Cf. BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Masques de Cunha. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2017. p.46.

A dogmática tecnicista jurídica ganhou espaço com a reformulação do Código Penal de 1940, tendo como referência, no Brasil, o jurista Nelson Hungria. Se na dogmática positivista o penalista deveria

estar apto a transitar pelos domínios da sociologia, da psicologia e especialmente da medicina, deveria então [numa perspectiva tecnicista] dar lugar ao penalista tecnicista, a quem o texto da lei (especialmente o código) era determinado, em um processo de ‘desmedicalização do crime’²⁷⁷.

Cristina Rauter descreve que o arbítrio do juiz é aumentado em razão da liberdade de interpretar tecnicamente e aplicar o Código Penal. Ricardo Sontag (2009) observa que a prerrogativa tecnicista centraliza a letra do Código na interpretação do jurista, não deixando de lado a ciência (Medicina, Psicologia e Sociologia), mas tornando-as auxiliares e não definidoras nas sentenças. O ensino da prática jurídica não “se direcionaria mais para o êxito oratório dos advogados, nem tampouco para o estudo científico de temas jurídicos, para além dos tribunais”²⁷⁸. Neste sentido, trata-se de outra perspectiva penal, na qual implica não apenas prerrogativas de avaliação “imparcial”, “impessoal” do jurista, mas também numa disputa da atuação no campo jurídico.

O embate entre positivismo e tecnicismo influi diretamente na responsabilidade penal dos que estiveram na condição de denunciadas. A dogmática penal tecnicista roga em “estabelecer os limites objetivos e subjetivos na imputação da responsabilidade penal a partir da lei e no entorno da conduta do autor do fato-crime, e não em torno da pessoa do autor”²⁷⁹, como compreendia a perspectiva penal positivista. Por não ser centralizado no denunciado, e sim no código, no tecnicismo é possível que o juiz apresente uma aparente neutralidade, e o julgamento moral – se existe – tem toda a possibilidade de nunca vir à luz.

Contudo, os discursos não são pronunciamentos neutros e expressam a interação dos modos sociais, que, de qualquer forma, ainda que a dogmática tecnicista possibilite o ocultamento de posicionamentos morais, invariavelmente estes irrompem o discurso jurídico que até então possuem uma aparência de imparcialidade. Assim como no caso do juiz Lupércio, quando considera a

²⁷⁷ DRUMMOND, 2011, p.182.

²⁷⁸ SONTAG, Ricardo. **Código e Técnica**. A reforma penal brasileira de 1940, tecnicização da legislação e atitude técnica diante da lei em Nelson Hungria. Dissertação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis- SC. 2009, p.73.

²⁷⁹ DRUMMOND, 2011, p. 176.

reincidência de Marcos e a marginalidade social de Sueli na prostituição, fatores de mesmo valor jurídico. Isto é, num lapso o juiz expressou valorização externa ao Código, remetendo julgamento moral – ainda que também configure uma interpretação de diálogo da escola positivista, o julgamento moral não anula a evidência do discurso na sentença proferida. Neste sentido, é possível considerar que a dogmática tecnicista, ao centralizar o código na liberdade interpretativa do fato apurado pelo juiz, instaura um interstício subjetivo no qual a personalidade da denunciada é um parâmetro – aparente ou não nos discursos – dentro do julgamento. Deste modo, o discurso jurídico tecnicista tem como efeito colateral não a desapareição do julgamento moral subjetivo do juiz, e sim o ocultamento deste sob uma linguagem técnica.

A coabitação de diálogos entre o positivismo e do tecnicismo jurídico permeou a prática jurídica na Comarca de Guarapuava e revela que não houve um aparente rompimento dos preceitos penais que guiaram a aplicação das leis. O que notamos é uma fronteira, não tão bem delimitada, em que os discursos apontam para a oscilação de ideais dogmáticos.

Ao passo que o positivismo centra atenção no indivíduo em conflito com a lei, dispondo de respostas embasadas em preceitos “científicos”, esta perspectiva penal disponibiliza mais visibilidade nas desigualdades de julgamentos constituídas a partir das diferenças biopsicossociais entre homens e mulheres. No tecnicismo jurídico, pautado no afastamento dos excessos científicos, na centralização do código em relação ao fato apurado, o julgamento do indivíduo fica subjacente nos debates jurídicos, mas em hipótese alguma é ignorado.

4.3 PROSTITUIÇÃO E EMBRIAGUEZ COMO ENUNCIADOS DISCURSIVOS

No meio jurídico da Comarca de Guarapuava, a prática prostitucional e a embriaguez foram imperativos morais agravantes constantemente acionados nos discursos arrolados. A plasticidade dos discursos de cunho moralizante, que lançava mão da prostituição e da embriaguez não se restringiu apenas às mulheres na condição de denunciadas, sendo recorrentes também às mulheres e aos homens que estiveram na posição de vítimas. Seja para argumentar como atenuante nas defesas de denunciadas ou como fundamento justificativo de uma ofensa à pessoa que estava na condição de vítima, delineando uma projeção negativa.

Ao investigar a respeito das subjetividades masculinas em processos criminais instaurados nas Comarcas de Curitiba e Guarapuava, na década de 1950, March (2015) também abordou a influência da embriaguez nos julgamentos. Nos casos de homens denunciados por terem cometido violência de gênero, a embriaguez esteve presente nas argumentações do meio jurídico e funcionou como uma dupla condição de uso, pois permitia, em muitos casos, a atenuação do crime. “Ao mesmo tempo em que desqualificava o acusado, poderia ser considerado atenuante do crime e, portanto, uma solução para a fuga à punição da Justiça”²⁸⁰.

Próximo ao que March considerou, no contexto pesquisado, a embriaguez ventilou em diversos níveis do processo de apuração dos fatos como argumentação para enfatizar o descontrole das mulheres denunciadas, gerado pelo estado ébrio no momento do crime e assim requerer atenuar a pena. Entretanto, ao mesmo tempo em que assumir o estado de embriaguez poderia ser um fundamento para diminuição ou até mesmo o livramento da pena, a embriaguez esteve sempre acompanhada pela condição das denunciadas serem *outsiders*, ou seja, estarem em ambientes de prostituição, favorecendo com que ressaltasse nos discursos do meio jurídico um estigma social das mulheres possuírem uma sexualidade de comportamentos desviantes.

A percepção de gênero esteve presente na formação discursiva, delineada por meio dos debates no meio jurídico, em torno da personalidade individual das indiciadas, tendo como parâmetro um referencial fixo de mulher *recatada e do lar*, sem envolvimento com o consumo do álcool e longe da prostituição. A partir das sentenças, notamos que a moralidade emoldurou perfis identitários dessas mulheres de referencial fixo, projetados nas mulheres que estavam sendo denunciadas, quando transgrediram a lei. Neste sentido, nos casos arbitrados pelo juiz Hermes, foi possível notar em suas sentenças certa elasticidade na condenação, ao abrandar a pena de reclusão, mas que na dimensão discursiva o julgamento de padrões normativos não ausentou as demarcações de gênero. Esta complexidade, apresentada na prática jurídica de Hermes, pode ser ilustrada no caso de Alzira,

²⁸⁰ MARCH. *Op. Cit.* 2015, p.125.

quando teve que responder por lesões corporais²⁸¹ causadas em Alfredo dentro de um meretrício e em estado de embriaguez²⁸².

Alfredo²⁸³ contou que estava a caminho de sua casa, localizada no Morro Alto, quando foi agredido com pauladas por uma pessoa desconhecida, resultando na fratura da sua clavícula direita, além de ferimentos na cabeça, como consta no laudo de corpo e delito. Já no depoimento de Alzira²⁸⁴ consta que ela albergava no meretrício de Gilberto Cury, e naquela noite estava embriagada, quando um desentendimento eclodiu no recinto motivado pela apropriação não autorizada de uma de suas saias pela inquilina Terezinha. Na narrativa de Alzira, o desconhecido Alfredo tentou agredi-la quando, embriagada, buscava tirar satisfação com Terezinha. As versões são conflitantes, pois Alzira confirma apenas ter atirado uma telha na vítima, causando-lhe ferimentos na cabeça, mas que desconhece qualquer agressão que tenha provocado ferimentos na clavícula de Alfredo.

Ainda nas declarações iniciais, três testemunhas foram arroladas no inquérito policial: Silvana, Amilde e Terezinha, as quais descreveram Alzira como embriagada e que constantemente vivia em estado de descontrole. No depoimento para a Promotoria de Justiça, apenas Amilde foi encontrada e ao depor reforçou as declarações iniciais ao afirmar que: “a denunciada [era] dada ao vício da bebida, quando então se tornava insuportável e atrevida”²⁸⁵. De acordo com os depoimentos das testemunhas e inquilinas da denunciada, não é possível observar uma boa relação entre as mulheres que viviam na condição de meretriz. Além do desentendimento gerado pela apropriação de uma saia, o conflito foi acalorado pela influência do álcool, e no depoimento de Alzira encontramos uma reprovação da conduta da denunciada enquanto inquilina, que quando vivia em estado de embriaguez se tornava uma pessoa valente.

Os atritos nos meretrícios, protagonizados pelas mulheres que ali estavam, eram motivados por diversas situações, como a concorrência de “clientes”, desentendimentos facilitados pelo estado de embriaguez ou dificuldades do convívio

²⁸¹ AHG. Lesão Corporal. 1965; Caixa: 308. Nº: 965.2.5729.

²⁸² O caso de Alzira foi inicialmente relatado na página 95.

²⁸³ Alfredo tinha 39 anos de idade, casado, auxiliar de pedreiro, residia na Vila Pequena, um bairro da cidade de Guarapuava, não consta sua naturalidade e grau de instrução.

²⁸⁴ Alzira tinha 19 anos de idade, casada, meretriz, natural de Irati-PR, residia no Morro Alto, Guarapuava, não consta o grau de instrução de denunciada.

²⁸⁵ *Ibidem*. Fl.33.

com outras mulheres de personalidades diferentes. Essas condições eram também somadas à alta rotatividade de inquilinas que vinham de outras localidades para os meretrícios e partiam após pouco tempo de moradia, tencionando obstáculos para a criação de laços e favorecendo discordâncias e atritos. Os desentendimentos e conflitos gerados nesses ambientes, quase sempre na presença e influência do álcool, favoreciam, no meio jurídico da Comarca de Guarapuava, para a propagação, a ideia de promiscuidade, sujeira, embriaguez, vadiagem, imoralidade e, com isso, reprovação social.

Napoleão Lyrio Teixeira (1948), em sua tese de concurso à docência-livre de Medicina Legal, na Faculdade de Direito do Paraná, intitulada *Reação Patológica ao álcool: Aplicação Médico Legal*, pontuou a diferenciação entre embriaguez e alcoolismo. A embriaguez corresponde à “intoxicação passageira, provocada pela ingestão de quantidade mais ou menos apreciável de bebidas alcoólicas. O segundo termo compreende a totalidade dos sintomas somatopsíquicos, consecutivos do uso imoderado de álcool”²⁸⁶. No tocante a reações do álcool no organismo, o autor ainda pontua que:

Na reação patológica ao álcool, indivíduo de conduta social até então regular, após ingerir quantidade, por vezes mínima, de bebida alcoólica, apresentaria estado de obnubilação da consciência liberando tendências agressivas que podem culminar em violentos crimes de sangue²⁸⁷.

Maria Izilda Santos de Matos (2001), a propósito do alcoolismo, no final do século XIX e início do século XX, pontuou que nas campanhas antialcoolismo, o problema do consumo exagerado do álcool passou a ser reconhecido como patologia social e se tornou centro de preocupações sócio-higiênicas. Influenciado também pelo positivismo que circulava nos meios médicos e jurídicos, “o alcoolismo era considerado uma anormalidade, periculosidade social, degeneração nacional e também uma endemia, propunha-se o combate por meio de uma terapia preventiva; as campanhas”²⁸⁸. Para as mulheres, o álcool e a vida pública maculavam a ideia de família tradicional de mantenedora da ordem domiciliar. Ainda nas considerações

²⁸⁶ TEIXEIRA, Napoleão Lyrio. **Reação Patológica ao álcool. Aplicação Médico Legal**. Tese de concurso à Docência-livre de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. 1948, p.3.

²⁸⁷ *Ibidem*, p.8.

²⁸⁸ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade** 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2001. p. 29.

de Matos, “as delimitações das funções de homem-mulher aí se explicitam claramente. O alcoolismo afastaria a mulher de suas funções do lar, provocando o ‘desmazelo dos arranjos domésticos (...)’”²⁸⁹, e para os homens o álcool o tornava improdutivo.

Os discursos compreendem uma rede intrincada de significados. No meio jurídico da Comarca de Guarapuava, as mulheres denunciadas, que relataram estarem sob o efeito do álcool e em ambientes de meretrício, figuraram muitas vezes uma marcante contradição no discurso jurídico. Isso ocorria quando tais circunstâncias eram evidenciadas, pois, ao mesmo tempo em que desprestigiava a conduta enquanto mulheres, eram utilizadas como tática de atenuar penas colocando-as em uma situação de vítimas das condições sociais que viviam. Este jogo discursivo esteve presente na defesa de Alzira, realizada pelo seu advogado particular, Horácio, ao argumentar que:

(...) a ré estava em alto estado de embriagues e interferiu numa discussão entre as mulheres do lupanar, quando uma das mulheres deu à vítima uma vassoura para que esta batesse na ré e dado ao seu estado de embriaguez teria atirado uma pedra na casa vizinha onde mora uma sua inimiga e a vítima, o sujeito sem profissão e vagabundo, teria recebido a telha na cabeça, ferindo-se. O que ressalta, nestes autos, é a nenhuma intenção da acusada em ofender a vítima e ainda o seu estado de total embriaguez que lhe tirou por completo a noção dos seus atos, tratando-se de embriaguez absoluta, que escusa-lhe o crime, se houve. Por outro lado, MM. Juiz, é também provável que a vítima, uma vez que estava de posse de uma vassoura com que feriu-la. Tais briguinhas são comuns entre essas pessoas e quase sempre todos os participantes são culpados, dado o ambiente degradado em que, infelizmente, vivem. No caso sub judice, cremos na defesa, firmemente, que a acusada deverá ser absolvida por Vossa Excelência por ter a seu favor duas hipóteses: atirou a telha sem intenção de ferir a vítima e não há crime ou atirou-a para defender-se da injusta agressão e também não pode ser punida (...)”²⁹⁰.

Na intervenção do advogado de Alzira, a consideração delegada aos litigantes foi que os conflitos eram comuns “entre essas pessoas [envolvidas com o meio prostitucional] e quase sempre todos os participantes são culpados, dado ao ambiente degradado em que infelizmente vivem”. Esta consideração está atrelada a padrões específicos de adjetivações valorativas, evidenciados a partir das descrições feitas pelas pessoas envolvidas. O enunciado do advogado ao mencionar

²⁸⁹ *Ibidem*. p.51.

²⁹⁰ *Ibidem*. Fl.34.

que “os participantes quase sempre são culpados, dado o ambiente que vivem” é uma evidência de enunciado à desqualificação social em que a prática prostitucional possui perante o meio jurídico. Ambiente considerado “degradado”, os meretrícios possuem nos discursos uma reprovação das denúncias de quem estava nesses locais e que muitas vezes era estendido às vítimas, como o caso de Alfredo.

Sob o aspecto jurídico, na intervenção de Alzira, o advogado de defesa logrou isenção de pena ao argumentar “embriaguez absoluta”, objetivando no que reza o § 1º do artigo 24 do Código Penal: “é isento de pena o agente que por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”. O estado de embriaguez da denunciada também consistiu na estruturação estratégica para afastar a responsabilidade do ato cometido, conforme previsto no § 2º do mesmo artigo: “a pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía ao tempo da ação ou omissão, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”.

A partir dos depoimentos das partes, o meio jurídico constrói um discurso para estabelecer uma verdade a respeito do fato investigado, ancorado no discurso das partes. Neste sentido, a ideia vigorada é de “diga-me quem você é, para que eu possa tomar uma decisão judiciária que deverá ser dosada de acordo com o crime que você cometeu, mas também de acordo com o indivíduo que você é”²⁹¹. Este tipo de consideração faz emergir no processo de julgamento das mulheres indiciadas as subjetividades inscritas nos discursos presentes no meio jurídico, permeadas por aspectos valorativos que atravessam não só o fato apurado, mas a condição social em que as denunciadas estiveram inseridas e os comportamentos sexuais descritos nos autos.

A embriaguez, atrelada ao eixo moral dos discursos apurados, foram alegações recorrentes nas defesas impetradas pelos advogados das mulheres que estiveram na condição de meretriz. O efeito do álcool foi alçado para atenuar ou justificar eventuais casos de lesão corporal, como o processo de Alzira. Entretanto, o relato das mulheres *outsiders* que se descreveram em estado ébrio e sem condições

²⁹¹ FOUCAULT. *Op. Cit.* 2018b. p.129.

de entendimento das faculdades mentais durante o fato apurado desde o início do inquérito não foi prática comum.

Regularmente, a embriaguez passava a aparecer nos processos a partir dos depoimentos para a promotoria de justiça e nas intervenções dos advogados de defesa como estratégia dos advogados, visando à diminuição da pena. A emergência da influência do álcool no meio do processo nos faz colocar em suspeição a hipótese de uma orientação por parte dos advogados que as denunciadas evidenciassem essa condição. O método consistia em construir um discurso no qual era traçado um cenário de efeito alcoólico sobre as denunciadas, acrescido ao dissabor da vida que as mulheres viviam, permeada de pobreza e fome. O caso de Alzira é o único em que desde o início das suas alegações descreveu-se ter estado embriagada, o que foi confirmado pelas testemunhas.

A intenção dos advogados, ao lançar mão da embriaguez como artifício defensivo, colocava as denunciadas em uma posição, diante dos juristas, que poderia resultar em dois caminhos ambíguos: a Promotoria de Justiça e o juiz poderiam considerá-las como “vítimas” dos efeitos do álcool e da condição pobre em que viviam; ou ainda a partir da embriaguez configurar como um peso negativo concedido à conduta desviante das mulheres. Contudo, independente do caminho adotado, no processo de julgamento, o Código passava para segundo plano e dava espaço para um debate moral dos comportamentos descritos nos autos. Um caso exemplar que ilustra essas considerações e traça um comparativo com o processo de Alzira foi o caso de Solange e Geraldo, ocorrido no terceiro dia de abril de 1963.

Geraldo contou que estava na cidade de Guarapuava para passar a Páscoa com a família, quando resolveu ir até o meretrício de Aninha, no Morro Alto. Após beber conhaque com Solange, foram para o quarto e na saída notou que havia sido furtada a importância de NCr\$ 270,00 (duzentos e setenta cruzeiros novos). Diante do fato, foi à Delegacia e comunicou ao delegado, que organizou uma busca por Solange.

Encontrada na casa do seu amásio, Eduardo, Solange, em suas alegações iniciais, confessou ter furtado o valor do requerente. Solange, apenas no seu segundo depoimento, perante a Promotoria de justiça, discorreu ter mentido o seu nome, que, na verdade era Tereza, porque temia a reação de sua família, residente em Laranjeiras do Sul, por ter cometido um delito desmoralizante. Além disso, Solange, doravante Tereza, passou a evidenciar em seu depoimento que naquele

dia não se alimentou no almoço ou no jantar e começou a beber já pela manhã com os alemães da colônia²⁹². Quando embriagada, convidou o requerente para ir ao quarto e não se recordava da hora em que subtraiu o dinheiro de Geraldo. Tereza ainda justificou que entrou no meretrício havia um ano, quando deixou de desempenhar suas funções de professora no Município de Laranjeiras do Sul, após ter sido “seduzida, nesta cidade, por um indivíduo de Ponta Grossa, motivo pelo qual foi desprezada e enxotada da casa de seus pais, e como não tinha parentes e nem para onde ir, acabou indo para o meretrício”²⁹³. A declarante acrescentou ainda que: “sempre pernitoou com homens de posse e nunca pensou em furtar-lhes”.

Seu curador e advogado de defesa, Cássio²⁹⁴, na intervenção prévia, pediu o relaxamento do ato em flagrante, com a justificativa de ter sido “uma situação de desespero face aos sofrimentos decorrentes de sua vida, aliados ainda à menoridade, haja vista, ainda, que a vítima recebeu toda a importância que sentira falta”²⁹⁵. Cássio ainda reforçou seus argumentos dizendo que o local do crime não foi o mesmo em que a indiciada foi presa, descaracterizando a validade do flagrante e ainda por não possuir dolo no caso. Segundo o que consta:

Nota-se pelo seu interrogatório o flagrante desespero que se encontrava a denunciada quando da prática do fato delituoso, sendo a jovem exercia o cargo de professora estadual, se viu da noite para o dia envolvida em condições como esta. Seu delito fora prático mais em estado de necessidade, embriagada que se encontrava, por parte do álcool, despertou o seu ‘ego’, o lugar em que se encontrava, regrediu seus pensamentos quando ainda prestava seus ensinamentos nas casas escolares, no convívio de sua família, daí a um passo do delito. À denunciada face instrução que tem poderá recuperar-se definitivamente, em tais condições, compete ao MM. Dr. Juiz, com humanidade absolve-la²⁹⁶.

²⁹² Os alemães da colônia, mencionados no caso de Tereza, se referem à colônia de Suábios que se instalou em Guarapuava, na década de 1950, e que contribuíram na fundação do distrito de Entre Rios. Os Suábios são originários do Sudeste da Europa, nas proximidades do rio Danúbio, e saíram compulsoriamente de suas terras para viver em campos de refugiados, na Áustria, após a Segunda Guerra Mundial. Em decorrência, diversas famílias inscreveram-se em projetos que visavam à imigração para outros países, sendo este o caso de 500 destas que foram aceitas para a criação de uma cooperativa agrícola no Brasil, a partir de incentivos governamentais, daí fixando-se, neste país, no município de Guarapuava. C.f. SILVA, Marcia da; BOSCHIERO, Gilson Aparecido. **Poder, território e discurso: os Suábios do Danúbio em Guarapuava-PR.** AÇÃO MIDIÁTICA, n.14. Jul./Dez. 2017. Curitiba.

²⁹³ *Ibidem*. Fl.24.

²⁹⁴ Cássio bacharelou-se em Direito pela Universidade do Paraná no ano de 1956.

²⁹⁵ *Ibidem*. Fl.20.

²⁹⁶ *Ibidem*. Fl.25

A necessidade e a falta de consciência causada pela embriaguez formam os pilares da defesa de Tereza, que só se tornou aparente no processo após o segundo depoimento da denunciada. Ainda em sua intervenção, a condição na qual Tereza havia se inserido no meio prostitucional também é utilizada para contrabalançar sua boa índole e jogar com a intenção de que a denunciada ainda poderia se “regenerar”. A relevância dada à possibilidade da denunciada regenerar-se traduz no discurso a importância em demonstrar – caso Tereza fosse absolvida – que ela ainda seria útil à sociedade e se enquadraria aos preceitos normativos idealizados. Assim, a percepção de gênero perpassa uma dinâmica de comportamentos idealizados, os papéis sociais se estabeleciam por intermédio dos julgamentos. Do outro lado, esses discursos também buscavam acentuar a negatividade de viver na condição de meretriz e ainda estar na influência do álcool.

Em resposta da Promotoria, Luciano argumentou que “nos crimes de furto se o agente age sem dolo, não poderá em hipótese alguma cometer o delito. O dolo em tais casos é o específico, haja vista que o agente ao cometer tal delito, o faz, com a intenção de locupletar-se com o alheio”²⁹⁷. No relatório final, Luciano declarou que:

A justificativa apresentada pela defesa de que a acusada estivesse embriagada quando cometeu o quê, não pode subsistir, face a ausência de elementos comprovantes. (...) Assim diante do exposto, é de ser julgada procedente em parte a denúncia, para o fim de se condenar a acusada Solange. Porém, em se tratando de acusada menor de vinte e um anos, não possuindo antecedentes criminais, demonstrando segundo se infere de seu interrogatório, a possibilidade de recuperar, pedimos se condenada ré, se lhe aplique a pena detenção, segundo o determinado no parágrafo 2º do artigo 155 do Código Penal, concedendo ainda o benefício do artigo 57²⁹⁸.

Nas alegações finais, o advogado de defesa Cássio ratificou que:

Em verdadeiro contraste com sua vida anterior, mimando e educando crianças na qualidade de mestre (...) Nada mais nos resta MM. Dr. Juiz a não ser pedir a absolvição da denúncia, restituindo-lhe a liberdade para que possa ser útil da sociedade, trata-se de uma pessoa de bons princípios, com condições de constituir lar e voltar ministrar seus conhecimentos de professora a tantas crianças que necessitam de estudos (...) ²⁹⁹.

²⁹⁷ *Ibidem*. Fl.27.

²⁹⁸ *Ibidem*. Fl.31.

²⁹⁹ *Ibidem*. Fl.32-33.

Nos casos apurados na Comarca de Guarapuava, o processo de Tereza elucida algumas particularidades, como a preocupação dela com a família que morava em Laranjeiras do Sul. As mulheres que estiveram na condição de meretriz advinham de localidades mais distantes devido a um medo moral de estarem praticando uma atividade condenável. Nesta condição, Tereza confessou ter omitido o seu verdadeiro nome. Além disso, Tereza demonstrou, com sua narrativa e do advogado de defesa, que possuía um possível grau de instrução mais elevado em relação às demais mulheres denunciadas que foram apuradas no universo investigado.

Os casos de Alzira e Tereza demonstram o que estava *em curso* na apuração dos processos instaurados, de tipologias distintas: o debate ao entorno da questão da embriaguez e da prática prostitucional recorrente nos casos de mulheres denunciadas na Comarca de Guarapuava e que estiveram na condição de meretriz. Esses discursos carregam efeitos de signos; mas o que fazem é mais do que designar coisas, de acordo com Foucault³⁰⁰. É esse a mais que aparece como um conjunto de enunciados apoiados na mesma formação discursiva. Não se trata de buscar constatar se de fato as denunciadas cometeram ou não qualquer tipo de crime ou se estavam ou não embriagadas, mas de notar no interior dos discursos do meio jurídico como foram organizados (traduzidos, deformados, deturpados ou reprimidos, talvez) os discursos que denotam percepções de gênero.

Retornamos para a conclusão do caso de Alzira (caso de lesão corporal) e de Tereza (caso de furto), que foram julgados por Hermes. No caso de Alzira, o promotor Pórcio apontou o pedido de condenação da ré pelo crime cometido. O juiz Hermes decidiu que:

(...) A legítima defesa invocada, nem de longe, está patente. Ambos, ré e vítima, costumam embriagar-se, sendo certo que naquele dia a primeira encontrava-se bastante embriagada (...). A conduta da acusada não se justifica, e a embriaguez que apresentava não é daquelas que isenta a pena. O que não aceito, todavia, é o fato de afirmar que atelha atirada pela acusada, que atingiu a vítima na cabeça tenha produzido fratura da clavícula direita do ofendido. (...) Veja-se que a vítima, quando ouvida perante a autoridade policial, relata que foi agredida a pauladas por um desconhecido. Isto posto, e atendendo ao que mais dos autos consta, julgo procedente, em parte, a denúncia oferecida, para o fim de condenar, como condenada tenho, a ré Alzira (...) sendo ré primária, sem maus

³⁰⁰ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2017. p.56.

antecedentes, e tendo em vista as circunstância do crime, praticado em estado de embriagues e suas consequências, fixo a pena base de seis meses de detenção mais os custos do processo e taxa penitenciária de Ncr.\$ 5.00 (cinco cruzado novo). Suspendo a execução da pena, por dois anos, mediante o cumprimento das condições seguintes; não andar armada, não se embriagar, pagar as custas do processo e demais cominações, não mudar de residência sem antes comunicar a este juízo. Lance-se o nome da ré no Livro ról dos culpados³⁰¹.

Na sentença, a denunciada adquiriu o atenuante por ser ré primária e pelo estado de embriaguez em que estava. A peculiaridade da prática jurídica exercida pelo juiz Hermes de condenar e suspender a pena de reclusão, instituir pagamento dos custos do processo e ainda impor condições comportamentais à denunciada foram marcas de sua personalidade profissional quando arbitrou os casos em que mulheres foram denunciadas e sentenciadas à condenação.

Na sentença de Tereza, ao fim do processo, Hermes pronunciou que:

(...) Assim sendo, julgo em parte procedente a denúncia, para condenar Tereza (...). Considerando que nada consta quanto aos seus antecedentes, além da desgraça de ser prostituta; atendendo sua personalidade e ao estado de embriaguez em que se encontrava que diminui a intensidade dolosa; levando em consideração o motivo egoísta, as circunstâncias e as mínimas consequências do crime, pois a vítima não sofreu prejuízo; considerando, sobretudo sua condição de menor de 21 anos, que é atenuante obrigatória, fixo a pena-base no mínimo de um ano de reclusão. Considerando, outrossim, que é primária, fixo, condeno-a ainda condeno-a ainda no pagamento da multa de Ncr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos), custos processuais e taxa penitenciária de Ncr\$ 1,00 (um cruzeiro novo). Considerando outrossim, que é primária, menor, o valor do fruto, a circunstância de que está presa há quase 3 meses, deixo de aplicar a pena privativa de liberdade, (...), permanecendo apenas a multa e as demais cominações. Lance-se seu nome no rol dos culpados³⁰².

Arelado ao discurso do juiz Hermes, levando em consideração os atenuantes acolhidos, como menoridade e a suposta embriaguez, que fica carente de maiores provas, os antecedentes criminais são enunciados como nada constando, “além da desgraça de ser prostituta”. Nesse momento, a condição moral ganha mais espaço no debate jurídico. O que está em jogo não é a transgressão da lei, mas sim do comportamento da denunciada e as possibilidades que poderia oferecer na condição de liberta. Além disso, o ensejo à adequação de Tereza numa sexualidade que

³⁰¹ *Ibidem*. Fl. 35-36.

³⁰² *Ibidem*. Fl. 35.

atendesse comportamentos normatizados e idealizados também demonstra a atuação regulatória do meio jurídico.

Fica configurada assim uma realidade do meio jurídico observada por meio dos discursos, em que no processo de apuração dos fatos há um “desqualificador” moral que precede a sentença. Interligada à conduta e condição social da denunciada, a valorização da moral é manifestada quando anotado pelo juiz Hermes que a ré não tinha antecedentes, com exceção da “desgraça de ser prostituta”, configurando assim um posicionamento de exame extrajurídico.

Esse padrão de prática nos permite questionar os limites da sentença condenatória, que nem sempre compreende a privação da liberdade. Os casos de Alzira e Tereza alargam o nosso entendimento do que viria a ser o ato do condenar, apontando que a noção de penalização é mais ampla do que a privação da liberdade, compreendendo o pagamento das cominações do caso e também da imposição de condições ao comportamento social. Na produção da fábula para a construção de uma verdade – sentença –, as questões burocráticas e processuais dão lugar a uma “vontade de saber”, tendo em vista a vida pregressa e os antecedentes das denunciadas³⁰³. Neste sentido, é ainda possível considerar que o processo de julgamento já configura um procedimento de punição. A exposição ao relato não só do fato apurado, mas também da vida, a conduta das mulheres denunciadas é dissecada e evidenciada em debates no interior do meio jurídico tendo como parâmetro não só o código de leis, como também um conjunto de normas sociais. Todavia, entrelaçando os parâmetros de discursos evidenciados na prática do juiz Hermes, retomamos à nossa interrogação inicial: quais as percepções de gênero são possíveis reter nessas práticas? Esse questionamento fica pouco nítido nos casos de Alzira e Tereza, no tocante à sentença. Ao condenar e retirar a pena de reclusão e trocar por imposição de condições – assim como o fez em todos os casos sentenciados à condenação, entre mulheres residentes e *outsiders* –

³⁰³ Concordando com Sergio Adorno ao refletir acerca da prática jurídica e a justiça social, os procedimentos burocráticos dão espaço para um debate no meio jurídico que visa estabelecer uma verdade. Neste processo ocorre à manipulação de provas, imaginam-se situações e circunstâncias, deduz comportamentos prováveis de vítimas e agressores, e desenham da gravidade dos fatos a partir de documentos e certidões oficiais. Na órbita dos debates jurídico orbita um mundo social com seus dilemas e dramas. É neste sentido que buscamos sondar as percepções de violência discursiva jurídica que está atrelada as percepções de gênero. Cf. ADORNO, Sergio. Violência Urbana, Justiça Criminal e Organização Social do Crime. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. São Paulo. Nº33., p.122-144.outubro. 1991.

qualquer tipo de percepção de gênero fica subjacente ao tecnicismo jurídico no qual estava influenciado. Este desempenho levanta a hipótese de que foi levado em consideração o fato de todas as mulheres não terem antecedentes criminais. Ainda é possível considerarmos que no campo legal as sentenças demonstram que as mulheres residentes e *outsiders* foram equiparadas.

Entretanto, se nas sentenças a percepção de gênero fica difícil de ser compreendida, no processo de apuração e no relatório do juiz que sustentam a sentença, encontramos uma diferenciação moral da conduta dessas mulheres denunciadas, e as percepções de gênero são notadas a partir de dois enunciados que formaram conjuntos discursivos; a prostituição e a embriaguez. O que se depreende do discurso jurídico, e que também foi recorrente a outras mulheres denunciadas com envolvimento no meio prostitucional na Comarca de Guarapuava, é justamente uma desaprovação da conduta moral antecipada à sentença. Premissa que influencia na sentença, ou não, o que constatamos é a constância desse conjunto de enunciados na estrutura argumentativa dos advogados e juízes. Próximo ao que constatou Rinaldi, nos processos em que o eixo predominante para a avaliação era a moralidade, os juristas centravam em ‘predicados’ das denunciadas e vítimas. “Por meio do posicionamento da conduta de réis e vítimas em relação ao que, em âmbito processual, era construído como norma de comportamento e de relação entre o masculino e o feminino”³⁰⁴. Nessa construção de argumentações, as denunciadas eram abordadas em função de como se situavam em relação à sexualidade, às regras de conjugalidade.

Considerações como essas contribuem para que a desigualdade se explicita no meio jurídico no âmbito dos discursos propagados, revelando no processo de apuração, em casos que envolveram as mulheres em condição social menos privilegiada, com intersecção com a condição prostitucional. Essa intersecção pode ser observada em outra denunciada residente que foi processada e sentenciada por Hermes.

³⁰⁴ RINALDI, 2015, p. 145-146.

4.4 A PRÁTICA PROSTITUCIONAL: UMA CONDIÇÃO PARA O DESNÍVEL DISCURSIVO

Os enunciados presentes nos processos julgados por Hermes revelaram um desnível nos discursos direcionados entre as mulheres *outsiders* e residentes. A discrepância discursiva consiste na maior presença do código nos processos protagonizados pelas mulheres residentes, em que os debates ocorreram ao entorno de uma justificativa mais codificada. Em contrapartida, as mulheres *outsiders*, que viviam na condição de meretriz, compuseram processos mais longos e com a presença dos aspectos valorativos moralizantes.

Contrastando com essa conjuntura, os discursos que contornaram as mulheres residentes pouco evidenciam o comportamento de uma sexualidade desviante, para além do fato apurado – com exceção de quando as defesas das denunciadas consistiram no ataque à integridade moral das pessoas requerentes, buscando criar um sentido de legitimidade ao crime apurado.

Um caso exemplar que poderá descrever outro conjunto de discursos em que a moralidade não se ausenta, mas é exposta com menor intensidade que atravessaram as mulheres residentes, pode ser notado no processo de Matilde³⁰⁵, quando foi indiciada por cometer lesões corporais³⁰⁶ contra sua vizinha Virgínia³⁰⁷.

De acordo com o que consta do processo, Matilde foi presa em flagrante após agredir Virgínia. Em seus depoimentos, a indiciada contou que havia tempos estava tendo atritos com sua vizinha, mas que no dia trinta de maio de 1963, por volta das 13 horas, quando viu Virgínia passar pelos fundos de sua casa com uma criança no colo, interpelou-a dizendo que queria acertar as contas, visto que naquele dia, mais cedo, Virgínia teria cercado o seu marido e reclamado dela. A indiciada afirmou que “coisas de mulheres deveriam ser acertadas entre mulheres”³⁰⁸; Virgínia se armou de uma ripa e tentou agredi-la primeiro e, ao conseguir desarmá-la, passou a surrá-la.

Entretanto, pelo depoimento de Virgínia, Matilde é quem estava armada e após uma série de insultos e provocações, recebeu de Matilde um golpe na cabeça,

³⁰⁵ Matilde tinha 38 anos, casada, doméstica, analfabeta e natural de Porto União Santa Catarina.

³⁰⁶ AHG. Lesão Corporal. 1963. Caixa: 286. Nº: 963.2.5330.

³⁰⁷ Virgínia, 21 anos, casada, doméstica, não consta o grau de instrução, natural de Irani- Santa Catarina.

³⁰⁸ *Ibidem*. Fl.05.

dando tempo apenas de soltar o filho que estava em seu colo. Com a cabeça ensanguentada, Virgínia descreveu que passou a mão numa ripa para se defender, mas, por ser mais fraca, foi desarmada e derrubada, continuando a ser surrada até os vizinhos chegarem para acudi-la.

O vizinho Aloísio, que estava presente no momento do corrido fato, narrou em seu testemunho que Matilde estava armada de uma ripa e agrediu com uma paulada Virgínia. Em luta corporal, o depoente ainda mencionou que a denunciada subiu em cima da requerente e continuou a desferir socos, até que ele chegou para separá-las da luta corporal.

No presente caso, ocorreu uma audiência criminal de debates orais, em que as argumentações e parte dos discursos veiculados, como a intervenção do Promotor de justiça e advogado de defesa, ficaram restritas à oralidade dos que naquele momento estiveram presentes. O que nos consta é a ata de audiência e a sentença proferida pelo juiz Hermes. De acordo com o exposto pelo Promotor de justiça, Marco Antônio, Matilde deveria ser condenada por lesões corporais por motivos torpes. Na intervenção de Cássio, defensor da denunciada, ele busca inverter a situação e utilizar a divergência de relatos entre as litigantes para inocentá-la e justifica que a denunciada teria apenas se defendido de uma agressão cometida pela requerente. Segundo consta na sentença:

Não se poder negar que assiste inteira razão ao Dr. Promotor Público, quando em seu arrazoado oral pede a condenação da ré. Instrução, como se pode verificar, veio confirmar a denúncia oferecida, constatando-se que realmente a acusada desferiu pancada na cabeça da vítima, e isto sem que houvesse qualquer motivo, simplesmente por encrenca antiga entre as contendoras. Neste sentido de evidências a inteira culpabilidade da ré Matilde, é o depoimento da testemunha Aluizio, que assistiu a agressão e dizendo, que 'viu a denunciada Matilde, armada de uma ripa desferir uma pancada na vítima Virgínia, atingindo-a na cabeça e derrubando, que em seguida a denunciada saltou em cima da vítima, para agressão'. Por ai já se evidencia o ânimo belicoso da ré, que não contente em já ter derrubado a vítima com uma pancada na cabeça, ainda lhe pulou em cima, com o evidente propósito de continuar a agressão. Em nenhuma fase do processo ficou provada a alegação feita pela acusada, que agiu para defender-se, e tal afirmativa ficou sem qualquer provocação, completamente isolada no bojo dos autos. Ante o exposto, e considerando mais o que dos autos consta, julgo procedente a denuncia oferecida, para o fim de condenar, (...). Sendo a ré primária e de bons antecedentes; não sendo graves as consequências do crime e as circunstâncias, nem se podendo admitir o dolo acima do médio, fixo a pena base em quatro meses de detenção, a qual torno definitiva, vista a ausência de qualquer circunstância agravante ou atenuante, respondendo a ré também pelo pagamento das custas do processo e taxa penitenciária de Cr.\$200,00 (duzentos cruzeiros). Suspendo a execução da pena pelo espaço de dois anos, mediante o

cumprimento das seguintes condições: 1- pagar as custas do processo e demais cominações; 2- não mudar de residência sem antes fazer comunicação a este Juízo³⁰⁹.

O caso acima relatado ilustra a dinâmica dos discursos presentes nos processos, em que a estrutura discursiva operou levando em consideração o local social das indiciadas. Em contraste com as indiciadas na condição de meretriz, o caso de Matilde revela, com os debates do advogado e promotor- em relatos compactados pela ata de audiência criminal –, assim como no discurso de sentença do juiz Hermes, a ausência de argumentação que palmilhasse aspectos morais da conduta sexual da indiciada. Matilde era uma mulher que atendia à estrutura heteronormativa, por possuir uma família, filhos e ser doméstica, e em seu julgamento foi levado em consideração apenas o fato de ter descumprido a lei quando ofendeu fisicamente outra mulher.

Os discursos apregoados a esses dois grupos de mulheres – envolvidas e não envolvidas no meio prostitucional – revelaram um desnível no processo de julgamento, em que nos compeliu a atenção para a percepção de violência institucional específica, que aconteceu no curso de investigação e julgamento dos casos em que as mulheres foram denunciadas na Comarca de Guarapuava. Imbricados com a condição social apresentada pelas mulheres em cada processo, o discurso do meio jurídico está ancorado nos relatos de vidas narrados pelas partes envolvidas. A presença de estigmas sociais, como a notável marcação da prática prostitucional, caracteriza a circulação de uma rede subjetiva presente na Comarca de Guarapuava, nos anos de 1960 a 1980, e que funcionou a partir da diferenciação de práticas e comportamentos direcionados às mulheres indiciadas. Assim como as percepções de gênero a violência discursiva jurídica estiverams integrada em alguns casos julgados nos quais coincidem serem de mulheres *outsiders*.

4.5 VIDAS PRECÁRIAS E OS DISCURSOS

As mulheres *outsiders*, pertencentes a uma parcela vulnerável da sociedade, foram apreendidas e processadas. Essas mulheres, quando denunciadas, nem sempre tiveram seus direitos resguardados em julgamentos íntegros. Trata-se,

³⁰⁹ *Ibidem*. Fls.22-23.

portanto, de notar que a normatividade estabeleceu discursos jurídicos direcionados à moral justapostos ao Código. São manifestados nesses discursos alguns critérios, como os espaços de sociabilidades que as denunciadas ocupavam – predominantemente meretrícios –, referidos como ambientes de perdição, desordem e vadiagem. As atividades que desempenhavam nos meretrícios e também a sexualidade que representavam, por pertencerem a uma parcela de mulheres denunciadas que possuíam ligação com a prostituição, foram enunciadas constantemente nos discursos.

Essas mulheres, também observadas como *outsiders*, caracterizam vidas precárias, nas quais o despreço moral atribuído esteve na base de fundamentações que arranharam a equidade jurídica e dos direitos humanos, assinalados nos discursos que apontam as percepções de gênero e violência.

Assim como Butler (2016) considera, quando reflete acerca dos corpos que importam e a precariedade de vidas, as relações de gênero e formas de violência cometida pelo Estado em pessoas na condição de vidas precárias estão próximas. No universo da Comarca de Guarapuava, essa relação de proximidade se faz presente, uma vez que as mulheres *outsiders* denunciadas não apresentaram comportamentos de acordo com o que o código de lei reza, e ainda, por não obedecerem às expectativas de uma sexualidade hegemônica e inteligível, estiveram em risco, e sofreram assédio moral e violência.

A precariedade também é caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas para as populações que estão expostas à violência estatal arbitrária, à violência de rua ou doméstica e outras formas [de violência] não reconhecidas pelo Estado para as quais os instrumentos jurídicos do Estado falha em promover proteção e reparação suficiente³¹⁰.

Demarcaremos assim uma modalidade de violência observada nos discursos do meio jurídico na Comarca de Guarapuava, uma violência praticada pela instituição, a violência discursiva jurídica. Esta violência institucional é cometida pelo Estado, que deveria respeitar os direitos básicos e aplicar as sanções legais.

De acordo com o que Maria Minayo (2006) expõe, a violência institucional “se realiza dentro das instituições, sobretudo, por meio de suas regras, normas de

³¹⁰ BUTLER, Judith. Corpos que ainda importam. In: COLIING, Leandro. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016. p.33.

funcionamento e relações burocráticas e políticas, reproduzindo as estruturas sociais injustas”³¹¹. Essa violência acontece quando são negados, negligenciados ou corrompidos os direitos públicos individuais. Esta modalidade de violência se torna complexa em ser identificada, por ficar ocultada nos próprios procedimentos burocráticos e “legitimada”, por ser apoiada pela instituição. A violência, como pontuou Robert Muchembled, quando é estabelecida por instituição ganha *status* de legítima, criando uma situação complexa de se desviar de uma violência institucional.

Na Comarca de Guarapuava, a percepção de violência discursiva jurídica esteve sobreposta a percepções de gênero, uma vez que aqui dedicamos a notar o discurso jurídico quando as mulheres foram denunciadas. Entretanto, a violência discursiva e jurídica não se manifestou apenas às mulheres na condição de denunciadas, mas também operou em alguns casos que de mulheres na condição de vítimas, que buscavam retratação jurídica. O fato desse tipo de violência, que irroga um “julgamento” moralizante em mulheres que estiveram na condição de meretriz, macula o ideal de neutralidade dos julgamentos.

Condição exemplificada no processo instaurado por Joaquim, que requeria a apuração de um furto, o comportamento policial para com as denunciadas que viviam no ambiente e também na condição de prostituição, excedem os direitos individuais e configuram uma coação nos procedimentos de investigação em um inquérito de furto³¹².

Ao que consta do processo, no dia dezenove de dezembro, em 1968, Joaquim foi autuado pela polícia de Guarapuava, quando oferecia à venda um revólver na Estação Rodoviária. O indiciado explicou que estava vendendo a arma para conseguir dinheiro e retornar a Faxinal dos Elias, onde morava, pois se encontrava naquela situação devido a um furto de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), que sofrera na noite anterior, no meretrício localizado na região do Morro Alto. Após o relato de Joaquim, a polícia passou a investigar o caso e chegaram aos nomes de Sandra, Margarida e Anselmo.

De acordo com o auto de prisão, Sandra contou que morava no Morro Alto e era proprietária de um meretrício, e que no dia do fato chegou Joaquim, até então

³¹¹ MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2006.. p.13.

³¹² O caso de Joaquim foi também relatado à página 94.

desconhecido, em seu estabelecimento, em “companhia com João, filho da proprietária da Casa de Diversão conhecida como Fogo Azul”³¹³. Após consumirem vinte garrafas de cervejas, contabilizando o valor de Cr\$ 1.800,00 (mil e oitocentos cruzeiros), o requerente se retirou do estabelecimento dizendo que estava indo buscar mais dinheiro na casa de seu parente onde estava albergado. Ao retornar, observou Isaura, a mulher que estava em sua companhia, com outro homem, sendo motivo para exaltação dos ânimos, a ponto de sacar uma arma.

Sandra narrou que Antônio, companheiro de Joaquim, confiscou a arma e apaziguou a situação, e que ela não sabia a quantidade de dinheiro que Joaquim portava, portanto, estava sendo inquirida a responder por um furto que não cometeu. A indiciada ainda contou que foi levada até sua casa particular, localizada na Vila Santana, e no caminho “o sargento [Nelson Pereira] fez várias ameaças, inclusive de matá-la afogada no rio das Pedras (...), colocá-la no ‘pau de arara’ e de levá-la à cidade de Laranjeiras do Sul para esconder dos advogados”³¹⁴. Foi nesse clima que confessou ter furtado o dinheiro de Joaquim e ainda entregou o valor de Cr\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos cruzeiros) ao sargento Nelson, quantia referente ao lucro da casa.

Margarida, gerente do estabelecimento de Sandra, também foi presa por cooperar com o suposto furto, uma vez que era a responsável pelo dinheiro. Em suas declarações, reforçou que a importância apreendida pela polícia não era fruto de furto, mas sim do lucro da casa. Anselmo, filho de Sandra e amásio de Margarida, preso e indiciado como rufião do estabelecimento, em seu depoimento contou que só confessou ter participado do crime a que estava sendo acusado porque o “Sargento Nelson fez várias ameaças, inclusive de matá-lo afogado no Rio das Pedras e pendurá-lo de cabeça para baixo em uma fogueira”³¹⁵.

Heroides, advogado dos três indiciados que se encontravam presos por suposto flagrante, pediu a nulidade da prisão a fim de soltá-los e poderem aguardar a apuração do processo em liberdade. O juiz responsável, Silvano, concedeu a liberdade e ao que consta, na sequência do processo, o Promotor de justiça Leônidas de Oliveira Araújo votou:

³¹³ AHG. 1963. Fl.05.

³¹⁴ *Ibidem*. Fl.06.

³¹⁵ *Ibidem*. Fl.08.

para requerer a baixa desses autos a Delegacia de Polícia local, a fim de que a autoridade pericial adote as seguintes providências: reinquirir a vítima visando o esclarecimento dos seguintes pontos obscuros: A) afinal a importância que foi furtada. B) Se pode declinar dos nomes das outras mulheres que se encontravam no quarto no momento em que supõe sido furtado. C) Se o furto pode ser atribuído a própria mulher que albergava, ou seja, Isaura. D) Declinar o nome e o endereço exato do parente em cujo esse esteve hospedado nesta cidade a época do evento. 2 Ouvir a respeito do fato o parente da vítima, caso ele forneça os elementos necessário para tanto.

Após um ano, o promotor, diante da não realização dos pedidos anteriores, relatou:

Opino pelo arquivamento desses autos em face de insuficiência de elementos necessários ao embasamento de propositura de ação penal, no que diz respeito ao furto de que são acusados Sandra, Margarida e Anselmo. Quanto a contravenção de porte ilegal de arma que poderia ser imputado ao indivíduo increpado ao indivíduo Joaquim verifica-se pelo autor e apreensão das folhas, que a arma que portava estava denunciado, descaracterizando assim a mencionada contravenção. Em face disso reiteramos o pedido inicial de arquivamento desses autos.

Nos depoimentos de Sandra e Anselmo, constatamos a descrição da violência sofrida pelos indiciados. Seguindo esquemas de coerção, o sargento queria não só pressionar uma confissão do furto, mas ensejar o exercício do poder sobre Sandra e Anselmo³¹⁶. A confissão é uma forma de dizer a “verdade” e, por meio disso, também demonstrar a submissão do sujeito ao poder e confirmar o imperativo policial e jurídico.

O caso de Sandra foi arquivado pelo juiz Silvano, no final do ano de 1973, e o dinheiro apreendido, indiretamente considerado pela justiça como fruto de furto, foi devolvido para o requerente Joaquim, no início do processo de apuração dos fatos. O caso, por ter sido arquivado, não demonstrou fundamentos substanciais para considerar a culpabilidade ou a inocência de Sandra e os demais envolvidos como cúmplices, de modo que a sentença condenatória não aconteceu. Entretanto, não se

³¹⁶ O caso instaurado, assim como o recorte temporal desta pesquisa, compreende o período da Ditadura Militar vivenciada no Brasil; neste sentido, é possível apontar que a vigilância, opressão e violência desse tipo tenham acontecido outras vezes sobre as pessoas que estavam numa condição marginal na sociedade, sobretudo os que estiveram no meio prostitucional. É possível considerar, neste caso, sem dúvidas, consistiu em uma violência institucional cometida sobre uma parcela marginalizada da sociedade. Neste sentido, seria necessário maiores investigação acerca da presença, influência da Ditadura Militar no controle social, intenção que ultrapassaria o objetivo desta pesquisa. Focaremos aqui apenas nos discursos depreendidos da prática jurídica a fim de notar as percepções de gênero e violência quando as mulheres foram denunciadas por cometerem crimes.

pode ignorar a consideração de pouca credibilidade demonstrada pelo meio jurídico para com os denunciados, por pertencerem ao ambiente prostitucional.

O que sobressai desses procedimentos, para além do arquivamento do caso, é o destino dado ao dinheiro que foi confiscado durante a investigação. A decisão de devolver parte da importância reclamada conferiu um sinuoso arbítrio no julgamento, que colocou Sandra em uma situação desigual, uma vez que não foi considerada a contradição de ser um valor de lucro da casa. Em vista disso, mesmo que o caso tenha sido arquivado aos denunciados, sobretudo Sandra, que possuía o meretrício, perdeu o dinheiro que não foi comprovado como fruto de um crime.

Essa situação demonstra, além de uma desigualdade jurídica, uma preocupação com a propriedade privada do requerente que, supostamente, teria sido furtado. Os valores jurídicos da propriedade privada possuem preponderância em relação aos direitos humanos da denunciada. A condição social da denunciada foi o meio imposto pela coerção estatal para a “proteção” e “recuperação” da importância reclamada pelo requerente. Além da sutil desigualdade na resolução do caso de Sandra, o silêncio presente no processo, no que diz respeito a sua menção de ter confessado o caso mediante a intimidação do sargento responsável pela delegacia de polícia, permeou até as argumentações do advogado e passou a desaparecer qualquer menção do promotor de justiça e na declaração de arquivamento do juiz.

Sandra, que relatou ter sofrido um procedimento investigativo violento, no qual levou a confessar o crime do qual estava sendo denunciada, não obteve respaldo legal que resguardasse os seus direitos. Ainda nessa situação é possível notar a seletividade nos procedimentos de construção do processo, como também a violência jurídica sofrida. Isso é revelador para compreendermos a produção da justiça, que não funcionou com equidade. Sandra não teve o direito de ter sua integridade respeitada dentro dos procedimentos de manutenção da ordem.

A violência discursiva jurídica permeou, ora velada e sutil, ora direta e brusca, os procedimentos de investigação e apuração dos casos arrolados na Comarca de Guarapuava. A percepção de violência, assim como de gênero, esteve atrelada às relações de poder. O poder, assim como evidenciou Foucault (2006), não é exatamente repressivo, mas *produtivo* de sujeitos. “[...] O indivíduo é o efeito do

poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constitui”³¹⁷. Butler, a partir de Foucault, pontua que os sistemas jurídicos de poder produzem sujeitos: “as noções jurídicas de poder parecem regular a vida política [e dos comportamentos sexuais], em termos puramente negativos – isto é, por meio da limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo ‘proteção’ dos indivíduos (...)”³¹⁸.

No meio jurídico da Comarca de Guarapuava, os discursos *produziram* a partir das sentenças – condenadas ou absolvidas –, mas também através do arquivamento como revelado no caso de Sandra, a produção de sujeitos marginalizados, como efeito da operação do poder. A ação coercitiva, revelada pelos depoimentos no inquérito policial, nos depoimentos de Sandra e Anselmo, possibilita entrever que a finalização do processo demonstra desigualdade jurídica pautada a partir das diferenças sociais apresentada pelos denunciados. Nesses discursos são evidenciadas não só as diferenças do plano social, mas contêm hierarquias estabelecidas entre os comportamentos moralizantes idealizados e ou reprováveis que fundamentam as desigualdades³¹⁹.

É nesta perspectiva que na Comarca de Guarapuava os casos de mulheres *outsiders* denunciadas revelaram percepções de violência discursiva jurídica. Butler novamente contribui para este debate, ao apresentar a problematização acerca de vidas precárias que são vulneráveis a esse tipo de violência. “Quando uma pessoa vive enquanto um corpo que sofre reconhecimento indevido [vidas em condições precárias], possivelmente insultos ou assédios, descriminalizações culturais, marginalização econômica, violência (...)”³²⁰ podem acontecer.

³¹⁷ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes. 2006. p.25.

³¹⁸ BUTLER, 2013, p.19.

³¹⁹ **Igualdade e diferença**, sob uma perspectiva da semiótica, estão na ordem dos contrários, dos que se opõem. Um objeto é igual ao outro, ao menos em alguns aspectos, ou então dele difere. “Podemos, no âmbito de um certo número de indivíduos, considerar sua igualdade ou diferença em relação ao aspecto sexual, ao aspecto profissional, ao aspecto étnico (...)”. O contraste entre **Igualdade e desigualdade** esta alocada ao nível da circunstância, “mesmo que esta circunstância aparentemente se eternize no interior de determinados sistemas políticos ou de situações sociais específicas. Trata-se de dois ou mais indivíduos com igualdade ou desigualdade relativamente a algum aspecto ou direito, conforme sejam concedidos mais privilégios ou restrições a um e a outro”. Cf. BARROS, José D’Assunção. **Igualdade e diferença**: construções históricas e imaginárias em torno da desigualdade humana. Petrópolis- RJ: Vozes, 2016. p.10-11.

³²⁰ BUTLER, 2016, p.28.

A performatividade de gênero abre caminhos para pensarmos como as “aparências” de gênero são frequentemente tomadas pelo meio jurídico, como sinal de verdade de comportamentos comumente binários em modelos binários.

As normas de gênero estão profundamente relacionadas a como e de que maneiras nós podemos aparecer no espaço público; a como e de que maneira o público e o privado são diferenciados, e como essa distinção é instrumentalizada a serviço da política sexual; quem será criminalizada com base na aparência pública – com isso, quero dizer: quem será tratada como criminosa e produzida como criminosa, o que não é sempre o mesmo que ser a pessoa criminosa denominada por um código legal que discrimina contra certas normas de gênero ou certas práticas sexuais- quem não conseguirá proteção da lei, ou mais especificamente, pela polícia na rua, ou no emprego, ou em casa (...) ³²¹.

A precariedade acontece na população, “exposta a riscos mais elevados a doença, pobreza, fome, despejo e vulnerabilidade a violência sem proteção ou reparação adequadas” ³²².

A violência discursiva jurídica, no caso de Sandra, ocorreu na resolução do processo que a colocou em uma condição desigual quando ficou sem o dinheiro apreendido, mas não podemos também ignorar a violência que sofreu no momento em que foi presa pela polícia e coagida a confessar e entregar parte da quantia ao requerente. Este tipo de prática policial foi pontuada por Magareth Rago, quando estudou a prostituição e os códigos de sexualidade na cidade de São Paulo, do início do século XX. De acordo com Rago, as investidas policiais sobre o cotidiano das mulheres na condição de meretriz fundamentava-se na explicação de controle de uma sexualidade insubmissa, na qual essas mulheres caracterizavam. Rago ainda pontua que mesmo sendo considerada uma prática reprovável pela sociedade, ao mesmo tempo e de forma contraditória, a prostituição era entendida como um mal necessário ³²³. A prostituição estava próxima à ideia de doença e considerada também meio e causa da criminalidade. É neste sentido que a prática prostitucional era destinada a acontecer em locais de tolerância – mas que nem sempre eram represados nesses locais – e neste sistema falho a arbitrariedade do sistema autoritário atingia diretamente as mulheres *outsiders*.

³²¹ *Ibidem*, p.34.

³²² *Idem*.

³²³ RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e código da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.

No tocante a ameaças realizadas pelo sargento Nelson Pereira, que ocupava o cargo de delegado em Guarapuava, não foi problematizado pelo debate jurídico. A violência discursiva jurídica caracteriza a vulnerabilidade de pessoas ao sistema. Assim como as mulheres *outsiders* denunciadas na Comarca de Guarapuava, seus corpos ficaram expostos a forças jurídicas e sociais, bem como a exigências de sociabilidades e de comportamentos idealizados. Por outro lado, é também notada a discriminação social no interior de uma categoria socialmente gerada pelo sistema discriminatório que passou a ser tratadas com exclusão social.

4.6 A VIOLÊNCIA DISCURSIVA JURÍDICA E UMA CONDIÇÃO SOCIAL

Captada por meio da análise dos discursos no interior do processo de apuração nos casos de mulheres com envolvimento no meio prostitucional que foram denunciadas na Comarca de Guarapuava, a violência discursiva e jurídica foi direcionada à condição social em que elas estiveram. Isso significa que esse tipo de violência não compreendeu apenas mulheres denunciadas, mas especificamente as mulheres que estiveram marginalizadas ao padrão. “Há normas sexuais e de gênero que condicionam o que seria ‘legível’ e o que e quem não seria, e que expõe aquelas pessoas que falham em serem registradas dentro da inteligibilidade a formas diferenciadas de violência social”³²⁴.

É neste sentido que a performatividade de gênero descrita por Butler nos permite colocar em relevo a diferenciação de sujeitos elegíveis do reconhecimento à equidade jurídica. Esse reconhecimento dependeu da condição social e moral das mulheres denunciadas, sujeitas à exclusão por meio da violência discursiva e jurídica. Isso pode ser evidenciado no caso de Dalva, que foi denunciada e confessou ter cometido lesões corporais em Geny, após desentendimentos e troca de ofensas.

Geny³²⁵, que morava no Morro Alto e na condição de meretriz³²⁶, contou que na madrugada do dia vinte e um de fevereiro do ano de 1968, foi agredida por Dalva³²⁷, sua inimiga, que residia em outra casa de meretrício. Os motivos

³²⁴ BUTLER, 2016, p.35.

³²⁵ Geny, de 19 anos, meretriz, solteira, natural de Blumenau- SC e sabia ler e escrever.

³²⁶ AHG. Lesão Corporal; 1968. Caixa: 336. Processo: 968.2.6255.

³²⁷ Dalva, de 21 anos, meretriz, solteira, natural de Monte Alegre- PR, sabia ler e escrever.

originários se deram porque a declarante estava desinibida pelo álcool e chamou-a de “filha da puta”. Não gostando de ser ofendida assim, passou a agredi-la dando vários “socos”, até derrubá-la ao solo provocando ferimentos³²⁸.

Dalva, nas suas alegações iniciais, relatou que estava no meretrício de Rosa, onde era inquilina havia um ano, e que no dia do ocorrido fato, por voltas das 23 horas, ali chegou Geny, alcoolizada e, sem motivos, passou a ofendê-la, mas por estar no interior da casa, nada fez. “Porém, posteriormente, ambas tendo encontrando-se na rua a interrogada novamente foi ofendida de ‘filha da puta’, ocasião em que passou a surrá-la, derrubando-a no chão, sabendo que a mesma ficou com ferimentos”³²⁹. Quando indiciada pelo juiz Hermes para prestar depoimento perante a promotoria de justiça, Geny não foi mais encontrada, desaparecendo “sem deixar notícias”.

O desaparecimento das mulheres na Comarca de Guarapuava, quando eram denunciadas, consistiu em uma prática recorrente, sobretudo quando estavam na condição de meretrizes. Entretanto, ainda que na ausência de Dalva, o advogado Valério foi nomeado como defensor público de Geny e construiu uma “defesa” fundamentada numa ofensiva à moral de Dalva e também de Geny, tendo como parâmetro a condição social apresentada pelas duas mulheres. Segundo consta:

Os autos nos relatam um fato sem qualquer gravidade e incapaz de focar e afetar a estrutura da sociedade, são duas mulheres de zona do meretrício que talvez embriagadas, provocam a movimentação da Justiça em nossa Comarca. Ora sabemos que fatos de muito mais importância ficam sem qualquer providencia, esquecidos e hoje a policia determina abertura de inquérito e consequentemente processo para que seja condenada a denunciada pelo fato de ter achado a região frontal da dona Geny. M.M. Juiz, diante da vida que levam vítima e denunciada, duas desgraçadas, o melhor é absolver a denunciada, pelo, digo, não pela existência, mas pela piedade que merecem³³⁰.

Inicialmente, o discurso promovido pelo advogado considerou que o presente caso não possuía relevância que afetasse a estrutura social. Minimizando a importância do caso – e também evidenciando a tolerância à violência relatada no processo – no discurso de defesa há um menosprezo pela busca de retratação jurídica da requerente justamente por apresentar uma condição social de pouco

³²⁸ O caso de Geny foi inicialmente relatado na página 94.

³²⁹ AHG. 1968. Fl. 06-07.

³³⁰ AHG. 1968. Fl.21.

privilégio, sendo consideradas – denunciada e vítima – como “duas desgraçadas”. Ao mesmo tempo, é estabelecida uma crítica ao processo instaurado, determinando também características da personalidade das partes, que não possuíam condição moral para uma retratação jurídica. É entrevisto, por fim, que Dalva e Geny eram pessoas de vidas precárias quando foram alocadas na mesma condição de “desgraçadas” pela vida que viviam e, portanto, merecedoras de “piedade”.

Na condição de promotor público, Pórcio relatou que “nos autos está provada, tanto a autoria quanto a materialidade do delito, assim requer a condenação da ré nas penas capituladas na denúncia e nas quais está ela incursa, por ser medida de Justiça”³³¹. Arbitrando o fim do caso, o juiz Hermes sentenciou que:

Decido:

Participantes: duas meretrizes

Consequência: de somenos

O presente processo é pura perda de tempo e dinheiro dos cofres públicos. A defesa prévia apresentada pelo Dr. Defensor dativo da ré, situa bem a questão e espelha uma realidade no que se refere à atuação policial nesta cidade. Além do mais, veja-se que a própria vítima, quando ouvida na Delegacia de Polícia, afirma que se encontrava embriagada e chamou a ré de ‘filha da puta’. Daí a reação da acusada. Houve, portanto, uma ofensa moral à processada. Feriu-se a sua honra. Nem se diga pelo fato de ser meretriz, a ré não pode falar em moral e honra, portanto tais atributos morais são inatos a cada um. Ademais, o epíteto de que trata os autos, vai mais além da pessoa visada, atingindo a genitora da mesma. Não há quem não se revolte com isso. Não se justifica, também, o fato, através do reconhecimento da embriaguez da vítima. Isto posto, e atendendo ao que mais dos autos consta, julgo procedente a denúncia oferecida, porém, absolvo, como absolvida tenha, a ré Dalva, por reconhecer que a mesma cometeu o fato sob o amparo da excludente criminal da legítima defesa da honra.. (...) Sem custos³³².

No discurso apresentado na sentença do juiz Hermes a percepção de violência discursiva jurídica e também a percepção de gênero, que se entrecruzaram a essa trama, são reveladas como fundamentos para a absolvição da denunciada. O que sobressai nisso tudo é a utilização das diferenças entre a personalidade das duas mulheres envolvidas em relação à normatividade dominante de mulher recatada, do lar e dócil. Essas diferenças são utilizadas para sustentar como desigualdade jurídica.

A circunstância de serem duas mulheres na condição de meretrizes está em concordância ao discurso de Hermes, com o que foi exposto pelo advogado de

³³¹ *Ibidem*. Fl.26.

³³² *Ibidem*. Fl.27.

defesa de Dalva. Hermes considerou que o prejuízo era “de somenos”, ou seja, sem nenhuma relevância. Finalizando suas argumentações de sentença, o juiz ainda pontuou que houve uma ofensa à honra da denunciada Dalva, ainda que não pudesse mencionar a respeito da moral pela condição de meretriz que se encontrava, mas a lesão corporal foi justificada pela ofensa moral direcionada à genitora de Dalva e não a sua pessoa.

Esse tipo de encaminhamento argumentativo, nos processos de mulheres *outsiders* denunciadas, reflete bem os discursos e formas jurídicas da época investigada, em que a avaliação moral da não adequação ao sistema de normas sociais era constantemente demarcada e utilizada como parâmetros para o julgamento legal. Calcada na avaliação moral, a sentença de Dalva foi a absolvição – mesmo não estando presente – e o juízo de valor em relação à sua conduta pessoal e personalidade foi a engrenagem que moveu os discursos no processo.

O eixo moral direcionado à denunciada Dalva também se estende a Geny, que foi a vítima das agressões sofridas. A carga moral discursiva estendida à requerente e requerida exhibe uma interação intersubjetiva contida no meio jurídico, que direcionava um estatuto de normas de gênero às mulheres, previamente à análise legal do caso. Nos debates jurídicos, o que está em jogo no debate moral e no comportamento da sexualidade é uma série de “preocupações diferentes, mas relacionadas; as relações entre homens e mulheres; o problema do desvio sexual; a questão da família e outros relacionamentos e, a questão das diferenças de classe, raça ou gênero”³³³. Esses discursos estão enredados em mecanismos complexos e sobrepostos que produzem dominação e exclusão. Numa relação de contradição, o meio jurídico buscou intencionalmente, por meio de estratégias de poder, demarcar uma identidade moral e comportamental de mulher “normal” e heteronormativa. Contudo, Guacira Lopes Louro (2018) destaca, e concordando com as ideias de Judith Butler: “as identidades sexuais e de gênero – como todas as identidades sociais – têm um caráter fragmentário, instável, histórico e plural”³³⁴. Cabe destacar, assim, que não há um comportamento do ser mulher, mas modelos que são constantemente rompidos pela multiplicidade da realidade. Os discursos contidos

³³³ WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogia da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p.67.

³³⁴ LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogia da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p.13.

nas fábulas processuais projetam a partir das relações de poder, no meio jurídico, o dever ser mulher numa dinâmica de construção das representações de gênero. Entretanto, a realidade observada na Comarca de Guarapuava extrapola qualquer tipo de idealização deste ser mulher e nos revela que, entre as denunciadas, havia diferentes mulheres que estiveram envolvidas com o crime e a violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados pelas Ciências Humanas na contemporaneidade revelam forte dedicação em evidenciar as mulheres na história, a fim de retratar experiências e buscar equidade de direitos. No campo da História, é a partir do presente que procuramos desvelar a construção e reprodução de valores que eram sustentados no passado, e que ainda pode estar sustentando desigualdade de tratamento entre homens e mulheres. E foi neste seguimento que uma interrogação orientou este trabalho: quais foram os discursos produzidos no meio jurídico da Comarca de Guarapuava, em 1960 a 1980, quando mulheres foram denunciadas por crime e prática de violência?

O caminho trilhado no estudo acerca do crime obrigatoriamente perpassou discussões do campo jurídico para compreendermos os fundamentos que configuravam os enunciados propagados nos discursos quando na produção da justiça. A vigência do Código de leis no contexto pesquisado remonta ao Código Penal, promulgado em 1940, pela Justiça brasileira. No influxo da modernização, a manutenção de um novo código naquele momento consistia em adequar-se às mudanças, mas também de conservar os papéis sociais idealizados. As mulheres, sobretudo pertencentes à camada social mais privilegiada, penetravam nos espaços públicos e rompiam com o ideal de família nuclear, de mãe mantenedora do lar e responsável pela educação dos filhos. Os discursos propagados por criminalistas, como Nelson Hungria, estavam preocupados em preservar desigualdades das mulheres em relação à vida pública. Nesses discursos, a “mulher moderna” era descrita como consequência danosa, uma vez que a maior liberdade no meio público afetaria a honra feminina.

Os juristas que atuaram na Comarca de Guarapuava presenciaram e participaram das discussões jurídicas e ideológicas que tangenciavam o campo penal envolvendo as mulheres no processo de mudanças sociais e início da utilização do novo código. Além disso, foi possível constatar que a formação deles se deu na Universidade do Paraná, onde presenciaram o mesmo horizonte cultural e, portanto, dando maior sentido aos discursos das práticas jurídicas. Segundo a literatura referente à história do Direito, a cultura jurídica paranaense, a partir de 1950, foi marcada pela influência do Positivismo e do Tecnicismo jurídico, e com das

fontes foi possível observar que houve influência dessas duas dogmáticas entre os juristas de Guarapuava.

Mas antes de compreendermos os discursos do meio jurídico em Guarapuava, procuramos voltar a atenção para as protagonistas dos casos e destacar o perfil de mulheres denunciadas e quais os locais em que social estiveram inseridas. Fundamentado pela leitura dos processos crime e dos documentos policiais, este estudo mostrou que o ponto em comum entre as mulheres denunciadas foi a condição de pobreza em que viviam. Essas mulheres, economicamente pouco privilegiadas, possuíam algumas diferenças sociais, e as dividimos em dois grandes grupos, de acordo com as tipologias de crimes apurados: as *outsiders*, mulheres denunciadas que possuíam ligação com o meio prostitucional e advindas de outras cidades, assentavam moradia temporária nos meretrícios da localidade; e mulheres residentes, que não possuíam ligação com a prostituição e eram predominantemente naturais de Guarapuava.

Os casos tipificados em furto revelaram como denunciadas majoritariamente as mulheres *outsiders* tiveram como vítimas homens jovens solteiros e adultos casados, tendo como cenário os ambientes de meretrício. O produto do furto reclamado consistia em dinheiro que teria sido subtraído em momentos de descuido ou quando suas vítimas estavam adormecidas. As mulheres *outsiders* denunciadas possuíam um perfil etário entre meninas e jovens solteiras, prevalecendo na faixa etária dos 11 aos 19 anos de idade. Não possuíam laços com familiares próximos à Comarca de Guarapuava, e viviam em ambiente hostil – dos meretrícios – acompanhadas da constante presença do álcool. A incidência de violência neste grupo foi de poucas ocorrências. Muitas vezes se viam sozinhas e sem amparo em situações de desavenças e desentendimentos; e nesses momentos, as ocorrências de violências aconteciam. Os poucos relatos de violência ocorridos entre os casos de mulheres *outsiders* se passaram no ambiente prostitucional, envolvendo clientes ou outras mulheres do meio.

No que diz respeito às tipificações dos crimes das mulheres residentes, constatamos a predominância de casos mais graves, como homicídio, tentativa de homicídio e lesões corporais. As mulheres residentes fizeram predominantemente outras mulheres, que já conheciam, como vítimas. Os casos arrolados confirmaram que os motivos que condicionaram os fatos possuíam raízes em atritos passados, como: disputa de relações amorosas mal resolvidas e discussões geradas na

vizinhança. Neste agrupamento de denunciadas a faixa etária dominante foi de mulheres com 30 a 39 anos de idade e que possuíam algum relacionamento estável. Ficou evidenciado que o local de manifestação da violência não se restringiu apenas ao meio urbano, como exposto no único caso de homicídio apurado. Protagonizado por Adelaide, que executou Djalma em uma briga, o crime foi na região rural conhecida como “Segredo”, no distrito de Candói, onde também foi registrada a prática de violência extrema.

Além dos casos com a presença de violência, as mulheres residentes também demonstraram o envolvimento em crimes contra a honra, como calúnia e difamação. Nesses processos, as pessoas que requeriam reparação jurídica mencionaram terem residência nas proximidades com as mulheres denunciadas e estarem sendo ofendidas moralmente pela propagação de inverdades, portanto, recorriam retratação perante a justiça.

No que tange aos desfechos dos casos apurados, as mulheres *outsiders* registraram processos mais volumosos e que possuíam resolução de condenação, absolvição ou arquivamento. As mulheres *outsiders* também foram numericamente mais sentenciadas à condenação. Já entre as denunciadas residentes, foi possível confirmar um menor número de sentenças condenatórias, mesmo este agrupamento de mulheres detendo as tipificações em que a violência esteve mais presente. Entre essas mulheres, houve a predominância de casos que tiveram morosidade em sua condução, condicionando a extinção da punibilidade e também dos arquivamentos.

A partir disso, foi possível passarmos ao estudo dos discursos para compreendermos as percepções de gênero e violência no meio jurídico, abarcando também os discursos das partes envolvidas nos debates. A complexidade da configuração encontrada entre as mulheres denunciadas, de acordo com as tipologias de crimes apurados, possibilitou verificar, na formação discursiva, conjuntos de enunciados diferenciados entre as mulheres *outsiders* e residentes no processo de condução argumentativa dos julgamentos. Na análise dos discursos, quando na produção da justiça, enfocamos os casos arbitrados pelos juízes Lupércio e Hermes, responsáveis pelos casos de condenação apurados.

As sentenças arbitradas por Lupércio possuíam maior incidência de condenação em regime fechado. Nos casos conferidos por Hermes, ficou exibida maior flexibilidade nas sentenças de condenação, em que as penas predominaram em pagamento de custos do processo e liberdade condicional. Ambos os juízes

conduziram casos de mulheres *outsiders* e residentes. Ainda que as sentenças fossem diferentes, os enunciados no processo de julgamentos eram similares.

Ao analisar os discursos dos requerentes, das denunciadas e do meio jurídico constatamos uma maior valorização moral recorrente nos casos em que envolveram mulheres *outsiders*, por meio da enunciação da condição de estarem vivendo no meio prostitucional. Portanto, os discursos do meio jurídico revelaram que a prática jurídica recorrente nos casos de mulheres denunciadas funcionou, tendo em vista o código de lei e também a moralidade por meio da sexualidade desviante constantemente enunciada. A marcação de gênero pôde ser percebida quando as mulheres que possuíam envolvimento com a prostituição foram mais julgadas, revelando também uma forma de violência na condução dos casos.

Nas argumentações de advogados, promotores e também juízes, constatamos que a condição de meretriz foi fundamento para a dosimetria da pena por meio do julgamento da conduta social. Como no caso de Sueli, julgada por participar de um latrocínio, em que sua pena foi medida tendo como antecedente criminal o fato de em sua vida pregressa ter praticado prostituição. A condição das mulheres estarem envolvidas com a prostituição também foi elencada pelo meio jurídico para desqualificar o direito à retratação jurídica, como na ocorrência de Geny, agredida por Dalva. O caso foi arquivado sob a justificativa de serem meretrizes, mulheres sem moral.

Atrelado aos discursos acerca da prostituição, o álcool foi outro enunciado presente e utilizado nas defesas para justificar a prática dos crimes apurados. As argumentações aplicadas pelos advogados consistiram em descrever cenários de descontrole e amnésia causada pela embriaguez, com a intenção de desqualificar a ação transgressora e aviltar o pedido de quem requeria retratação jurídica. Neste jogo de discursos, ao mesmo tempo em que a embriaguez foi utilizada para atenuar a pena, por outro lado, e muitas vezes em silêncio, ocorria também a manutenção de estereótipos negativos de serem mulheres em local de prostituição, em que a vida promíscua, desregrada e imoral acontecia.

Esses discursos estiveram fundamentados com a dogmática positivista, de influência italiana, que disponibilizou ao meio jurídico explicações embasadas numa cientificidade para responder a questões acerca do crime a partir da análise “biológica” do(a) criminoso(a). A prática da prostituição e do consumo de álcool conduziria as mulheres a degenerarem-se. Se com o positivismo a inferioridade da

mulher ficava pontuada nos discursos, com o tecnicismo jurídico, a valorização moral nem sempre ficava latente. O fundamento central do tecnicismo consistia na centralidade do código e a sua aplicação de forma técnica pelos juristas. Entretanto, a subjetividade dos juristas permanecia subjacente aos discursos, podendo as valorizações morais a respeito das mulheres nem sempre virem à luz dos discursos.

Diferentemente das mulheres *outsiders*, os debates jurídicos que atravessaram as mulheres residentes, ou seja, as mulheres que não possuíam envolvimento com o meio prostitucional, estiveram circunscritos mais restritamente ao debate do código de leis do que da personalidade moral das denunciadas. A moral, quando enunciada nesses casos, era apenas como fundamento para ressaltá-las como mulheres pertencentes a uma identidade idealizada – mantenedora do lar, da educação dos filhos, que viviam um relacionamento estável – que estavam sendo processadas por um fato ocorrido em momentos de descontrole emocional. Essa característica recorrente nos discursos das mulheres residentes também esteve ligada ao próprio perfil tecnicista presente nesses casos, que evidencia ainda mais a estrutura legal dos casos apurados.

Baseados na realidade em que os processos forneceram, esses foram os discursos dominantes, no que se refere à prática jurídica na Comarca de Guarapuava, quando mulheres estiveram na condição de denunciadas. Os discursos eram o reflexo das relações sociais da época. E por meio desses registros foi possível vislumbrar as percepções de gênero e violência no meio jurídico quando do processo de apuração dos fatos. E com esses dados é possível concluir que as mulheres em condições sociais de precariedade, ao terem que se retratarem perante a lei, estiveram vulneráveis à violência institucional, o que aqui nomeamos como violência discursiva jurídica.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sergio. **Violência Urbana, Justiça Criminal e Organização Social do Crime**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº33. Outubro. 1991.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: EDUSC, 2007.
- ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- AUSTIN. John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre. Artes Médicas. 1990.
- BADINTER, Elisabeth. **Rumo Equivocado**. O feminismo e alguns destinos. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BALHANA, Altina Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Grafipar, v.1, 1969.
- BARROS, José D'Assunção. **Igualdade e diferença: construções históricas e imaginárias em torno da desigualdade humana**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2016.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BENATTI, Paulo Antonio. **O centro e as margens: Boemia e prostituição na “capital do café” (Londrina: 1930-1970)**. 1992. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná- UFPR. Curitiba.
- BOSCHILIA, Roseli T. **Entre Fitas, Bolachas e Caixas de Fósforos: A mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)**. Curitiba –PR: Artes & Textos, 2010.
- BRETAS, Marcos. **O crime na Historiografia Brasileira: Uma revisão na pesquisa recente**. Revista BIB, Rio de Janeiro, n. 3 2, 2.º semestre p. 49-61 de 1991.
- _____. **As empadas do confeitiro imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro**. Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 7-22, jan./jun. 2002.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Góes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Masques de Cunha. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. **Corpos que ainda importam**. In: COLIING, Leandro. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

CALEIRO, Regina Célia Lima. **História e Crime**: quando a mulher é a ré Franca 1890-1940. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

CANÇADO, Adriana Mello. **Um homem, uma mulher um drama**: crimes da paixão em Ponta Grossa- PR (1890-1940). 2002. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná- UFPR. Curitiba.

CANCELLI, Elizabeth. **A Cultura do crime e da lei: 1889-1930**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia e feminismo**. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1999.

CASTRO, Hebe. História Social. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro, 1997.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1 artes de fazer. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas. SP: Editora da UNICAMP, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Gral, 1983. p.40.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. 2.ed. Lisboa-Portugal: Ed Edições 70, 2005.

DRUMMOND, Paulo Henrique Dias. **Ciência e Ensino na Cultura Jurídica Paranaense**: Direito Penal e Filosofia do Direito no Curso de Ciências Jurídicas e sociais da Universidade do Paraná (1913-1953). Dissertação (mestrado em Direito). UFPR. Curitiba. 2011.

ESTACHESKI, Dulceli de Lurdes Tonet. **Crimes sexuais**: a histórica culpabilização das vítimas. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: A criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**: Um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault. Trad. Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Ed, 1996.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **História da Sexualidade I**: Vontade de Saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **Malfazer, Dizer Verdadeiro**. Função da confissão em juízo: Curso em Louvain. 1981. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018b.

_____. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012. p.100.

_____. **Microfísica do poder**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2013. p.123-124.

História do Poder Judiciário do Paraná. Secretaria da Cultura e do Esporte, Indústria Gráfica Serena, 1992.

HUNGRIA, Nelson. Crimes sexuais. **Revista Forense** nº70, maio, 1937, p.216-27.

IGGERS, Georg. **Desafios do século XXI à historiografia**. História da Historiografia. Número 4. Ouro Preto, 2010.

KALIFA, Dominique. História, crime e cultura de massa. **Revista Topoi**, V.13, n.25, jul./dez. Rio de Janeiro. 2012, p.185-192.

_____. O bas-fond ou como escrever a história de um "imaginário social?" In: CARNEIRO, D.; BRETAS, M.; ROSEMBERG, A. **História, violência e criminalidade**: reflexões temáticas e narrativas regionais. Uberlândia: EdUFU, 2016.

LOBOTA, Carlos R.; SCHMIDT, Lisandro P. **A cidade enquanto espaço desigual: O caso de Guarapuava-PR. Caminhos de Geografia.** Uberlândia. V.12, nº39. St/2011, p.21-30.

LOMBROSO, Cesare. FERRERO, Giglielmo. **A mulher delinquente: A prostituta e a mulher normal.** Tradução de Antonio Fontura Jr. Curitiba: Ed. Antonio Fontura, 2017.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, J. (org.). **Jogos de escalas.** A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogia da sexualidade.** 4º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MACHADO, Helena. **Manual de Sociologia do Crime.** Porto: Afrontamento, 2008.

MARCH, Kety Carla de. **Entre promessas e reparações: Processos-crime de defloração em Guarapuava (1932-1941).** 2010. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná UFPR. Curitiba.

_____. **“Jogos de luzes e sombras”:** Processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos de 1950. 2015. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba.

MATOS, Maris I. Santos de. Gênero: Categoria/perspectivas e constituição do campo historiográfico. In: TAMININI, Marlene; BOSCHILIA, Roseli; SCHWENDLER, Sônia Fátima. **Teorias e Políticas de Gênero na contemporaneidade.** Curitiba. Ed. UFPR. 2017.

_____. **Meu lar é o botequim:** alcoolismo e masculinidade. 2.ed. São Paulo: 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2006.

_____. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde.** Londrina. Disponível in: <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf> Acesso em: 20 maio 2017.

MUCHEMBLED, Robert. **História da violência:** do fim da Idade Média aos nossos dias. Tradução: Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2002.

OLIVEIRA, Dennison. **Paraná: Política e Governo.** Curitiba: SEED, 2000.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Historia e Historia Cultural.** Belo Horizonte:

Autêntica, 2003.

_____. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008.

Plano Básico de Urbanização de Guarapuava. 1967.

PRIORI, Claudia. **Mulheres fora da lei e da norma**: controle e cotidiano na Penitenciária Feminina do Paraná (1970-1995). Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Paraná- UFPR. Curitiba. 2012.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e código da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **A aventura de contar-se**. A escrita de si e a invenção da subjetividade. Campinas SP. Editora Unicamp, 2013.

RINALDI, Alessandra de Andrade. **A sexualização do crime no Brasil**: Um estudo sobre a criminalidade no contexto de relações amorosas (1890-1940). 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2015.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ravan , 2013.

SALDANHA. Terezinha. **O comércio do prazer**. Guarapuava: Unicentro, 2013.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1.ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.

SAMPAIO, Renata. **A. Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização**: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SARCEY, Michéle Riot. Michel Foucault para pensar o gênero: Sujeito e poder. *In*: Rychter, D.C. *et al.* **O gênero nas ciências sociais**: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SILVA, Edson; LIMA, Wallas Jefferon. Simone de Beauvoir e o Segundo Sexo: texto e contexto. *In*: VILELA, Ana Luísa; SILVA, Fabio Mario da; DAL FARRA, Maria Lúcia. **O feminino e o Moderno**. Centro de Literaturas e Culturas Lusófilas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2017. p.79-96.

SILVA, Marcia da; BOSCHIERO, Gilson Aparecido. **Poder, território e discurso**: Suábios do Danúbio em Guarapuava-PR. Ação Midiática, n.14. Jul./Dez. 2017. Curitiba.

SILVA, Walderez Pohl da. **De Lustosa a João do Planalto**: a arte da política na cidade de Guarapuava (1930-1970). Guarapuava: Unicentro, 2010.

Smart, Carol. **Women, crime and criminology: a feminist critique**, Boston Routledge, Kegan Paul, 1998.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, 1990.

_____. El problema de la invisibilidad. In: SCANDÓN, Carmem Ramos (org.). **Género y Historia**. México: Universidade de Autónoma Metropolitana, 1992.

Secretaria da Agricultura: **Plano de Ação 1976**. Execução Acarpa- Associação de crédito e assistência rural. 1977.

SONTAG, Ricardo. Código e Técnica. **A reforma penal brasileira de 1940: tecnicização da legislação e atitude técnica diante da lei em Nelson Hungria**. Dissertação em Direita. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis- SC. 2009.

SOIHET, Raquel. Mulheres ousadas e apaixonadas- Uma investigação nos processos criminais carioca: 1890-1930. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. 1989.

_____. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In: PRIORI, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

TEIXEIRA, Napoleão Lyrio. **Reação Patológica ao álcool**. Aplicação Médico Legal. Tese de concurso à Docência- livre de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. 1948.

_____. A mulher e o crime. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*. V.3, nº0. 1955.

TEMBIL, Márcia. **Em busca da cidade moderna: Guarapuava recompondo histórias, tecendo memórias**. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2007.

Universidade do Paraná. **Anuário da Universidade do Paraná de 1950**. Curitiba. 1951.

VAZ, Maria João. Crime e sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX. In: NUNES, Henrique Barreto; CAPELA, José Viriato. (Org.). **Mundo Continuará a Girar**. Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, 20 anos (1992-2011). 1. ed. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho; Centro de Investigação Transdisciplinar, 2011.

VIEIRA, Matheus Machado. **Viciadas e perversas ou honestas e respeitosas?: a moral feminina para a igreja católica e a justiça**. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

WADI, Yonissa Marmitt. **A história de Pierina: Subjetividade, crime e loucura**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

LISTA DE FONTES

Aborto. Ano: 1976. Caixa: 379. Processo: 976.2.7101.

Difamação. Ano: 1969. Caixa: 344. Processo: 969.2.6344

Furto. Ano: 1963. Caixa: 290. Processo: 963.2.5415.

Furto. Ano: 1968. Caixa: 336. Processo: 968.2.6257.

Furto e Manter casa de prostituição. Ano: 1963. Caixa: 290. Processo: 963.2.5415.

Furto. Ano: 1975. Caixa: 378. Processo: 975.2.7085.

Furto. Ano: 1971. Caixa: 363. Processo: 971.2.6708.

Homicídio. Ano: 1965. Caixa: 3010. Processo: 965.2.5790.

Injúria e Difamação. Ano: 1969. Caixa: 351. Processo: 969.2.6468.

Latrocínio. Ano 1966. Caixa: 307. Processo 966.2.5920.

Lesão Corporal. Ano: 1972. Caixa: 368. Processo: 972.2.6853.

Lesão Corporal. Ano: 1968. Caixa: 338. Processo: 968.2.6283.

Lesões Corporais. Ano: 1963. Caixa: 294. Processo: 963.2.5467.

Lesões Corporais. Ano: 1968. Caixa: 336. Processo: 968.2.6255.

Lesão Corporal. Ano: 1965. Caixa: 308. Processo: 965.2.5729.

Lesão Corporal. Ano: 1963. Caixa: 293. Processo: 963.2.5455.

Lesão Corporal. Ano: 1967. Caixa: 326. Processo: 967.2.6090.

Tentativa de homicídio. Ano: 1967. Caixa: 324. Processo: 967.2.6047.